

Governo contra aumentos de salários

Nota
da Comissão
Política
na pág. 5
Págs. 3 e 32

- CGTP denuncia a «contenção» salarial como objectivo do Governo e do patronato
- PCP afirma que «o desenvolvimento desde já da luta reivindicativa, quer ao nível sectorial, quer das empresas, torna-se uma condição indispensável para derrotar os projectos do Governo»

COMÍCIO
ÁLVARO CUNHAL
CINEMA IMPÉRIO

Amanhã
13 DEZEMBRO
ÀS 21.30 H.
METRO ALAMEDA

Álvaro Cunhal no Barreiro: *três questões centrais*

- a política do Governo
- a luta necessária
- o reforço do Partido

Págs. 4, 5 e 6

A renovação da esquerda segundo os novos apóstolos das velhas ideias

— *artigo de
Domingos Abrantes*

Págs. 18 e 19

O 1.º Congresso do PT face à crise do Brasil

— *artigo de Carlos Brito*

Págs. 22 e 23

A dimensão do planeamento familiar

— *artigo de Helena Bastos*

Pág. 21

Na luta com os trabalhadores

A acção antipopular, autoritária e governamentalizadora do Executivo Cavaco Silva e do PSD faz-se sentir em todas as esferas da vida nacional, colocando com acuidade crescente a necessidade de uma resistência

ampla e resoluta dos trabalhadores e das forças democráticas.

Na passada semana, o Primeiro-Ministro foi ao Conselho de Concertação Social a quem anunciou o propósito de ver aprovado, a alta velocidade, um novo acordo de rendimentos e preços que constitua um congelamento real de salários ou até mesmo a sua degradação.

Dias depois, S. Exa. viajou para o Baixo Alentejo onde inaugurou uns escassos quilómetros de estrada, incitou os autarcas de partidos da oposição a não respeitarem as posições dos seus partidos e revelou uma nova tentativa de subversão da Lei das Finanças Locais através da aprovação no Orçamento de Estado de suspeitíssimos critérios do Governo para a distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro. É mais uma tentativa de lançar municípios contra municípios, dividir para fazer passar a política governamental. Os critérios distributivos da Lei das Finanças Locais não são naturalmente imutáveis. Mas este não é seguramente o caminho para alterações em benefício das autarquias e das populações.

E ntretanto, os elementos laranja da Alta Autoridade para a Comunicação Social, onde estão em larga maioria, não hesitaram em ilibar o Director do primeiro canal da RTP, José Eduardo Moniz, do manifesto abuso do direito de resposta ao Presidente da República.

O episódio dá plena razão ao PCP que, desde a revisão da Constituição de 1976 quando esta Alta Autoridade foi criada com o acordo do PS, sempre manifestou a opinião que se tratava de um órgão não para fiscalizar mas para dar cobertura à manipulação e instrumentalização da comunicação social por parte do Governo.

A atitude laranja, nesta oportunidade, mostra também como o PSD está pronto a retomar o afrontamento com o Presidente da República sempre que encontre um pretexto para o fazer.

Ao mesmo tempo, na Assembleia da República a maioria parlamentar do PSD lança a ideia de uma reforma da vida parlamentar que, pelo que anuncia e pela prática já em curso, é uma nova maneira de fazer uma nova «lei da rolha», destinada a silenciar ainda mais o plenário (a instância que tem expressão pública), restringir de novo o direito dos deputados e dos partidos da oposição, e reduzir o papel da Assembleia da República, como órgão do poder político.

É chocante e preocupante o comportamento do PS em face da ofensiva generalizada do Governo PSD. É que

não se trata apenas de passividade, mas de disponibilidade para colaborar ou de colaboração aberta. Não se trata tão-pouco de incapacidade de um partido paralisado por uma intensa luta interna pela liderança. Não é só isso. Há iniciativas do PS que coincidem com aquilo que o Governo e o PSD pretendem.

Temos alertado sucessivamente neste lugar para a vasta operação de desfiguração do regime democrático que Cavaco Silva intensificou depois da confirmação da maioria absoluta.

Trata-se de uma ofensiva contra a democracia política pondo em causa o sistema de representação proporcional com a revisão das leis eleitorais e a própria revisão antecipada da Constituição; trata-se de uma ofensiva contra a democracia económica com eliminação do Sector Empresarial do Estado e a privatização de «praticamente tudo» que foi nacionalizado e ainda mais; trata-se de uma ofensiva contra a democracia social com a concretização a toda a força do «pacote laboral», a anunciada revisão da lei da greve, a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais, nos domínios do ensino, da saúde, da habitação e da segurança social.

O que responde a tudo isto o PS? Nuns casos cala, no sentido que a sabedoria popular traduziu na conclusão de «quem cala consente», noutros colabora abertamente. Nestes últimos, reveste uma particular gravidade a disponibilidade manifestada pelo PS em relação à operação da revisão das leis eleitorais lançada por Cavaco Silva e as suas posteriores iniciativas visando a aceleração do processo.

Cego com a perspectiva de poder deduzir, por processos de engenharia eleitoral, os partidos à sua esquerda, especialmente o PCP, o PS revela que não foi capaz de aprender com a sua aposta na bipolarização só tem contribuído para a consolidação do poder laranja, o que é simbolicamente representado pela diferença de mais de 20 pontos percentuais que o separou do PSD, nos resultados eleitorais de 6 de Outubro.

Não pode também deixar de se chamar a atenção para o mais recente comportamento do PS na Assembleia da República. Sob a liderança de Jaime Gama, o PS está a abandonar o espírito de solidariedade entre as oposições e, em especial, das oposições à esquerda do PSD, que foi ao longo dos anos, desde que existe uma maioria monocolor de direita, uma das condições de salvaguarda do funcionamento democrático da Assembleia da República e dos direitos dos deputados e dos partidos que se opõem ao Governo. Convergindo com a maioria do PSD, às vezes à frente dela, na redução de direitos e condições de trabalho dos outros Grupos parlamentares, em especial do PCP, e colaborando com o Governo na orientação que leva à redução das reuniões e do papel do plenário e do exercício dos poderes de fiscalização por parte dos outros partidos da oposição, o PS presta um mau serviço à Assembleia da República e ao país, de que ele próprio também se tornará vítima.

A situação exige diálogo, entendimento e convergência entre todas as

forças que se opõem à política do Governo tanto no plano social, como no plano político, incluindo com o PS, apesar das suas posições.

A pressão e as condições em que Cavaco Silva escolheu para pressionar um novo acordo chamado de «concertação social», confirma plenamente que o Governo, como o PCP anunciou quando da apreciação do seu Programa, se prepara para descarregar sobre os trabalhadores (a começar pelos da Função Pública) e outras classes desfavorecidas os custos de uma conjuntura menos favorável, dos compromissos assumidos com a CEE, da modernização que não têm sabido implementar e da sua política favorável ao grande capital e a concentração da riqueza.

Nada justifica, se não uma concepção que se fundamente na injustiça social, que a contenção salarial (ou até a degradação dos salários reais) seja erigida em instrumento prioritário do combate à inflação.

Como as estatísticas demonstram, os rendimentos do trabalho têm sido preteridos, ano após ano, na distribuição do rendimento nacional. No ano corrente fez-se a prova de que uma maior justiça salarial é compatível com resultados positivos no combate à inflação. O Governo está comprometido, pelas promessas feitas na campanha eleitoral, na redução na brutal diferença que separa os salários e os vencimentos pagos aos portugueses dos que são pagos nos demais países da Comunidade. Além disso o Governo tem mentido sistematicamente nas previsões da inflação que torna públicas para conter os salários a níveis mais baixos da que realmente se verifica e mais uma vez as previsões governamentais são bastante inferiores às consideradas pelos departamentos competentes da CEE.

O s trabalhadores portugueses têm, por tudo isto, toda a razão e legitimidade para recusarem a factura que à viva força o Governo do PSD os quer fazer pagar. O caminho para alcançar este objectivo não comporta muitas variantes: é, fundamentalmente, o caminho da luta organizada, de massas, determinada.

Já se conhecem as primeiras reacções da CGTP manifestando-se contra os propósitos governamentais. Também se conhecem as primeiras posições da UGT partilhando as «preocupações» do Governo e preparando-se para se bandear com as suas medidas. Não se conhecem, mais uma vez, as posições do PS, mas é já significativo que não tenha reagido à diligência do Primeiro-Ministro no Conselho de Concertação Social.

Como sempre acontece, também nesta emergência, os trabalhadores portugueses podem contar com o PCP, sempre atento ao evoluir da situação do país, especialmente preocupado com as políticas e as situações que possam ferir ou comprometer os interesses e os direitos da população laboriosa e das massas populares.

Fazendo frente a todas as campanhas, por mais insidiosas, assegurando a democracia interna e o trabalho colectivo, o PCP trabalha para assegurar também a sua força organizada, e a sua coesão e unidade — condições essenciais para prosseguir na luta com os trabalhadores.



CGTP prepara Conferência Sindical Nacional

RESUMO

4

Quarta-feira

Na reunião do Conselho de Concertação Social, Cavaco Silva anuncia, entre outras medidas para controlar a inflação, uma política de contenção dos salários ■ PCP apresenta em conferência de imprensa cinco projectos de lei relacionados com o fortalecimento dos direitos dos cidadãos ■ A primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, recebe o doutoramento «honoris causa» em Ambiente pela Universidade de Aveiro ■ Oposição nos Açores impõe um conjunto de alterações no Plano e Orçamento para 1992 como condição para viabilizar as propostas no Parlamento ■ O governo australiano pressiona Jacarta a cooperar com Nações Unidas; a Amnistia Internacional, por seu lado, considera «pouco credível» inquérito indonésio ■ Depois de sete anos de sequestro é libertado em Beirute Terry Anderson ■ O Partido Democrático Albanês, principal força da oposição, anuncia a sua retirada da coligação governamental ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético pede aos outros países que usem de prudência no reconhecimento da Ucrânia, advertindo para o risco de um «Chernobyl» político.

5

Quinta-feira

Conselho de Ministros aprova proposta de lei que transforma a RTP em sociedade anónima ■ A Comissão parlamentar de Timor aprova envio de missões a diversos parlamentos do mundo no quadro de uma acção de sensibilização para a situação naquele território ■ O Bispo de Setúbal afirma no jornal da diocese que «Portugal avança, mas a duas velocidades» ■ A Associação Nacional de Farmácias declara que vai suspender o fornecimento de medicamentos a beneficiários enquanto o Ministério da Saúde não saldar dívidas no valor de mais de treze milhões de contos ■ Walesa nomeia para chefe do governo Jan Olszewski, antigo advogado do Solidariedade ■ Stipe Mesic apresenta formalmente a sua demissão da presidência jugoslava ■ O Partido Comunista Sul-Africano inicia os trabalhos do seu primeiro Congresso na legalidade.

6

Sexta-feira

O porta-voz da Presidência da República considera a Alta Autoridade para a Comunicação Social «um órgão partidizado e sem qualquer credibilidade» ■ Jorge Sampaio garante manter-se na «corrida» pela liderança do PS ■ Xanana Gusmão, em entrevista à Renascença, afirma querer negociar com a Indonésia, mas admira intensificar luta armada ■ Primeiro-ministro polaco anuncia na sua primeira declaração à população «novos sacrifícios» como forma de sair da «situação dramática» em que se encontra o país ■ Em mensagem aos líderes das repúblicas, Gorbachev pede ajuda para abastecer Moscovo ■ Na Jugoslávia recomeçam os bombardeamentos a Dubrovnik.

7

Sábado

Álvaro Cunhal afirma em comício no Barreiro, referindo-se

aos que têm como objectivo estratégico a destruição do Partido, que «não conseguirão assassinar o PCP, nem que o PCP se suicide por descer da sua própria vida, porque tem consciência do que vale» ■ O Movimento de Estudantes por Timor realiza uma manifestação em Lisboa evocativa do 16º aniversário da invasão do território pela Indonésia ■ Fernanda Mota Pinto substitui o padre Vítor Melícias à frente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ■ Gorbachev admite a hipótese de uma confederação de Estados soberanos substituir futuramente a União ■ Ingleses protestam durante uma manifestação contra a visita de Le Pen a Londres ■ Arabes decidem aceitar negociar, a partir do dia 10, em Washington, o processo de paz com os israelitas.

8

Domingo

Tribunal cívico de deficientes condena Governo pelo abandono a que estão sujeitos muitos dos cerca de um milhão de portugueses portadores de deficiência ■ Encerra em Lisboa o fórum nacional sobre o ensino superior, no decorrer do qual foi afirmado que um aumento exagerado das propinas agravará as dificuldades económicas de quem estuda ■ Magistrados do Ministério Público, reunidos em Coimbra, ameaçam recorrer à greve contra «ingerências» do Governo ■ A Rússia, Ucrânia e a Bielorrússia decidem criar uma «comunidade de Estados soberanos», à qual poderão aderir as repúblicas da antiga União Soviética ■ Zagreb e o Exército federal jugoslavo fazem novo acordo para a evacuação dos quartéis e a troca de prisioneiros.

9

Segunda-feira

Tem início a Cimeira de Maastrich; a questão da moeda única europeia domina este primeiro dia de trabalhos ■ Reunidos em Braga, os reitores das universidades portuguesas elaboram documento crítico onde reagem contra a crónica penúria de verbas para o ensino superior ■ O presidente moçambicano Joaquim Chissano acusa a Renamo de não respeitar acordos ■ Palestinos comemoram o quarto ano da Intifada nos territórios árabes ocupados por Israel ■ Boris Ieltsin extingue o Comité Económico Inter-Repúblicas, responsável pela coordenação da política económica ■ A ETA propõe ao governo espanhol uma trégua para renegociações.

10

Terça-feira

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), em reunião do seu Conselho Nacional, rejeita a política de contenção salarial proposta pelo primeiro-ministro ■ A Comissão Política do CC do PCP afirma que Cavaco «avança com a previsão de taxas de inflação irrealistas» ■ Solidariedade com Timor é a tônica da comemoração, na Assembleia da República, do 43.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem ■ Uma moeda única e uma diplomacia comum para a CEE são aprovadas em Maastricht ■ Palestinos exigem reunir-se separadamente com israelitas, e não integrados em delegação conjunta com a Jordânia.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Distribuição ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200, Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL: INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e Impresso na Hesk Portugal, R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

CGTP apela ao envolvimento dos trabalhadores

Contra a «contenção» de Cavaco avançar com a negociação colectiva

A CGTP considera urgente que seja assegurada a discussão das propostas para negociação colectiva dos contratos de trabalho a nível de sector e de empresa, denunciando a «contenção» salarial como objectivo do Governo e do patronato

Na reunião do Conselho Coordenador do Conselho Permanente da Concertação Social, na semana passada, o primeiro-ministro expôs as intenções do Governo sobre *princípios económicos e enquadramento comunitário da política de rendimentos para 1992/95*. Confirmando a tónica do discurso governamental posterior a 6 de Outubro, Cavaco Silva tentou ganhar os parceiros sociais para apoiarem a sua política de contenção salarial.

Nesta reunião do CPCS a discussão da política de rendimentos ficou-se quase exclusivamente pela discussão de uma das suas vertentes: os salários. Cavaco Silva apontou uma meta de inflação para 1992 de 7 a 8 por cento, com um previsível crescimento do PIB de 3 por cento, tentando a partir destes valores estabelecer os referenciais para actualização dos salários nos próximos trimestres. Isto, refira-se, no âmbito de uma proposta de Acordo/92, a discutir num prazo de 15 dias!

Carvalho da Silva, no final da reunião de dia 4, afirmou aos jornalistas que a meta de inflação adiada pelo Governo «não é atingível», apelando desde logo aos trabalhadores para que desencadeiem nos sectores e nas empresas uma grande discussão sobre as reivindicações salariais. Para o coordenador da CGTP-IN, há em Portugal

condições económicas, políticas e sociais para que se cumpra o prometido crescimento real dos salários, se melhore o salário mínimo nacional e as pensões, e se responda aos anseios dos trabalhadores da administração pública (sector relativamente ao qual o Governo evidencia uma clara intenção de cortar nas despesas correntes).

A CGTP denuncia - numa nota que a sua Comissão Executiva distribuiu às federações e uniões sindicais logo após a reunião do CPCS - o nítido propósito do executivo de **antecipar a negociação daquele Acordo/92 relativamente à negociação colectiva** ao nível dos sectores e das empresas, de forma que os referenciais que venham a ser estabelecidos no CPCS possam funcionar como *tecto* para os aumentos salariais.

A central regista ainda que não foi dada aos parceiros sociais informação sólida sobre o conteúdo do plano estratégico entregue pelo Governo à CEE (Quantum 2), nem sobre o Orçamento de Estado que em breve deverá ser apresentado na Assembleia da República. Na reunião do Conselho da Concertação Social houve ainda, refere a Intersindical Nacional, total ausência de respostas no que se refere a salários mínimos e prestações sociais.

Para a CGTP é igualmente de ter em conta que, relativa-

mente à administração pública, o ministro das Finanças disse no CPCS que se vão iniciar negociações com os sindicatos, enquanto o primeiro-ministro disse que o Governo tem urgência em *fixar os salários do sector*.

Exige-se, mais do que em qualquer outro momento, o envolvimento dos trabalhadores em todo o processo negociado - afirma-se na informação da Comissão Executiva da CGTP. Neste documento sublinha-se que é urgente e obrigatório assegurar de imediato, em todos os sectores, a discussão das propostas para a negociação colectiva (sectorial e de empre-

sa), denunciando os objectivos patronais e governamentais de contenção salarial, tarefa que é mais urgente ainda na administração pública.

A CGTP reafirma a sua posição (que foi manifestada também na reunião do CPCS): **não há qualquer justificação para uma política de contenção salarial em 1992**. Pelo contrário, **é possível fazer crescer os salários reais e, ao mesmo tempo, combater a inflação** (como se viu em 1991, ano em que o crescimento da massa salarial se deverá situar entre 16 e 18 por cento, o



A política da «contenção» os trabalhadores responderão com a luta firme por melhores condições de trabalho e de vida

que não obstou à descida da inflação em cerca de 2 por cento). Tal crescimento, além de ser possível mantendo o nível de emprego, é necessário para que os salários dos trabalhadores portugueses se aproximem progressi-

vamente da média da CEE.

Em 1992, afirma a central, **exige-se um maior crescimento dos salários mínimos, das pensões e prestações sociais**, que estão a distanciar-se do crescimento médio dos salários.

Os salários têm sido os mais castigados

Os objectivos apresentados pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na reunião do Conselho da Concertação Social, para a política de rendimentos para 1992 são absolutamente inaceitáveis.

Ao defender a «contenção salarial» como factor determinante para a baixa de inflação em 1992, apontando para uma taxa da ordem dos 7% e 8%, o Governo não só parece esquecer, passadas duas semanas, o seu próprio Programa, aprovado sob o lema da «Qualidade de vida», como também despreza o facto dos salários — e os trabalhadores — serem exactamente quem mais tem

pago, nos últimos anos, a «factura» da integração.

A Fepces recorda publicamente que os custos salariais baixaram sucessivamente nos últimos anos: uma baixa superior a 17% entre 1980 e 1990. Aliás, Portugal mantém os custos salariais médios mais baixos da Europa: o custo médio dos salários portugueses é de 606 escudos por hora, dos quais metade corresponde a salários directos e a outra metade a encargos salariais. Em Espanha, o país mais próximo de Portugal nesta matéria, o custo é de 1100 escudos e na Irlanda de 1550 escudos. Na Suíça, em primeiro lugar, o

custo médio do salário por hora é de 2300 escudos!

Ora, os salários portugueses não só continuam extremamente baixos como, nos últimos anos, têm sido os mais prejudicados em termos de participação no rendimento nacional. Se, em 1980, a parte dos salários era de 50,1 por cento, em 1990 a regressão era significativa: apenas lhe cabia 41,5 por cento.

É hoje clara a total exaustão dos salários praticados em Portugal. Este facto não apenas impossibilita qualquer contenção na sua natural actualização e aproximação progressiva às médias comunitárias,

como cria fortes reservas à credibilidade de uma política anti-inflacionista, que se baseia, no fundamental, naquela mesma contenção salarial.

A Fepces exorta assim todos os trabalhadores do Comércio e Serviços a participarem nos processos negociais de revisão salarial em curso, na certeza de que, naturalmente, as intenções do Governo vão encontrar uma boa aceitação por parte das entidades patronais.

(Comunicado de 6 de Dezembro da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços)

Total oposição do PCP

1. O Governo de Cavaco Silva, pelo que já afirmou pela voz do Ministro das Finanças aquando do debate do Programa do Governo na Assembleia da República e pelo que agora anuncia no Conselho de Concertação Social, pretende passar para cima dos trabalhadores os custos de uma política que manteve os atrasos na modernização e as vulnerabilidades da economia portuguesa.

2. O combate à inflação, a reestruturação de sectores essenciais e a modernização do aparelho produtivo não passam pela punição dos salários, nomeadamente os dos trabalhadores da Função Pública, nem por um «modelo» assente numa mão-de-obra barata.

3. Na verdade, os salários têm vindo a perder peso na distribuição do Rendimento Nacional e, como refere com clareza o último relatório do Banco de Portugal, «o facto do crescimento da produtividade se ter situado sempre acima do crescimento do salário real nos últimos anos é indicativo de que a aceleração do índice dos preços no consumidor a partir de 1988 não pode ser atribuída ao aumento dos custos salariais».

4. O PCP manifesta a sua total oposição a uma política que pretenda «combater» a inflação à custa dos salários dos trabalhadores, dos rendimentos dos agricultores e da manutenção das elevadas taxas de juro (créditos), favorecendo os ganhos especulativos, penalizando a actividade produtiva e o investimento.

4 de Dezembro de 1991

O Gabinete de Imprensa do PCP

Já há aumentos acima de 20 por cento

A reivindicação de aumentos salariais de 18 por cento avançada pela CGTP é considerada justa pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, cuja Comissão Executiva afirma que aquele valor foi acolhido pelo sector. A justiça daquela reclamação foi já confirmada, refere uma nota da FSMMMP, pelos resultados obtidos na negociação em muitas empresas e que, em alguns casos, ultrapassam os 20 por cento.

Um comunicado aos trabalhadores do sector referia, recentemente, alguns exemplos de bons resultados conseguidos na negociação a nível de empresas: **aumentos salariais de 27 por cento na Navipica, 21 por cento na Central Mecânica Terra e Mar, 23 por cento na Macroclima, 20 por cento na Auto Marginal e 16 por cento na Jorge e Irmãos; reduções de horários nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, na JOL, Mague, Sorefame, Sensimor, Domingos José Souto, Lisnave, Frinil, Tepclima, Metalúrgica Luso-Italiana, Batista Russo, Renault, FNAC, Optron, Cometna e Guilherme Rosa.**

Reunida em Aveiro na semana passada, a Executiva da Federação dos Metalúrgicos e Mineiros decidiu expressar o seu «repúdio pela pretensão do Governo e do patronato de voltarem

à carga com novas tentativas de limitações aos aumentos salariais e à própria liberdade negocial». Os dirigentes da FSMMMP «denunciam a falta de ética e seriedade do Governo que, após o discurso eleitoral para *caça* aos votos, abandona as promessas, retomando a sua política contra os trabalhadores, preconizando baixos salários, o encerramento de empresas (caso do Pejão), etc.».

Apoiando a posição assumida pela CGTP-IN na reunião do CPCS, aquela federação manifesta a sua inteira solidariedade para com os trabalhadores das empresas do sector em luta, bem como aos de outros sectores, particularmente os da Função Pública.

Na reunião de Aveiro os sindicalistas metalúrgicos e mineiros decidiram «empenhar-se na mobilização dos trabalhadores do sector para a luta reivindicativa», dando prioridade à luta pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais (35 horas nas minas), e prosseguir a luta em defesa dos direitos e contra o *pacote* laboral.

A Executiva da FSMMMP expressou ainda a sua solidariedade ao povo de Timor-Leste, «empenhando-se desde já no trabalho para garantir o êxito do minuto de paralisação e silêncio» marcado para hoje às 15 horas.

Um minuto de silêncio

Hoje passam 30 dias sobre o massacre de Dili. Às 15 horas todos faremos um minuto de silêncio.

A iniciativa é tomada pelas organizações de trabalhadores: hoje às 15 horas será respeitado em todo o país um minuto de silêncio por Timor. Um comunicado da CGTP-IN de apelo à participação nesta iniciativa diz que ela pretende assinalar a passagem do 30.º dia do massacre cometido pelas tropas indonésias e «reforçar o movimento nacional e internacional em prol da autodeterminação e independência daquele território».

Este minuto de silêncio, também convocado pela UGT, surge numa altura em que as estruturas sindicais estão a contactar as empresas transnacionais instaladas em Portugal para, segundo o comunicado da CGTP, ir «convencendo-as» a cessar todo o intercâmbio comercial com a Indonésia «até que seja encontrada uma solução justa para o problema».

O PCP, através de um comunicado da sua Comissão Política, declarou o seu apoio a esta jornada e salientou a intervenção da juventude nas importantes acções de protesto que se têm vindo a promover em todo o país, insistindo em que «os órgãos de soberania devem desenvolver uma intensa e diversificada acção internacional» com vista ao isolamento da Indonésia e à garantia da autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Aniversário da invasão

Em Timor, esta semana, oito detidos em Dili de 12 de

Novembro foram acusados e serão julgados por subversão, enquanto outros 18 são acusados de delitos comuns. No dia do aniversário da invasão indonésia, sábado passado, uma bandeira das Falintil (a guerrilha timorense) apareceu hasteada no cemitério de Santa Cruz, onde ocorreu o massacre de 12 de Novembro, apesar de o local estar fortemente guardado por tropas indonésias.

Nesse dia, em todo o território, os timorenses mandaram rezar missas para recordar os seus mais de 200 mil mortos desde que a Indonésia invadiu aquele território, enquanto correram rumores de novos fuzilamentos de timorenses.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alattas, parece protagonizar uma reavaliação da estratégia política e diplomática indonésia ao conceder uma entrevista à RTP onde consideraria que o massacre de Dili a 12 de Novembro passado representou «um recuo de todos os avanços» até ali conseguidos para a resolução do problema de Timor-Leste e ao dizer que o seu Governo estaria disposto a discutir de novo o problema com Portugal.

Esta posição surgiu após uma semana em que foi particularmente intensa a pressão internacional sobre a Indonésia, a envolver países europeus, árabes e islâmicos e até mesmo o Canadá, tradicional aliado em política externa dos Estados Unidos (país que

continua sem condenar a Indonésia), que suspendeu segunda-feira um conjunto de projectos de auxílio económico à Indonésia no valor de três milhões e 700 mil contos, no mesmo dia que um estudante timorense no Canadá pedia asilo político.

Ali Alattas fora assediado por vários dos seus colegas árabes e islâmicos para debater o caso de Timor-Leste (as agências noticiosas falamos representantes da OLP, Argélia, Síria e Iémen) que com ele participavam na VI Cimeira da Organização da Conferência Islâmica para onde o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, anunciou um discurso onde a situação do povo maubere seria abordada.

O ministro indonésio acabaria por aceder a dar a sua versão aos seus colegas da Malásia, Síria e Argélia, depois de várias vezes se ter oposto a uma reunião mais alargada de ministros árabes e islâmicos para abordar este caso.

A «culpa» dos comunistas

Na altura, Alattas diria mesmo que o que se passa no território não é mais que isto: a população timorense tem-se deixado arrastar «pela demagogia dos comunistas da Fretilin», e, dias depois, diria à RTP que a manifestação de 12 de Novembro em Dili era, na origem, pacífica e que os distúrbios degenera-

riam no massacre por causa de «pessoas que se infiltraram entre os manifestantes».

Na semana passada o presidente Mário Soares enviara uma carta ao rei de Marrocos, pedindo que defendesse a causa de Timor-Leste na Organização da Conferência Islâmica, depois de Hassan II ter manifestado disponibilidade para servir de mediano em eventuais negociações entre Portugal e a Indonésia. Também a Argélia, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestou a mesma disponibilidade, defendendo a realização de um referendo em Timor-Leste.

Outras tomadas de posição conhecidas esta semana: a Assembleia da UEO aprovou uma resolução que condena a Indonésia, pedindo aos estados membros um embargo de armas àquele país, retomando no essencial uma proposta aprovada na Comissão Política desta organização elaborada pelo deputado comunista Rogério de Brito. O Movimento Internacional dos Municípios Desnuclearizados aprovou uma moção condenando o massacre em Dili e a situação de ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia, exigindo o cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

Na ONU o embaixador português, Fernando Reino, encontrou-se sexta-feira com o secretário-geral eleito, o egípcio Butros Ghali. Foi entregue uma carta do Presidente da República Portuguesa.

Deputados vão a parlamentos estrangeiros

A Assembleia da República assinalou na passada terça-feira o aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem com uma sessão solene dedicada a Timor-Leste, presidida pelo Presidente da República, Mário Soares, alguns dias depois de ter passado o 16.º aniversário da invasão daquele território por tropas indonésias, a 7 de Dezembro de 1975.

Esta sessão ocorreu uma semana depois de o Parlamento português ter aprovado por unanimidade o envio de deputados portugueses em missões de sensibilização para o problema de Timor-Leste a parlamentos estrangeiros: Holanda (ex-potência colonizadora da Indonésia), Reino Unido (um dos principais parceiros comerciais de Djacarta), Parlamento Europeu, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália serão os objectivos dessas missões, segundo uma proposta apresentada nesse sentido pelo presidente da Comissão Eventual para Timor-Leste, Vítor Crespo.

Uma iniciativa que seria complementada com uma reunião em Portugal de parlamentares de países membros da CEE, da NATO, dos países de língua oficial portuguesa, da Austrália e do Japão, caso venha a ser aprovado um projecto de deliberação já apresentado por deputados do PCP.

O projecto pretende também contar com a presença nessa reunião dos legítimos representantes do povo timorense numa iniciativa que em Lisboa, «no mais breve espaço de tempo possível», pudesse proporcionar a informação, a análise e discussão da situação em Timor-Leste, «tendo em vista a convergência de acções que contribuam para impor o respeito ao Direito Internacional e dos Direitos do Homem» e ainda «para garantir as condições indispensáveis ao exercício da autodeter-

minação e independência do povo timorense», conforme se pode ler no texto apresentado pelos deputados comunistas.

No projecto de deliberação considera-se que as recentes iniciativas políticas e diplomáticas do Presidente da República e do Governo «podem e devem ser complementadas com iniciativas da Assembleia da República» e recordam-se as posições contra a ocupação indonésia do território timorense tomadas pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU e pelo Movimento dos Países Não Alinhados, a União Inter-Parlamentar, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu e a União Europeia Ocidental.

Ainda no parlamento português, um deputado do PSD questionou o Governo sobre o alegado facto de a CP ter ajudado uma multinacional a exportar produtos para a Indonésia, solicitando o «teor concreto» das recomendações que o Governo disse ter feito a empresas portuguesas, em particular as públicas, quanto à cessação das relações comerciais com a Indonésia.

A este propósito recorde-se que há algum tempo o ministro Valente de Oliveira diria, após uma reunião com confederações patronais, que Portugal estava, na prática, impossibilitado de cortar relações comerciais com a Indonésia por ser obrigado a cumprir acordos firmados entre a CEE e aquele país, limitando-se o Governo a recomendar aos empresários a cessação de qualquer tipo de negócios com aquele país em acto de solidariedade com o povo timorense.

Será esta uma questão comprometida para a soberania nacional?



Em Lisboa, jovens estiveram no fim-de-semana na rua, em solidariedade com Timor

Gestos portugueses

A passagem do 16.º aniversário da invasão indonésia ao território de Timor começou por ser assinalada em Lisboa na tarde da passada sexta-feira por uma marcha de pesar e solidariedade que ligou a Alameda D. Afonso Henriques à Praça do Comércio. O acto fora convocado por diversas organizações, entre as quais o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Movimento Universitário de Solidariedade com Timor do ISCSP, CGTP, USL, Associação Juvenil Olho Vivo, Associação Amar o Tejo Viver a Paz, Comissão de Estudantes de Solidariedade com Timor da escola secundária D. Maria I, MDM, Associação de Estudantes da escola secundária D. Pedro V e Inter-Jovem. No final interveio um membro da Fretilin, Abílio Sereno, e, em nome das entidades promotoras, o presidente da CNJ a exigir que «cessem imediatamente as violações dos direitos humanos» em Timor e o estabelecimento de iniciativas que levem à autodeterminação e independência do povo maubere e ao cumprimento das resoluções da ONU e ainda o livre acesso a Timor de observadores internacionais.

Entre várias exigências, os promotores desta marcha defenderam o cancelamento da venda de armas à Indonésia e o embargo económico internacional, apelando a uma «resolução clara e inequívoca nesse sentido» na Cimeira de Maastrich da CEE que decorreu no início desta semana.

No final da reunião de Maastrich, na passada terça-feira, o Movimento de Estudantes Universitário programara projectar num ecrã gigante, colocado em frente ao edifício onde decorriam as conversações dos governantes dos países da CEE, as imagens do massacre do dia 12 de Novembro em Dili, numa iniciativa que visava «tentar acordar o mundo para o horror indonésio».

O primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros enviaram mensagens ao povo de Timor através da RDP-Internacional no dia do 16.º aniversário da invasão.

Também no próprio dia do aniversário da invasão indonésia, sábado passado, a bandeira do município de Dili foi içada a meia haste nos edifícios das Câmaras Municipais portuguesas enquanto o Movimento de Estudantes por Timor promovia nova manifestação em Lisboa, desta vez ligando o Terreiro do Paço à embaixada dos Estados Unidos onde foi entregue um abaixo-assinado sobre Timor.

Também na noite de sexta-feira o Movimento Estudantil por Timor organiza entre o Palácio de Cristal e a Praça Humberto Delgado, no Porto, uma manifestação que assinala o 16.º aniversário do genocídio do povo maubere que vitimou já 200 mil pessoas.

Em Gaia, Porto e Famalicão realizam-se celebrações ecuménicas de solidariedade com Timor.

O jornalista norte-americano, Allan Nairn, promoveu em Lisboa uma conferência de imprensa para descrever o massacre de Dili a que assistiu.

A fundação Austronésia-Borja da Costa apresentou a revista «Coral» inteiramente dedicada à causa timorense.

Um concerto rock e uma exposição/venda intitulada «Arte com Timor» no Palácio Galveias foram outras iniciativas a decorrer em Lisboa por altura do 16.º aniversário da invasão indonésia, cujas receitas serão entregues à resistência maubere.

Na Madeira realizou-se a jornada «Timor mais perto», organizada pela Direcção Regional do Sindicato dos Jornalistas e pela Associação dos Artistas Plásticos da Madeira.

Uma largada de pombos e um debate em Leiria e uma sessão de solidariedade no salão dos bombeiros voluntários de Aveiro foram outras iniciativas que assinalaram a data do aniversário da invasão indonésia.

Em Coimbra uma sessão pública aprovou o documento «Coimbra, cidade humanista solidária com Timor-Leste», uma iniciativa do Movimento Cristão pela Paz.

Na Marinha Grande 700 pessoas participam numa iniciativa de solidariedade com o povo e a juventude de Timor-Leste.

Em Setúbal organizou-se sexta-feira passada uma concentração de solidariedade com o povo maubere.

A Câmara Municipal de Castelo de Paiva aprovou uma moção na qual defende que Portugal deve disponibilizar todo o apoio ao povo de Timor, «na sua luta contra o invasor sanguinário».

O executivo da Organização Regional de Braga do PCP exprimiu o seu contentamento «pela significativa expressão e amplitude que o movimento de solidariedade com o povo de Timor assumiu já no distrito» e apela à observação de um minuto de silêncio com paragem de laboração hoje às 15 horas.

Ao longo da semana decorreram em Braga diversas iniciativas sob o título «Tudo por Timor», entre as quais uma manifestação de estudantes e uma vigília.

A cantora e professora primária Aida Cordeiro lançou um disco cujo produto da venda reverte a favor de Timor e das crianças de Moçambique.

Em Macau os timorenses ali residentes assinalam com uma missa na Sé Catedral o aniversário da invasão.



Também na Guarda, os estudantes promoveram uma concentração junto à Sé, em favor do povo maubere

Nota da Comissão Política

A Comissão Política do CC do PCP, reunida em 9 de Dezembro, analisou a situação política e social e o andamento da actividade partidária. Das conclusões aprovadas são de destacar:

1. A Comissão Política considera que a comunicação feita pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, no Conselho Permanente de Concertação Social, no passado dia 2, sobre a situação económica e a política de rendimentos para 1992, visando o novo acordo da chamada «concertação», encerra uma séria ameaça aos interesses e condições de vida dos trabalhadores.

Em vez de cumprir as promessas eleitorais de melhoria significativa das condições de vida e de aproximação aos níveis europeus, Cavaco Silva vem agora, a pretexto dos dias difíceis que aí vêm, querer descarregar para cima dos trabalhadores o pagamento da factura da sua política.

Mais uma vez o Primeiro-Ministro avança com a previsão de taxas de inflação irrealistas que outro objectivo não têm do que servir de suporte à política de contenção salarial, política que agora se anuncia com contornos bastante mais gravosos.

Mais uma vez, igualmente, o Governo se prepara para sacrificar os salários dos trabalhadores da Função Pública, como estímulo ao grande patronato para resistir às reivindicações dos trabalhadores e do movimento sindical.

A onda de despedimentos em curso e a ameaça do seu alastramento (como aliás se pode inferir da comunicação do Primeiro-Ministro) a par das tentativas do grande patronato para aplicar a legislação do «Pacote Salarial», em questões que ferem gravemente direitos essenciais dos trabalhadores, confirma que se caminha para o agravamento da situação social.

A Comissão Política considerou que se impõe no imediato um largo trabalho de esclarecimento sobre a verdadeira natureza da política que o Governo se propõe realizar, a qual, sob a capa da política dita de rendimentos e preços, tem como único objectivo conter e degradar os salários dos trabalhadores.

O desenvolvimento desde já da luta reivindicativa, quer ao nível sectorial, quer das empresas, torna-se uma condição indispensável para derrotar os projectos do Governo. Os salários não são responsáveis pela inflação. Os trabalhadores precisam e podem viver melhor.

2. A Comissão Política alerta a opinião pública para o facto de o Governo se preparar para acelerar o leilão do Sector Empresarial do Estado depois dos verdadeiros escândalos verificados nas privatizações já realizadas (Diário de Notícias, Bonança, Totta, Espírito Santo) e dos pseudo-inquéritos para sossegar a opinião pública, mas que nunca vieram à luz do dia.

O anúncio da venda de empresas básicas e estratégicas, como a Petrol, as notícias sobre o acesso do Grupo Espírito Santo (GES) à lista dos melhores e maiores clientes do BESCL; o processo de decisão da venda da Central do Pego; as declarações ministeriais sobre as privatizações de serviços médicos, linhas da CP, e outros; as associações declaradas de investidores estrangeiros ou nacionais para se apoderarem das empresas (Mundial Confiança, Portucl) revelam com toda a clareza, não só a violação da Constituição e da Lei, mas também a mão baixa que se está a praticar na alienação de riquíssimo património público sob a capa ideológica do mais estreito «fundamentalismo neo-liberal».

A Comissão Política considera escandaloso, à luz da Constituição da República e do interesse nacional, que o Governo continue com toda a desfaçatez e impunidade (e com o silêncio do PS) a anunciar a privatização total de empresas básicas e estratégicas, de alavancas fundamentais da economia portuguesa, tanto no sector produtivo como no sector financeiro e apela aos trabalhadores e às suas estruturas representativas para que organizem a resistência e a denúncia do negociado e da desresponsabilização do Estado na prestação de serviços e bens sociais à comunidade.

3. A Comissão Política apreciou aspectos da situação do ensino superior e da acção estudantil e manifesta a sua preocupação pela situação de ruptura do ensino superior público, provocada pela política do Governo e caracterizada por atrasos consideráveis na abertura das aulas; escolas a funcionar com falta de pessoal docente, auxiliar e administrativo; escassez de verbas para áreas elementares (electricidade, água, comunicações, limpeza, segurança); carência e degradação acelerada de instalações; falta de meios auxiliares de ensino e investigação; apoio social aos estudantes em situação limite com insuficiência e atraso no pagamento das bolsas; aumento dos preços e má qualidade das cantinas e residências universitárias; e serviços médico-sociais em clara degradação.

O recente orçamento rectificativo, com desvio de verbas de investimentos para o orçamento de funcionamento, apenas veio colmatar situações pontuais, mantendo-se a situação de ruptura iminente.

A Comissão Política considera que o caminho para ultrapassar a situação actual não passa pela desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público, subjacente às intenções de promover aumentos brutais das propinas apresentados com a justificação hipócrita de promoção da justiça social e o aceno de promessas de reforço do apoio social que afinal podem conduzir à sua descaracterização e substituição por esquemas de empréstimos, não perspectivando a resposta às reais necessidades dos estudantes oriundos de famílias com menores recursos.

Tais intenções, a concretizarem-se, mais do que responder à grave situação existente, contribuiriam para limitar o acesso ao ensino superior, acentuariam a elitização social e promoveriam ainda mais a privatização do ensino ao arpejo da lei de bases do sistema educativo e das necessidades do país que continua a ter uma percentagem insuficiente de estudantes no ensino superior e de licenciados no conjunto da população.

A Comissão Política salienta a importância da iniciativa e acção desenvolvida pelos estudantes universitários, particularmente no Porto e em Lisboa na exigência de diálogo e resolução dos problemas; condena a falta de diálogo e a carga policial sobre os estudantes do Porto; reclama a efectiva instauração e divulgação pública das conclusões do inquérito a essa acção repressiva e manifesta solidariedade com o prosseguimento da acção dos estudantes pelo cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino superior público, contra o financiamento com base no aumento das propinas, por mais e melhor apoio social e por um ensino superior que corresponda aos interesses dos estudantes e às necessidades nacionais.

4. A Comissão Política analisou as recentes declarações de Cavaco Silva sobre finanças locais. Confirmando o propósito do Governo de apostar na divisão dos municípios em torno dos critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tais declarações revelam novos e preocupantes contornos. O apelo deixado em Beja pelo Primeiro-Ministro para que os eleitos «pressionem» as direcções partidárias respectivas no sentido destas avaliarem a manobra que o Governo tem em curso, evidencia uma postura incompatível com a seriedade política e a responsabilidade de Estado que a matéria em causa exige.

O PCP estará disponível para analisar esta questão com seriedade e preconiza que a sua consideração seja feita na Assembleia da República e com a participação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e antes do debate do Orçamento de Estado.

Em vez do fomento de manobras de divisão tendentes a iludir a continuada redução da capacidade financeira dos municípios, o PCP reclama um reforço substancial das verbas a transferir para as autarquias de acordo com uma correcta avaliação do IVA para a fixação do FEF de 1992 acrescida da verba que compense a subavaliação do IVA verificada na aplicação da lei no ano anterior.

O PCP manifesta-se disponível para uma reapreciação responsável da lei de finanças locais que salvasse e reforce a capacidade financeira dos municípios e que acentue o carácter redistributivo do FEF sem prejuízo das receitas de cada uma das autarquias.

A pressão que se impõe do conjunto dos eleitos junto dos respectivos partidos é, não a que contribua para os dividir, mas sim a que assegure uma intervenção na Assembleia da República que viabilize o reforço da capacidade financeira das autarquias.

5. A Comissão Política do PCP considera que dada a importância da Cimeira de Maastricht esta deveria ter sido precedida de um debate nacional e nomeadamente na Assembleia da República, tal como se verificou noutros países e não através de meras e vagas informações ministeriais avulsas em Comissão nas vésperas da Cimeira e cujos trabalhos, lamentavelmente, foram fechados à Comunicação Social.

O PCP tomará oportunamente posição sobre as conclusões da Cimeira.

6. A Comissão Política do PCP salienta o grave significado da decisão tomada, por maioria, pela Alta Autoridade para a Comunicação Social de negar provimento à queixa apresentada contra o Director do Canal 1 da RTP pelo teor da sua resposta à mensagem do Presidente da República sobre a situação na Comunicação Social.

Traduzindo, por interposto órgão, um novo acto de afrontamento por parte do PSD e do Governo em relação ao Presidente da República, a referida decisão da AACS comporta ainda o inaceitável efeito de funcionar como uma declaração de impunidade futura para todas as atitudes arrogantes ou insolentes com que os responsáveis da RTP entendam voltar a responder a críticas ou análises à orientação e prática do mais importante órgão de comunicação social pertencente ao Estado.

O PCP salienta que a nova confirmação de que a maioria dos

membros indicados pelo PSD e pelo Governo não permitirá que a AACS possa exercer com real independência e eficácia as suas atribuições não invalida nem a necessidade nem a possibilidade de uma activa resistência e de um firme combate democrático contra o processo de avassaladora dominação e instrumentalização pelo PSD dos principais meios de comunicação social.

7. A Comissão Política salientou a importância das acções de protesto, com particular destaque para a intervenção da juventude, contra o massacre de Dili e pelo fim da ocupação de Timor-Leste pelas tropas indonésias, e insiste em que os órgãos de soberania devem desenvolver uma intensa e diversificada acção internacional com vista à condenação e isolamento da Indonésia e à garantia do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

A Comissão Política declara o seu apoio à jornada de solidariedade para com o povo de Timor e de protesto contra o massacre de Dili, decidida pela CGTP-IN para o próximo dia 12 (um minuto de silêncio) e apela a todos os seus militantes, aos trabalhadores, no sentido de uma acção empenhada para que nos locais de trabalho se organize a jornada, e se assegure o seu êxito, inserindo esta jornada no conjunto de lutas que se desenvolvem para que seja garantido ao Povo Maubere o direito à autodeterminação e independência.

8. A Comissão Política tomou conhecimento com grande preocupação dos últimos desenvolvimentos da conjuntura política na URSS, designadamente o chamado acordo de Brest que decidiu unilateralmente criar uma «Comunidade de Estados Independentes» com a Rússia, a Ucrânia e Bielorrússia, e declarar nula e sem vigor a União Soviética, a sua Constituição, as suas leis e as suas instituições.

Estas decisões sobrevêm num momento que se vem caracterizando por aspectos cada vez mais preocupantes: profunda deterioração da situação económica e financeira do país e do abastecimento da população; a séria degradação das condições de vida das mais largas massas; persistentes conflitos étnicos e nacionalistas, inclusive armados; um generalizado aviltamento da democracia (nomeadamente pela perda de poder efectivo dos soviets a favor de «presidencialismos» com a substituição prática dos soviets eleitos por chefes nomeados que se lhes sobrepõem; uma governação através de decretos do topo; constantes violações da Constituição e da legalidade que dão origem a uma interminável «guerra de leis» e ao estabelecimento do arbítrio; uma repressão anticomunista e contra as organizações dos trabalhadores; e uma aguda confrontação política. Em tão instável e perigosa situação, aquele acto é de molde a acelerar ainda mais bruscamente a desintegração da URSS, com consequências dramáticas para os povos da União Soviética que se podem tornar de violência imprevisível.

A Comissão Política, solidária com os trabalhadores e o povo soviético, faz votos para que se encontrem soluções que impeçam um trágico desfecho da perigosa situação política e social que se está desenvolvendo na União Soviética.

9. A Comissão Política apreciou o andamento do trabalho partidário. O balanço efectuado revela um grande dinamismo das organizações e militantes, na análise e resposta às situações, no debate político, na dinamização das lutas, no fortalecimento dos movimentos de massas, no trabalho nas autarquias, na acção parlamentar e em importantes iniciativas, reuniões, encontros de quadros, sessões e comícios, numa confirmação que o PCP está a assumir as suas responsabilidades e a confirmar-se como força indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático, da soberania e da independência nacional.

A Comissão Política, no prosseguimento da acção partidária, anuncia a convocação duma reunião do Comité Central do PCP para os dias 16 e 17 de Dezembro, destinada à análise da situação política nacional e internacional e à definição de grandes linhas de orientação e tarefas para os próximos tempos, incluindo as referentes ao trabalho preparatório do XIV Congresso do Partido que, nos termos estatutários, deverá realizar-se em 1992.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1991

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



Comício no Barreiro Anunciada a V Assembleia da Organização Concelhia

Ao salão de «Os Penicheiros», onde tantas realizações do Partido Comunista Português foram levadas a cabo ao longo dos anos, depois do 25 de Abril de 1974, mais uma vez afluíram comunistas e muitos democratas barreirenses, a participar num comício em que tomou a palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. Foi no sábado à noite. O início estava marcado para as 21 horas e nesse momento a sala quase cheia viu a entrada de algumas dezenas de jovens da JCP, com bandeiras e tambores, a dar animação à expectativa. Com efeito, uma longa meia hora passou antes de ser dada a palavra ao primeiro orador, enquanto os lugares sentados se ocupavam completamente e, ao fundo, muita gente se aglomerava, de pé. A decoração sóbria da sala, com bandeiras do Partido pendentes das varandas do balcão e uma faixa com as cores do PCP no palco, mostravam que nenhuma data se comemorava ali. Álvaro Cunhal ia ao Barreiro apenas falar da situação política nacional e o momento político era suficiente para que muita gente acesse a escutar o seu discurso que o «Avante!» publica hoje na íntegra.

Chegou o momento, por fim, em que foram chamados ao palco os camaradas que constituíram a «mesa» do comício — responsáveis concelhios e de vários organismos importantes do Partido no Barreiro, entre os quais se encontravam alguns membros do Comité Central — Helder Madeira, Manuel Reis — o Presidente da Câmara, Pedro Canário e Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP. A entrada de Álvaro Cunhal suscitou prolongados aplausos.

A camarada Cláudia, que fez a primeira apresentação, saudou os presentes em nome da Juventude Comunista Portuguesa. Falou do momento particularmente difícil que a juventude vive hoje, agravada pela nova maioria conseguida por Cavaco Silva, e que prolonga e agudiza problemas — **numeros clausus**, PGA, trabalho infantil, trabalho precário, juventude sem direito à habitação.

Sublinhou que os jovens comunistas não se conformam com este estado de coisas, que continuarão a luta. Referiu-se à solidariedade com Timor, à luta pela liberdade e pela construção de uma sociedade mais justa.

Em nome da Comissão Concelhia do Barreiro falou seguidamente a camarada Inácia Lopes que afirmou que o comício, para além de divulgar as propostas e posições do PCP, pretendia também lançar os trabalhos preparatórios da V Assembleia da Organização do Barreiro do PCP.

Salientando que a Assembleia será um momento muito importante na vida dos comunistas, dos trabalhadores e da população do Barreiro, a camarada afirmou que está nas preocupações da actual Comissão Concelhia que haja um espaço de tempo suficiente para discussão e análise das questões a debater na Assembleia que já tem data marcada — 9 de Maio do próximo ano. Até lá organizar-se-ão grupos de trabalho e comissões específicas para o estudo dos problemas, para além da indispensável realização de plenários de organismos do Partido.

Inácia Lopes não deixou de referir-se aos problemas actuais do concelho, a nível social — o desmembramento da Quimigal, a situação difícil na área da educação e da saúde, antes de entrar nas questões da vida interna do Partido. Neste campo, e abordando a questão das recentes sanções aprovadas pelo CC do Partido, a camarada revelou que, no concelho, a opinião dos militantes é maioritariamente concordante com a Direcção do PCP. Por fim, Inácia Lopes apelou a todos os membros do Partido para uma maior participação na vida das organizações, no debate e na contribuição para melhorar o trabalho do Partido.

Falou a seguir o camarada Pedro Canário, Presidente da Câmara Municipal, que naturalmente abordou o trabalho autárquico, detendo-se nas dificuldades, financeiras e burocráticas, que entravam as iniciativas da vereação. Porém, como disse, «as dificuldades não devem fazer-nos baixar os braços. É com ânimo e dedicação que, também neste mandato, os comunistas continuam a trabalhar». Por fim, tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal. Cujos discurso, ouvido atentamente, e interrompido por diversas vezes pelos aplausos, foi vivamente saudado, sobretudo as afirmações sobre a necessidade de unidade do Partido e sobre a confiança dos comunistas em si próprios, e dos trabalhadores e do povo no Partido.

Álvaro
Cunhal



O Partido está convicto, combativo e determinado

Camaradas:

Antes de mais, através dos participantes neste nosso encontro, transmiro fraternais saudações aos camaradas e ao povo do Barreiro, fazendo votos para que, nestes tempos difíceis, apesar de mudanças profundas, nomeadamente na estrutura económica e na composição social do concelho, apesar de graves recuos e de graves ameaças, a luta da classe operária, a luta dos trabalhadores, a luta do nosso povo pela liberdade, a democracia, o progresso social e o socialismo, continua a ter no Barreiro uma referência com projecção nacional.

Três questões centrais: a política do Governo, a luta necessária, o reforço do Partido

Camaradas:

Quais são as questões que mais nos preocupam e devem preocupar neste momento?

Mais que quaisquer outras, três questões centrais nos preocupam e devem preocupar. A primeira, a concretização e intensificação da política restauracionista e antidemocrática do Governo do PSD. A segunda, a necessidade imperiosa de desenvolver a luta contra essa política e pela solução dos graves problemas existentes. A terceira, o reforço do PCP que constitui um factor essencial para a defesa dos interesses do povo e do país, da democracia e da independência nacional.

O Governo conseguiu nas últimas eleições a maioria dos votos. Conseguiu repetir a maioria absoluta na Assembleia da República. Controlando e manipulando os principais meios de comunicação social, lança aos quatro ventos o que chama «o sucesso» da sua política.

Mas o facto de a maioria ter votado no Governo não altera a correcção da análise que o nosso Partido fez do significado e alcance negativo da política do Governo, nem a correcção das prevenções que o nosso Partido fez acerca do que significaria a continuação de Cavaco e do PSD no Governo no caso de ganharem as eleições.

Sobre esta matéria poderíamos falar horas inteiras. Citemos apenas algumas questões fundamentais.

O nosso Partido afirmou que as privatizações e a política de destruição do Sector Empresarial do Estado conduziram ao domínio da economia portuguesa dos grupos monopolistas que se formaram e dominaram Portugal no tempo do fascismo e por alguns novos grupos criados através da especulação e do esbulho dos bens públicos no processo escandaloso da recuperação capitalista. Uns e outros com crescente posição subalterna face ao capital estrangeiro.

A vida está ou não a comprovar esta análise? Sim, está a comprová-la. Continuam a intensificar-se a centralização e a concentração de capitais. Continua a entrega em leilões mafiosos e em grandes negociatas de empresas básicas do Sector Empresarial do Estado incluindo algumas altamente rentáveis como o BESCL entregue à família Espírito Santo. Continua o capital estrangeiro a ganhar posições.

E quais os resultados na economia nacional? Onde está o «sucesso» tão apregoado? Um crescimento que não é desenvolvimento? A acentuação das assimetrias regionais? A desaceleração das actividades económicas e do investimento produtivo? A degradação da situação na agricultura e a queda dos rendimentos dos agricultores? A subalternização da agricultura nacional no quadro de uma Reforma da PAC completamente inaceitável por Portugal? A degradação das balanças comercial e das transacções correntes?

Afirmámos que a política de restauração monopolista tinha e teria como elemento integrante e inseparável o agravamento da exploração e das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

A vida está ou não a comprovar esta análise? Sim, está a comprová-la.

Continua o encerramento de empresas. Continuam os despedimentos colectivos e a facilitação de despedimentos individuais. Continua uma mancha de salários em atraso. Continua a política de baixos salários contidos a pretexto do combate à inflação e com a perspectiva de ser imposta a sua diminuição real. Continuam as discriminações relativamente às mulheres e aos jovens. Continuam aumentos irrisórios de pensões e reformas. Continua o agravamento da situação relativa à saúde, à habitação e ao ensino.

Onde está o «sucesso» do melhoramento das condições de vida dos portugueses? No enchimento do pólo de riqueza em contraste com a crescente mancha de pobreza? No acentuar das desigualdades sociais? Numa partilha do rendimento nacional segundo a qual o grande capital recebe a parte de leão e o povo recebe as migalhas?

Afirmámos que a restauração monopolista e o agravamento da exploração tinham e teriam como corolário golpes e limitações à democracia política, a perversão efectiva do regime democrático.

A vida está ou não a comprovar esta análise? Sim, está a comprová-la.

Passadas as eleições, como exemplo mais esclarecedor, logo o Governo retomou o projecto de alterações às leis eleitorais (para a Presidência da República, para a Assembleia da República, para as Autarquias). O que significariam tais alterações? A irem por diante significariam um gravíssimo golpe na democracia. Na Assembleia da República, pelo novo sistema, o PSD, mesmo ficando muito longe da maioria dos votos, continuaria a ter a maioria de deputados e se os seus objectivos se concretizassem passaria a ser não sabemos até quando o partido único do poder. **Em vez de democracia política passaríamos a ter a ditadura de um único partido a coberto de um regime pseudoparlamentar.**

A maioria dos votantes votou no PSD. O PSD tem maioria absoluta na Assembleia da República. Mas significa isso que esta política — a restauração dos monopólios e do seu poder, o agravamento da exploração dos trabalhadores e da situação social, os graves atentados contra a democracia política — ainda agravada por uma política externa de seguidismo e submissão a interesses estrangeiros, corresponde aos interesses do povo e do país? Poderá afirmar-se que esta política corresponde a aspirações conscientemente assumidas por milhares e milhares de portugueses que votaram no PSD?

Não, não corresponde. Esta política não serve nem o povo nem o país. Este Governo não serve. **É necessário não só continuar mas intensificar a luta contra o Governo de direita e no imediato contra os aspectos mais gravosos dessa política.**

Se se cruzarem os braços à espera do que aí virá, o que vier será cada vez pior. **Haverá quem cruze os braços; nós, os comunistas, não os cruzaremos. Que se desiludam os que gostariam de nos ver paralisados pela guerra que nos fazem. Com os trabalhadores, com o povo, continuaremos a lutar sem vacilações com firmeza e convicção.**

As razões da campanha: o partido mais firme e coerente

Com a direita instalada no poder e dispondo maioria absoluta na Assembleia da República, com o avanço da sua política de destruição das conquistas democráticas do povo português e de espartilhamento da democracia, com um PS novamente a identificar-se em aspectos fundamentais com a política da direita e a conluar-se com o PSD — numa tal situação, como se explica a gigantesca campanha que movem contra o PCP?

Sendo tão fortes, tendo tanto poder, quais as razões que levam os órgãos de comunicação social controlados pelo Governo e pelas forças restauracionistas a silenciarem ou deturparem sistematicamente as análises do PCP relativamente à situação nacional e à política do Governo e as propostas construtivas do PCP para a solução dos problemas nacionais?

Quais as razões que os levam a silenciar ou a deturpar sistematicamente as iniciativas e actividades do PCP e a consagrarem largos tempos e espaços, a organizarem programas e a encherem páginas e páginas com as posições e actividades dos que combatem a orientação e a Direcção do PCP e misturando meias verdades com inteiras mentiras, insultarem, deturparem, caluniarem o PCP como se o PCP estivesse a desagregar-se e a massa dos militantes estivesse contra a orientação do partido e contra a Direcção?

É necessário ter uma ideia clara das razões de tão violenta campanha.

Da parte das forças de direita as razões são óbvias.

O Governo PSD e as forças de direita em geral têm, é certo, no PS um adversário eleitoral e mesmo, nas condições actuais, o principal adversário eleitoral. Mas têm tido no PS e esperam continuar a ter no PS um colaborador para alguns aspectos mais gravosos da sua política. Nas privatizações, no «pacote laboral», na política social, nos projectos de alterações das leis eleitorais. Em alguns casos um colaborador indispensável como por exemplo para a alteração dos círculos eleitorais que exige

PCP

o voto de dois terços dos deputados, e para uma revisão antecipada da Constituição que exige o voto de quatro quintos dos deputados.

O Governo e as forças de direita sabem bem que o PCP é o único partido que, pela sua natureza, a sua orientação, o seu infatigável combate em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e das massas populares, está em condições de conduzir uma luta firme e coerente contra a política do Governo do PSD, contra a política de direita. O Governo e as forças de direita estão por isso directamente interessadas, não só que a voz do PCP não chegue ao povo, que a análise do PCP sobre a política do Governo e as propostas do PCP não sejam conhecidas, como em gerar e ampliar a desconfiança das massas em relação ao PCP.

Da parte do PS, que directa ou indirectamente também participa na campanha, as razões aparecem também com evidência. O PS sabe bem que o PCP é o único partido que propõe ao povo português uma política de verdadeira alternativa democrática, o único partido capaz de esclarecer o povo e o próprio eleitorado do PS acerca dos graves compromissos do PS com a direita, de mostrar que o PS só por si não constitui qualquer alternativa válida à direita.

Todos aqueles que participam na monstruosa campanha contra o PCP têm também consciência de que as propostas políticas do PCP respondem a situações e a problemas reais e são susceptíveis de alcançar apoio de vastíssimos sectores sociais. Por isso lhes interessa silenciá-las, distorcê-las, falsificá-las.

Tudo isso explica as razões por que, tanto a direita como o PS, conduzem a campanha anti-PCP a que assistimos, inventando, deturpando, falsificando, intrigando. E tudo isso explica também que utilizem actualmente contra o PCP, não tanto as análises, opiniões e críticas próprias, deles, da direita e do PS, mas utilizem fundamentalmente contra o PCP (e quase não falam de outra coisa) as posições, actividades e comportamentos daqueles que invocam ou invocaram até há pouco a sua qualidade de membros do Partido.

O comunismo não morreu: o PCP está vivo e para viver

Em todo o mundo, as forças reaccionárias, as forças de direita, as forças defensoras do capital querem aproveitar a fundo o que significa para o reforço imediato do imperialismo a desagregação da União Soviética e as grandes derrotas do socialismo nos países do leste da Europa. Querem aproveitar esta situação para abafarem e se possível destruam a energia organizada do movimento operário e dos movimentos populares com a esperança de poderem, neste fim do século XX, dar um golpe mortal naquela força revolucionária que, ao longo do século XX em luta contra o capitalismo conduziu os trabalhadores e os povos a extraordinárias conquistas históricas.

Quando proclamam que «o comunismo morreu», a par da esperança de que tal se confirme no mundo é um objectivo que anunciam.

Assim também, quando em Portugal proclamam que o PCP está condenado a um «declínio irreversível» e caminha para uma morte próxima, é o anúncio claro de que têm como objectivo estratégico (que não alcançarão mas que não deixam de ter como objectivo) a destruição, a liquidação, a morte do PCP.

Não parece entretanto estarem muito confiantes em tal resultado. Se assim não fosse, como se explicaria a grandeza; a amplitude dos meios e a violência que utilizam na campanha contra o PCP?

Nos mortos não se bate. Se ao mesmo tempo que proclamam que «o comunismo morreu» e que «o PCP caminha para uma morte próxima», utilizam tão poderosos meios para combater o PCP é porque verificam que o PCP, pela vontade dos seus militantes e com o apoio de largos sectores sociais, está vivo e está para viver; é porque verificam que o PCP não se deixa abater, nem pelos golpes que lhe desferem de fora os anticomunistas de sempre e os anticomunistas de mais recente data, nem pelas actividades que procuram desenvolver de dentro aqueles que afirmando-se membros do Partido gostariam que o PCP deixasse de ser.

Estareis certamente de acordo comigo, camaradas, se eu afirmar que não conseguirão, nem que o PCP seja assassinado, nem que o PCP se suicide por descrer da sua própria vida.

O PCP tem consciência do que é, do que vale, do que representa para os trabalhadores, para o povo, para o país, para a democracia. Nós, os comunistas, enfrentamos o combate com a coragem e a confiança de sempre. O PCP está firme e de pé para a luta que continua.

Plano que se esclarece: transformar o PCP ou criar outro partido

É uma triste realidade que a furiosa campanha contra o nosso Partido tem na actualidade, como elemento e alimento fundamental e central, as posições e afirmações de membros do nosso Partido que de há muito organizados em grupo ou grupos desenvolvem actividades contra a natureza, os objectivos e o funcionamento do Partido e muito particularmente contra a Direcção.

Abordando esta questão, quero sublinhar (e é útil que este sublinhado não seja esquecido) que ao considerar divergências de opiniões, críticas à Direcção e mesmo atitudes públicas



censuráveis, não metemos todos no mesmo saco. Há algumas pessoas, umas que já saíram do Partido, outras que dizem pretender continuar a estar nele, que assumem tais posições organizadas em grupo ou grupos, com o plano estabelecido de combater o Partido. Mas há camaradas que, embora tenham participado em tal ou tal reunião, tenham mesmo apostado a assinatura em tal ou tal papel e tenham expressado a sua solidariedade para com tal ou tal pessoa, manifestam a sua intenção de não acompanharem os primeiros nas suas actividades divisionistas e desagregadoras, e manifestam também a vontade de integrarem as suas opiniões e actividades no colectivo partidário.

Nas considerações que se seguem estará naturalmente presente esta distinção.

No nosso Partido é desejável o debate de ideias. Todos os militantes têm pleno direito a defender as suas opiniões próprias e a fazer as críticas que entendam ser justas. E é necessário e justo, quando os direitos dos militantes não sejam respeitados, que os próprios os invoquem e os defendam.

Mas poderá aceitar-se que haja militantes que tanto invocam os seus direitos (e invoquem mesmo como se fossem direitos actividades e comportamentos que agora reconhecem violar os Estatutos) se recusem a cumprir os seus mais elementares deveres?

Poderá aceitar-se que haja no Partido militantes que se consideram de 1ª classe, podendo fazer tudo quanto lhes der na real gana? Que haja membros do Partido que se julguem os sábios portadores das verdades absolutas e classifiquem o grande colectivo do Partido como uma massa informe, sem inteligência e sem capacidade? Que haja no Partido grandes senhores cujos actos sejam inteiramente impunes porque, pela importância que julgam ter, se julgam intocáveis?

Não, camaradas. A batalha contra tais concepções e formas de estar no Partido vêm de há muito. Trabalhamos e devemos continuar a trabalhar para que seja garantido a todos os militantes o exercício dos seus direitos, mas para que seja ao mesmo tempo exigível e exigido aos militantes o cumprimento dos seus deveres.

É curioso observar como alguns insistem em afirmar e reafirmar que não constituem qualquer fracção, que não desenvolvem actividades fraccionárias. Mas que valor - além de refinada hipocrisia - tem a declaração de que «não aceitam nem aceitarão nunca a acusação de fraccionismo» no mesmo momento em que confessam com arrogância que, violando os Estatutos (e confessam que os violam), andam desde há anos empenhados num «processo de elaboração de propostas políticas» em encontros conspirativos à margem das estru-

ras partidárias, no mesmo momento em que organizadamente actuam como grupo, fazem reuniões, organizam como grupo iniciativas públicas, decidem uma estratégia própria de grupo, proclamam o seu direito de se organizarem como grupo?

Não, camaradas. Trabalhamos e devemos continuar a trabalhar (e esse é o interesse do Partido) para que seja garantido a todos os militantes o direito de defenderem as suas opiniões e fazerem as críticas que entenderem, mas se o Partido aceitasse transformar-se, não num partido com ampla democracia interna e unidade de acção, mas num cacharolote de grupos e grupinhos, de degladição de chefes e candidatos a chefes, de tendências organizadas e de fracções, o Partido caminhará (como outros no mundo já caminham) para a sua própria desagregação e destruição.

Estamos firme e serenamente empenhados em contrariar tal evolução e assegurar a unidade do Partido, a sua intervenção presente e o seu futuro.

Ainda sobre esta questão, se chegam à conclusão, como alguns afirmam, de que «o declínio da influência do Partido na sociedade portuguesa também já não é reversível», e assim participam activamente no coro dos anticomunistas que proclamam «o declínio irreversível do PCP» até à sua morte mais ou menos próxima, - é evidente que nada justifica que pretendam manter-se neste partido, porque este partido, o PCP, tem um papel na sociedade portuguesa que nenhum outro partido poderá preencher, e se o Partido está convicto, combativo e determinado a reforçar a sua unidade e a sua intervenção política não é para declinar irreversivelmente, não é para caminhar para a morte, mas para manter e recuperar posições, para reforçar a sua intervenção na sociedade, para, digno da sua história, continuar a ser aquele partido dos trabalhadores, aquele partido do povo, que afirma ser e é - não em palavras mas na realidade - necessário, indispensável e insubstituível.

E, se essas pessoas consideram e afirmam que «o PCP não é reformável», que é «um partido de carreiristas», que é «uma força que está neste momento a bloquear qualquer transformação social neste país», que «pode bloquear a própria formação de um Governo de esquerda», que a esquerda tem que renovar-se «com exclusão do PCP» (todas estas palavras são palavras deles) que significam estas palavras? que mostram elas dos propósitos políticos? Não mostram com toda a clareza que o que alguns querem e naquilo em que estão empenhados é uma luta contra o PCP, quase erigido desta forma em inimigo principal não apenas deles, mas da esquerda e da democracia?

E se assim é, o que significa aquilo que no grupo frac-



cionário definem como «estratégia» de ficarem uns fora e outros dentro? O que ficam cá a fazer aqueles que defendem tais ideias e actuam no quadro de tais ideias e tais objectivos? Ficam cá para dividir? Para intrigar? Para refrear a actividade do Partido e para denegrir a dedicação dos militantes? Para combater por dentro o Partido? Para continuarem a colaborar regularmente na campanha anticomunista?

São mais coerentes (há que reconhecê-lo) aqueles que pedem a demissão do PCP e resolvem seguir novos rumos.

Porque agora revelam os que já cá não estão e alguns que ainda cá estão e se declaram solidários com os primeiros e os apoiam nas suas iniciativas, que de facto se trata de novo rumo. Alguns põem as cartas na mesa. E outros, que com eles participam na mesma acção, evitam por prudência pôr também as cartas na mesa, mas fazem o mesmo jogo. O seu projecto ou plano não era reforçar, revitalizar, renovar o PCP, mas **apossar-se do PCP** e seguindo o exemplo liquidacionista que se verificou noutros países, transformar o PCP num outro partido e diluí-lo no que chamam uma «nova esquerda» contando com uma larga miscelânea de descontentes e frustrados. **Não conseguindo apossar-se do PCP (como já estão a verificar) então criar um novo partido como alguns já publicamente anunciam.**

Até agora insistiam quase exclusivamente no direito a actuarem dentro do Partido como fracção (embora sem este nome). Vendo que o Partido não aceita a imposição de tal exigência falam agora mais claro acerca de quais são os seus objectivos. Falam mais e mais claro. E é bom que assim façam. Porque, **quanto mais falam e mais claro falam, mais claras ficam as boas razões das decisões e posições da Direcção do Partido.**

Nós, comunistas, reconhecemos pleno direito a quaisquer portugueses de formar novos partidos. Mas como comunistas que somos, dignos do passado de mais de 70 anos de luta do nosso Partido antes e depois do 25 de Abril, atento à vida e às mudanças no mundo e em Portugal, dando novas respostas às novas realidades, procedendo a novas análises e continuando a proceder à renovação necessária estamos firmemente decididos a garantir e a enriquecer as características fundamentais do partido comunista que fomos, somos e queremos continuar a ser.

Voltar o Partido para fora, para o povo, para a acção, para a luta

Um dos objectivos essenciais destas campanhas contra o PCP é absorver os militantes nas preocupações que as próprias campanhas provocam, em discussões intermináveis não das questões de fundo (e estas precisamos todos de debatê-las) mas em discussões desordenadas relativas às mil e uma mentiras e calúnias que diariamente bolsam provocatoriamente contra o Partido. Assim conseguir **voltar o Partido para dentro, desviar os militantes e as organizações da realização das suas tarefas fundamentais, afastar o Partido no fim de contas dos trabalhadores, das massas, da acção política que é cada vez mais imperativa na situação actual.**

Qual a nossa resposta, camaradas? Damos e daremos a atenção devida aos problemas criados pelas campanhas. Procederemos ao esclarecimento necessário de tudo quanto importe esclarecer. Consagraremos os esforços necessários à vida interna e aos problemas internos do nosso Partido. Mas **àqueles que querem isolar o Partido afastando-o das suas tarefas fundamentais, não faremos o favor de voltar para dentro o grosso das nossas energias, das energias das nossas organizações e militantes, antes o Partido continuará a voltá-las para a acção política, social e cultural, para a resistência firme e coerente ao Governo de direita (que nenhum outro partido está em condições de desenvolver), para a luta dos trabalhadores e das massas populares na defesa dos seus interesses fundamentais, na defesa da democracia e dos interesses nacionais.**

Logo depois das eleições, o Comité Central na sua reunião de 10 de Outubro apontou direcções prioritárias da actividade do Partido no futuro próximo imediato.

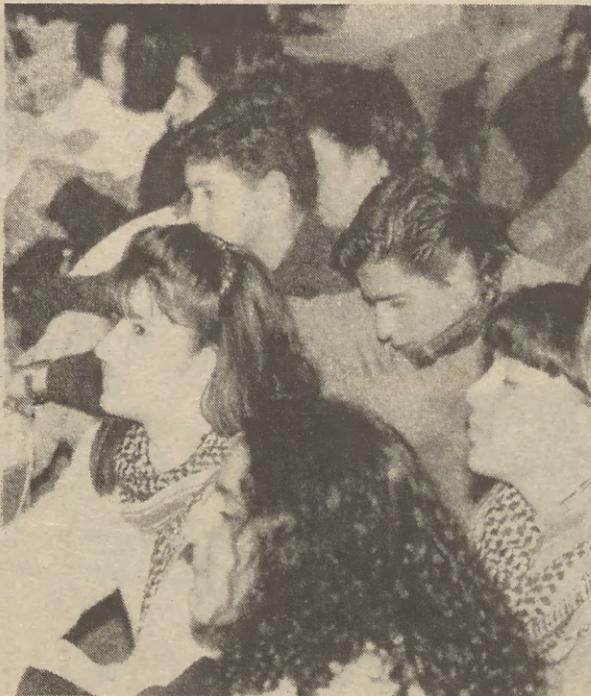
Apontou como **uma das direcções prioritárias a actividade do nosso Grupo Parlamentar.** Os nossos candidatos prometeram ao eleitorado, se fossem eleitos, fazer imediatamente na Assembleia da República algumas propostas fundamentais. Assim de facto foi feito. Logo no primeiro dia da nova legislatura os deputados comunistas apresentaram 5 projectos de lei: revogação e alteração das normas mais gravosas do «pacote laboral», redução da duração semanal do trabalho normal, actualização das pensões, acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios, extinção da PGA e criação de novo regime de acesso ao ensino superior.

Uma vez mais se mostrou que **o PCP não faz promessas falsas para ganhar votos, mas cumpre aquilo que promete ao povo.**

O Comité Central apontou, como **outra direcção prioritária, o desenvolvimento e a eficácia do trabalho dos comunistas nas autarquias** a partir de um cuidadoso balanço das situações. É necessário levar por diante esta tarefa.

Com particular atenção. Porque pode ter-se como certo que a ofensiva da direita contra o poder local democrático vai intensificar-se, e que não é de excluir que, em alguns casos, tendo em vista as eleições de 1993, PSD e PS venham a entender-se para criar situações de crise em autarquias onde a CDU tem a maioria.

É uma realidade reconhecida que, defrontado as dificuldades e problemas impostos pelo Governo, o trabalho dos comu-



nistas e outros democratas da CDU nas autarquias distingue-se pela solução de muitos problemas básicos. É entretanto indispensável desde já melhorar ainda mais a eficácia, melhorar as relações com os trabalhadores das autarquias e as populações, corrigir orientações eventualmente menos rigorosas, e em toda a parte **afirmarmo-nos de forma concludente dignos do lema que tem sido a referência da forma como os comunistas devem sempre concretizar o exercício do poder: trabalho, honestidade e competência.**

O Comité Central apontou como **outra direcção prioritária a actividade dos comunistas nas organizações e movimentos sociais de massas, designadamente no movimento sindical, mas também nas organizações juvenis, das mulheres, dos intelectuais, dos agricultores, das pequenas e médias empresas, dos reformados, dos deficientes.**

Devemos todos ter consciência de que, a par da violenta ofensiva contra o Partido, está também em curso uma outra ofensiva não menos violenta contra o movimento sindical unitário, contra a CGTP-IN. Sabem as forças de direita que o PCP no plano político-partidário, a CGTP no plano social-político, são grandes forças de resistência à política do grande capital, grandes forças de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral.

A ofensiva contra a CGTP tem como grandes objectivos a modificação das suas características específicas ganhas em muitos anos de luta e cuja actuação em defesa dos interesses dos trabalhadores é indissociável da revolução de Abril e das suas conquistas.

É tarefa dos comunistas dar uma contribuição que será certamente decisiva para reforçar a CGTP e as suas características essenciais como movimento unitário, independente, democrático, coerente, corajoso, radicado nas massas.

O Comité Central apontou ainda como **outra direcção prioritária um trabalho aprofundado para o reforço geral do Partido.**

Na situação actual, esse reforço é essencial porque, no reforço do Partido estão interessados não apenas os comunistas, mas os trabalhadores e o povo português, porque o PCP é um partido necessário, um partido que faz falta ao povo, ao país, à democracia.

Reforço do PCP: vontade dos comunistas, interesse do povo

É necessário que, não só os comunistas, mas os trabalhadores e as massas populares e os democratas mais consequentes compreendam a **importância nacional que neste momento assume o reforço do PCP.**

E uma vez que estamos a falar no Barreiro, é adequado dizer que há razões para afirmar que aqui, no Barreiro, os membros do Partido, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, se empenham e empenharão com determinação e vontade no reforço do Partido, na actividade partidária, na realização das importantes tarefas que se colocam no momento actual.

Pela importância que na vida nacional tem o reforço do PCP, certamente aqueles muitos democratas que não sendo comunistas participam hoje aqui neste nosso encontro, compreenderão que eu aqui diga algumas palavras mais sobre esta matéria.

Reforçar o Partido significa **reforçar a participação dos militantes em todas as frentes do nosso trabalho e da nossa luta.** E, porque assim é, aqui quero saudar os membros do nosso Partido - assim como da nossa corajosa Juventude Comunista cujo 12º aniversário dentro de dias comemorará - saudar os homens, mulheres e jovens que nestas horas difíceis, tantas vezes atacados e caluniados, continuam infatigavelmente a sua actividade como comunistas que se prezam de ser.

Reforçar o Partido significa **reforçar tanto a Direcção como a base, e reforçar a ligação, articulação e a sincronização da Direcção e de todos os organismos intermédios com todo o Partido.** E, porque assim é, quero aqui confirmar

que o Comité Central e os organismos executivos do Comité Central estão solidamente unidos, respondem e responderão às suas obrigações que lhe foram incumbidas pelo Partido, que os organismos de Direcção intermédios estão firmemente nos seus postos, e que, apesar das dificuldades, as organizações de base estão respondendo à situação com participação militante.

Reforçar o Partido significa **debater os problemas e travar a batalha do esclarecimento.** E, porque assim é, cabe aqui referir que por todo o país se estão a realizar numerosos plenários, encontros e reuniões, que o «Avante!» (que neste momento é particularmente útil ler e difundir) está dando ao debate valiosas contribuições e que, na sua próxima reunião dos dias 16 e 17, o Comité Central muito provavelmente lançará o arranque para a preparação do XIV Congresso do nosso Partido que, nos termos estatutários, se realizará no próximo ano.

Reforçar o Partido significa **por um lado uma orientação geral de todo o Partido em questões fundamentais e, por outro lado, o aprofundamento da democracia interna.** E, porque assim é, quero aqui confirmar a nossa determinação em defender o aprofundar estes dois traços essenciais dos nossos princípios orgânicos, em continuar a garantir a todos os militantes o direito de no Partido defenderem as suas próprias opiniões, de discordarem e de criticarem, em continuar o combate contra manifestações de autoritarismo e burocratismo e contra situações e estilos de trabalho e de direcção que infrinjam e ofendam os princípios democráticos.

Reforçar o Partido significa **aprofundar as raízes e reforçar a ligação com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares, com as mulheres, com a juventude.** E, porque assim é, é necessário insistir em voltar o Partido para fora, desenvolver ao nível das massas o trabalho de organização e de esclarecimento, promover e dinamizar as mais variadas acções de massas.

Reforçar o Partido significa **reforçar, na vida e na actuação das organizações e militantes, os valores da ética comunista: o respeito pela verdade, a exigência de sinceridade e lealdade, e - sem pôr em causa a natural diversidade de temperamentos, da maneira de ser e de sentir próprios de cada qual - reforçar também os laços fraternais no relacionamento político e humano que sempre uniram e distinguiram os comunistas ao longo da história do nosso Partido.**

Reforçar o Partido significa também (e não o esqueçamos) **não só prosseguir a nossa luta patriótica mas também prosseguir os nossos princípios e prática internacionalistas.** E, sendo assim, é oportuno sublinhar as nossas relações com os comunistas e outras forças progressistas de todo o mundo, sublinhar que somos activamente solidários para com eles e que, como exemplo, neste momento, em correspondência com a posição desde há largos anos assumida (e até recentemente como único partido em Portugal que coerentemente a assumiu), somos activamente solidários para com o povo de Timor-Leste e fazemos um apelo à participação no amplo movimento de protesto contra o genocídio em curso, pela retirada das tropas da Indonésia e pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência do povo maubere.

Camaradas:

Os objectivos, a militância, a organização, a linha política justa, o esclarecimento político, a unidade, contam-se entre os elementos e valores essenciais do Partido Comunista Português.

Mas, **entre os grandes elementos e valores que nós, os comunistas, contamos entre as características e a própria razão de ser do nosso Partido, conta-se também a confiança.**

Os nossos inimigos e adversários sabem bem o valor que a confiança sempre desempenhou na história do nosso Partido ao longo dos anos. Sabem bem que as grandes derrotas do socialismo na União Soviética e nos países do leste da Europa não podem deixar de provocar, não apenas preocupações, mas interrogações e abalos na consciência e nas convicções. Abalar a confiança dos comunistas em si próprios e dos trabalhadores e do povo no Partido, é por isso uma das grandes linhas da campanha anticomunista na actualidade.

Apesar de todos os factos e factores desfavoráveis, apesar dos violentos vendavais políticos, **há razões para continuar a ter confiança.** Porque é justa a nossa causa de liberdade e libertação, de justiça, de progresso e transformação social; porque, como mostram mais de 70 anos de existência do nosso Partido, temos força e capacidade bastantes para, pela nossa reflexão e os nossos esforços, superar dificuldades, erros, obstáculos, recuos e derrotas; porque cabe ao nosso Partido (e nenhum outro partido nos pode nisso substituir) defender, com dedicação, convicção e coragem os interesses dos trabalhadores, do povo, do país; porque somos muitos e muitos milhares de homens, de mulheres e de jovens com profundas convicções e empenhados na luta que continua; porque actuamos e actuaríamos sempre e sempre com a classe operária, com os trabalhadores, com as populações; - por tudo isso, **há razões bastantes para confiar em que, aprendendo com a vida, respondendo às exigências do presente e com os olhos postos no futuro, o PCP continuará a ser aquele partido necessário ao povo português e à pátria portuguesa, aquele partido indispensável e insubstituível na luta contra a direita, na defesa dos interesses do povo e do país, na luta pelas liberdades, a democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.**

Viva o povo do Barreiro!
Viva a Juventude Comunista Portuguesa - JCP!
Viva o Partido Comunista Português!

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Apoio ao Associativismo PCP avança com Lei-Quadro

A criação de um Instituto do Associativismo, dotado de autonomia, com a participação do movimento associativo a nível de direcção e fiscalização, vocacionado entre outras atribuições para apoiar as actividades concretas das associações e respectivos dirigentes, constitui uma das principais propostas contempladas no **Projecto de Lei Quadro do Apoio ao Associativismo** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na passada semana na Mesa da Assembleia da República.

Esta iniciativa dos deputados comunistas, responsáveis na Legislatura anterior por uma iniciativa de idêntica natureza, surge na sequência de um prolongado trabalho de auscultação das associações populares, destinado a avaliar os principais problemas com que se deparam e a encontrar as soluções possíveis no plano legislativo para um apoio

estadual efectivo às suas actividades (a nível da Administração Central) e para a adopção de um quadro legal incentivador do movimento associativo.

As associações populares existentes no nosso país, recorde-se, dão um contributo essencial para a dinamização cultural, artística, recreativa, desportiva e associativa das comunidades locais. Tomadas no seu conjunto, constituem mesmo uma realidade cultural de enorme importância. Deparam, no entanto, com carências de toda a ordem no desenvolvimento das suas actividades. Poucas receitas próprias, meios de financiamento precários e insuficientes, falta de instalações condignas, dificuldades técnicas e materiais, dificuldades de disponibilidade dos seus dirigentes, em regra benévolo, só minoradas pela abnegação e capacidade de sacrifício de muitos deles.

Neste quadro, como assinala o preâmbulo do projecto de lei, é gritante a falta de apoio do Estado às associações populares e a inexistência de um quadro legal que o estabeleça, por forma a associar o Governo aos esforços que são desenvolvidos já hoje pelas autarquias, associações e comunidades locais na dinamização do desporto, da cultura e do recreio.

Nesse sentido vai, pois, o Projecto agora apresentado ao estabelecer para além do referido Instituto um quadro inovador do apoio ao associativismo por parte da Administração Central, assegurando, designadamente às associações, apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção, reparação ou manutenção de instalações, apoio financeiro directo a diversas actividades, participações

financeiras em despesas de funcionamento e ainda a promoção de cursos e outras acções de formação destinadas a dirigentes e colaboradores associativos.

No articulado do seu projecto, o PCP propõe o reembolso às associações dos montantes dispendidos com o IVA em determinadas aquisições destinadas a actividades próprias e não lucrativas das associações, designadamente instrumentos musicais, aparelhagens, livros, material desportivo e recreativo. São ainda previstos outros benefícios de natureza fiscal e o sistema de porte pago para as publicações associativas que tenham periodicidade trimestral ou inferior.

O Projecto de Lei do PCP propõe ainda a criação de apoios específicos de natureza laboral destinados a possibilitar maior disponibilidade dos dirigentes associativos benévolo para as respectivas funções.



Legislatura arranca a passo de caracol

O não agendamento até agora de qualquer iniciativa legislativa desde o início dos trabalhos da presente Legislatura provocou já reacções

por parte de alguns partidos da oposição, designadamente do PCP e do CDS que em declarações à Lusa relacionam esta falta de ritmo, sem paralelo em qualquer Legislatura anterior, com a vontade de a maioria e do Governo desvalorizarem o debate parlamentar. O próprio Partido Socialista não escapa a esta crítica de «arranque lento» dos trabalhos em matéria de produção legislativa, sendo no seu caso apontada como razão a circunstância de nesta altura estar «mais preocupado com a sua situação interna».

Seja como for, a verdade é que não se prevê que a apreciação de iniciativas legislativas venha a ter lugar antes da apresentação do Orçamento de Estado, cuja entrada na Assembleia só deverá ocorrer perto do encerramento, antes do período de Natal, ou em Janeiro do próximo ano.

Neste quadro, para o dia de hoje, a agenda da sessão plenária estabelece apenas, para além de eventuais declarações políticas, a eleição dos órgãos externos à Assembleia da República, a saber: Conselho de Estado, Comissão Nacional de Eleições, Conselho Geral do Instituto de Defesa do Consumidor, Conselho Superior de Defesa Nacional e Conselho Nacional de Educação. Eleitos serão também os representantes do Parlamento nas assembleias do Conselho da Europa, União da Europa Ocidental, Assembleia do Atlântico Norte e União Interparlamentar.



Audição parlamentar sobre Timor-Leste

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação propondo a realização de uma reunião de parlamentares de vários países para informação, análise e discussão da situação em Timor-Leste.

Da agenda de trabalhos, caso o projecto venha a ser aprovado, constarão o estudo de acções de convergência que contribuam para impor o respeito dos direitos humanos naquele território, garantindo simultaneamente as condições indispensáveis ao exercício do direito à autodeterminação e independência do povo maubere.

Da lista de convidados, de acordo com o projecto de deliberação, deverão constar membros dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da CEE, dos países de língua oficial portuguesa, da Austrália e Japão, defendendo-se igualmente a participação na reunião dos legítimos representantes do povo timorense.

Impedir abusos da Administração fortalecer direitos dos cidadãos

«Ampliar, regulamentar e garantir direitos dos cidadãos», tais são no essencial as preocupações a que obedeceu a elaboração pelo Grupo Parlamentar do PCP de um primeiro conjunto de projectos de lei neste domínio.

Com a sua entrega na Mesa da Assembleia da República, tornada pública em conferência de imprensa realizada na passada semana, o PCP visa chamar a atenção para o que considera serem as insuficiências legislativas e de exercício prático que persistem em matéria de direitos dos cidadãos, abrindo simul-

taneamente novas perspectivas, com o empenhamento do Parlamento, no capítulo da reforma democrática do sistema político, em particular de democratização e abertura da Administração Pública e de enriquecimento da democracia portuguesa.

É que, como assinalaram aos jornalistas os deputados Luís Sá, João Amaral, Odete Santos e António Filipe, continua a existir uma enorme desconformidade entre o «extenso catálogo de direitos dos cidadãos» constitucionalmente consagrados e os direitos efectivamente exercidos pelos cidadãos.

Em rigor, para os parlamentares comunistas, trata-se de um défice cujo alcance pode ser aferido pelos exemplos citados no último Relatório Intercalar do Provedor de Justiça onde se relatam situações de abuso cometidas pelos serviços públicos ou pelas empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, casos de mau atendimento por parte de serviços em contacto com o público, não faltando inclusive os casos de silêncio da Administração perante as pretensões que lhe são dirigidas por cidadãos.

Superar esta grande protecção em que ainda hoje se encontram os cidadãos no seu relacionamento com a Administração constitui por conseguinte o grande objectivo dos projectos de lei subscritos pelos deputados do PCP, orientados cada um deles, de forma específica, no sentido de «garantir o exercício do direito de acção popular»; criar uma «Carta de Garantias dos Direitos dos Cidadãos perante a Administração Pública»; garantir «a todos os cidadãos o Acesso aos Documentos da Administração Pública»; atribuir à iniciativa dos cidadãos o «poder de propor a realização de consultas locais»; «garantir a protecção legal aos cidadãos vítimas de crimes».

Atentado ambiental em Monsanto

Há que apurar responsabilidades

O abate de 1700 pinheiros mansos com mais de 40 anos no Parque Florestal de Monsanto, levado a cabo pela Junta Autónoma das Estradas para a construção do lanço Algés-Buraca da CRIL, motivou a apresentação faz hoje oito dias de uma proposta de audição parlamentar subscrita pelo deputado comunista João Amaral com vista a apurar responsabilidades perante esta decisão considerada como um atentado ao ambiente e ao património florestal da capital.

A questão é tanto mais grave quanto se sabe que esta devastação - da exclusiva responsabilidade do Governo - podia perfeitamente ser evitada caso tivesse sido aceite a solução alternativa proposta pela Câmara Municipal de Lisboa, elaborada justamente no sentido de impedir aquela destruição, sem quebrar a homogeneidade do traçado da CRIL.

Citando a este propósito o protesto

público feito recentemente pelo vereador Vítor Costa, do município lisboeta, João Amaral recorda no texto da proposta de audição que a JAE «optou por destruir parte do Parque de Monsanto, exclusivamente para não pôr em causa urbanizações previstas na área do concelho de Oeiras», assinalando ainda que «mais uma vez se opta por sacrificar o ambiente e a qualidade de vida a inconfessáveis interesses especulativos».

Importa agora, na perspectiva da formação comunista, apurar responsabilidades pela situação criada, determinando exactamente quais as razões que levaram o Ministério das Obras Públicas e a JAE a optarem por sacrificar o Parque Florestal de Monsanto, sem esquecer o papel que no meio de tudo isto teve o Ministério do Ambiente, que, ao que se sabe, não mexeu uma palha para impedir este ataque ao património ambiental.

Parlamento analisa relatórios do Provedor

A Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais deliberou na sua última reunião, realizada na passada semana, ouvir o Provedor de Justiça demissionário, Mário Raposo, antes de este abandonar o cargo.

Conhecer as razões que estiveram na base da sua renúncia e analisar os dois relatórios que Mário Raposo recentemente enviou à Assembleia da República constituem duas das razões que estiveram na base desta proposta de audição, apresentada pelo PS e apoiada pelo PCP.

Da formação comunista partira já aliás a proposta de

agendar para o plenário a discussão dos referidos relatórios, o que chegou a ser aceite, só não se concretizando por imposição do PSD que à última hora entendeu adiar o debate sobre esta matéria, consensualmente considerada como sendo de enorme importância.

Tal atitude do PSD, recorde-se, mereceu na ocasião uma tomada de posição bastante crítica da bancada comunista, uma vez que em causa estava o debate pelo Plenário de importantes reflexões que Mário Raposo vinha fazendo sobre a dignificação do cargo e sobre a

insuficiente cooperação que à Provedoria de Justiça tem vindo a ser prestada pelo Governo e outros órgãos da Administração.

No relatório intercalar que enviou à Assembleia em 4 de Outubro, assinala-se, Mário Raposo alude a «incompreensões e dificuldades» no relacionamento da Administração Pública com o Provedor. Por outro lado, no relatório especial elaborado a propósito do chamado «caso dos comandos», o Provedor fala de novo em dificuldades em fazer aceitar as suas decisões às autoridades militares e ao Ministério da Defesa.

Encontros distritais da JCP vão debater reforço da luta estudantil

Os jovens comunistas vão debater no próximo domingo a sua intervenção nos encontros distritais a realizar em Santarém e Lisboa

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, reunida a 7 e 8 de Dezembro de 1991, apreciou os desenvolvimentos mais recentes da política do Governo para a Juventude, fez uma análise da organização e acções desenvolvidas e definiu a actividade e formas de intervenção para 1991, analisando ainda a situação de Timor-Leste.

Fazendo uso da sua poderosa máquina propagandística, o anterior Governo PSD Cavaco Silva procurou transmitir a imagem de que a juventude era uma das suas preocupações. Criou o cargo de Ministro da Juventude e anunciou possuir uma política para resolver os grandes problemas juvenis.

No Ensino Superior Público, 1991 foi o ano de todos os problemas financeiros. O Governo, continuando a deturpar a Lei da Autonomia Universitária, procedeu a cortes no Orçamento de Estado para 1991, criando uma situação de ruptura. Como consequência, na abertura do ano lectivo, problemas novos surgiram e os já existentes agravaram-se.

As escolas começaram a funcionar a «meio gás», tendo algumas só recentemente aberto as portas. A insuficiência de pessoal docente, auxiliar e administrativo junta-se às instalações degradadas e superlotadas.

No apoio social os problemas acentuam-se. Enquanto o Governo fala na promoção da «justiça social», os estudantes confrontam-se com a insuficiência e o atraso no pagamento das bolsas e com o aumento dos preços das cantinas e residências.

O Governo «defende» que passa pelo aumento das propinas a resolução dos problemas de financiamento e apoio social.

Os estudantes dizem que não! Nas muitas acções reivindicativas que têm decorrido pelo país, deixaram bem claro o que pretendem. Exigem que as propinas não aumentem, que o Estado assegure as suas responsabilidades de financiamento do Ensino Público, mais e melhor apoio social. Os estudantes protestam e o Governo responde com cargas policiais (no Porto) e o Ministério da Educação esconde-se, por Lisboa.

Pela resolução dos problemas no Ensino Superior, a Direcção Nacional da JCP apela à continuação e reforço da luta estudantil.

O funil do acesso

Termina este ano lectivo a fase experimental do novo

regime de acesso ao Ensino Superior. E quais os resultados? Este ano ficaram milhares de jovens sem ingresso. O Governo não tem resposta. Incentiva-se a expansão do ensino privado, anunciando assim a entrada de mais uns milhares de estudantes. Mas esta é a solução só para alguns.

O Grupo Parlamentar do PCP reapresentou no início desta legislatura o projecto de lei que extingue a prova geral de acesso e cria um novo regime de acesso ao ensino superior. Este projecto visa pôr fim ao «numerus clausus» num prazo de 3 anos, extinguir a PGA e criar um sistema de acesso que permita a todos quantos tenham terminado o Ensino Secundário com aproveitamento e o desejem ingressar no Ensino Superior.

Prevendo uma taxa de inflação de 7 a 8% ao nível das Comunidades Europeias, o Governo entende que devem ser os trabalhadores os primeiros a pagar a factura para atingir este objectivo. Tendo em conta o «rigor» a que o Governo nos habituou nas suas previsões, ao propor um tecto salarial de 8%, não é difícil prever que, mais uma vez, os trabalhadores, e em particular os jovens pelas condições de trabalho que enfrentam, serão os mais penalizados com a redução do seu nível de vida.

O grande número de adesões à JCP verificado no decorrer deste ano, com cerca de 300 novos militantes, reflecte a validade do nosso projecto, das nossas propostas e da nossa vida. Momento alto da nossa actividade e de afirmação própria da JCP, foram as comemorações do seu XII Aniversário.

Na defesa dos interesses juvenis, para a resolução dos seus problemas e para dar resposta às aspirações dos jovens, a D.N. da JCP traça como grandes linhas de trabalho para o próximo ano:

- Dinamizar a iniciativa, a acção e a luta dos jovens - neste quadro é de grande importância o fortalecimento, activação e autonomia do movimento juvenil.

- Reforçar a organização e a intervenção própria da JCP.

- Alargar o debate e incrementar a formação política e ideológica.

Dando corpo às linhas de trabalho definidas e inseridas na actividade geral da JCP, destacam-se algumas iniciativas:

- O Encontro Distrital de Lisboa (15 de Dezembro de 1991).

- O Encontro Distrital de Quadros de Santarém (15 de Dezembro de 1991).



- O seminário sobre a Carta Social Europeia, no âmbito da Coordenadora da Juventude Democrática - estrutura de coordenação das organizações das juventudes comunistas e revolucionários ao nível da CEE (Maio de 1992).

Timor-Leste

Há 16 anos que dura o massacre contra o povo de Timor-Leste. São 16 anos de terror, de perseguição, de massacres. Durante este período foram assassinados 200 mil timorenses numa população de 600 mil.

A ditadura militar indonésia, assente na morte de centenas de milhar de comunistas e outros democratas indonésios, prosseguiu e mantém uma política de ocupação com a cumplicidade, conivência e apoio activo por parte dos EUA, da Austrália e de numerosos países europeus. Os interesses económicos e geoestratégicos contam mais que o direito à autodeterminação e independência do povo timorense.

É preciso intervir para acabar com esta situação, impedir mais massacres, como o

ocorrido no dia 12 de Novembro. O povo e a juventude portugueses são claros. Os jovens portugueses são solidários com a luta libertadora do povo timorense. Estão aí as grandes manifestações realizadas por todo o País.

A JCP sempre lutou e continuará a lutar pelo direito à autodeterminação e independência do povo timorense e exige:

- O embargo internacional de venda de armas à Indonésia.

- A imposição de um bloqueio económico internacional à Indonésia.

- A retirada total e imediata da Indonésia do território de Timor-Leste.

- O reconhecimento internacional do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência.

- O apoio político e material às forças representativas do povo timorense, nomeadamente o apoio logístico à resistência.

- Uma acção mais consequente por parte do Governo.

Reafirmamos o nosso empenho na resolução deste problema e apelamos a todos os jovens que lutem por um Timor-Leste livre e independente.

Cai a máscara do sucesso Distrito de Viseu enfrenta o desemprego

O encerramento de várias empresas, particularmente nos sectores têxtil, metalúrgico, da construção civil e da hotelaria, provocando centenas de despedimentos, na maior parte dos casos sem qualquer indemnização, demonstra bem o agravamento da situação dos trabalhadores, após as eleições e a aprovação do pacote laboral, concluiu, no passado dia 1, a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP. Na sua reunião, a DORV analisou a situação política e social e aprovou as grandes linhas do calendário da actividade próxima do Partido.

«Contrariamente às promessas eleitorais», afirma a nota divulgada, «os trabalhadores dos Fornos Eléctricos continuam sem ver a sua si-

Nelas aguardam ainda do Governo as indemnizações pelos prejuízos causados pelos fortes temporais de Agosto último.

Na Educação, o enorme buraco orçamental e a falta de verbas têm colocado várias escolas do distrito à beira da ruptura financeira, impedindo o seu funcionamento normal. Também os docentes e os administrativos e auxiliares de acção educativa continuam sem ver desbloqueado o processo que deve conduzir às mudanças de escalão.

O estado de coisas na Saúde, segundo a análise da DORV, não é melhor. Hoje, são antigos responsáveis distritais que, ao terminarem o seu mandato e assumirem responsabilidades na banca-

Do encerramento de empresas e despedimentos, à falta de verbas para a Educação e a Saúde — a Direcção da Organização Regional de Viseu denuncia o abismo entre as promessas eleitorais e os factos.

tução resovida enquanto na ENU existe o preocupante risco de destruição de dezenas de postos de trabalho». A DORV pronunciou-se também sobre as medidas anunciadas pelo Governo que afectam os trabalhadores da Administração Local, no que respeita ao Novo Sistema Retributivo, revalorização e reconversão das carreiras profissionais e resolução do problemas dos tarefeiros e contratados a prazo.

O silêncio do Governo em relação às negociações da reforma da PAC e ao seu impacto no distrito de Viseu são motivo de apreensão para os agricultores, que se debatem com problemas de escoamento do gado e do vinho, com os altos preços dos factores de produção e as elevadas taxas de juros. A DORV recorda que os agricultores de

República, vêm falar da falta de médicos e enfermeiros, para dar resposta às crescentes necessidades da população. Esquecem-se, porém, das vezes que o PCP denunciou a existência de centros de saúde em risco de encerrar, dos hospitais distritais endividados, com obras urgentes a serem sistematicamente adiadas.

A DORV, que exprimiu a sua mais firme condenação do massacre de S. Cruz e da invasão de Timor por parte das forças de opressão da Indonésia, exigiu o reconhecimento ao povo de maubere do seu direito à autodeterminação e independência, chamando a atenção para a necessidade de uma intervenção mais incisiva do Governo português junto da ONU, da CEE e de outras instâncias internacionais.

Populações bebem água contaminada Desastre ecológico em Grijó

Desde Maio/Junho de 1990 que as águas nas freguesias de Argoncilhe (Concelho de Santa Maria da Feira) e Grijó (Concelho de Vila Nova de Gaia) estão altamente poluídas por força de hidrocarbonetos provenientes duma bomba de gasolina da Shell Portuguesa, situada na Estrada Nacional nº. 1, sem que as populações tenham alertadas sido para esta situação, pese embora o conhecimento, do Governo e das respectivas Autarquias Locais, deste facto.

Estamos perante um gravíssimo atentado à saúde pública, com total desprezo do Governo e das entidades dele dependentes, bem como das Câmaras Municipais de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia.

O Partido Comunista Português, através da sua Comis-

são Concelhia de Vila Nova de Gaia, denunciou já esta intolerável situação num comunicado aos órgãos de Comunicação Social. Por outro lado, o seu deputado pelo círculo do Porto, Luís Sá, requereu, em 4 do corrente, na Assembleia da República, que o Governo, em articulação com os órgãos autárquicos, informasse quais as medidas tomadas para, com toda a urgência, obviar a tão dramática situação, particularmente no que concerne ao abastecimento de água potável às populações e aos estudos hidrográficos das áreas atingidas para que se proceda à limpeza dos lençóis da água indispensáveis à vida humana, animal e vegetal daquelas zonas e ainda do que está a ser feito para responsabilizar a Shell Portuguesa por este desastre.

Quadros comunistas analisam em Beja intervenção sindical

No passado sábado realizou-se em Beja um encontro de Quadros do distrito sobre trabalho sindical e questões laborais. No final da reunião, António Murteira, membro da CN do CC do PCP, disse que foram debatidas «questões ligadas à intervenção sindical no quadro da CEE, à organização sindical na região, à acção nas empresas e a luta reivindicativa dos trabalhadores».

Os quadros comunistas rejeitaram a proposta do Governo de impor um tecto salarial de 7 a 8 por cento e apoiam a exigência dos trabalhadores, que exigem aumentos médios da massa salarial entre os 15 e os 18 por cento. António Murteira referiu que a realização do encontro do PCP coincidiu com a visita de Cavaco Silva à cidade de Beja. Contudo, o Pri-

meiro-Ministro «não trouxe uma palavra, uma proposta dirigida à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos reformados. Pelo contrário, revelou o dirigente comunista, «esqueceu-se até de convidar a União dos Sindicatos e os sindicatos, mas não se esqueceu de convidar as organizações patronais».

A reunião analisou também formas de dinamizar a luta pela redução dos horários de trabalho para o máximo de 40 horas e de 35 horas para o trabalho nocturno ou por turnos, trabalhos insalubres, penosos ou perigosos. Igualmente apreciado, foi o projecto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República sobre a matéria.

Os comunistas salientaram o baixo nível das pensões de reforma no distrito e foi decidido dar mais apoio aos reformados na sua luta pela mel-

horia das suas condições de vida. Foi salientada a apresentação pelo PCP na Assembleia da República de um projecto de lei no sentido de as pensões de reforma passem a ser iguais ao salário mínimo nacional já em 1993, com aumentos a começar no próximo ano.

Em foco no encontro, esteve ainda a contratação colectiva de trabalho, concluindo-se que os trabalhadores e os seus sindicatos não devem prescindir do direito à intervenção e à luta, em todas as formas consagradas na lei, pelos contratos colectivos de trabalho. Os quadros comunistas rejeitaram e denunciaram a intenção de Cavaco Silva e das organizações patronais, no Conselho da Concertação Social, de impor tectos salariais de 7 e 8 por cento, apelando à união e à luta por aumentos que

aproximem o nível de vida dos trabalhadores portugueses aos padrões médios da CEE.

O emprego e a necessidade de dinamizar a luta pelo direito ao trabalho, com estabilidade e segurança, foi também um tema abordado na reunião, que concluiu ser necessário estudar melhor fenómenos como o trabalho precário, à tarefa, sazonal e outras variantes.

O encontro do PCP reafirmou a convicção de que os trabalhadores só poderão defender com êxito os seus interesses se estiverem organizados nos seus sindicatos. Por fim, foi realçado que é indispensável fazer respeitar a lei nos locais de trabalho, nomeadamente no que respeita ao direito de sindicalização e eleição livre dos delegados sindicais, sem coacções ou repressões de qualquer espécie.

Miragaia comemora 10 anos de CDU

Cerca de centena e meia de democratas reuniram-se há dias num restaurante da zona ribeirinha da cidade do Porto para comemorar o 10º Aniversário da primeira vitória da CDU na freguesia de Miragaia.

Foi um convívio animado, alegre, fraterno e confiante. Onde não faltou, também, um toque sentimental. Não de saudosismo, mas de emocionada recordação de lutas, esperanças, conquistas. Que os presentes, com renovada combatividade, prometem continuar. Figura destacada da noite foi, naturalmente, o Presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, Joaquim Nascimento, militante do PCP e membro da sua Direcção Regional do Porto, que desde 1979 dá o melhor do seu esforço ao trabalho da Junta.

Mas ele próprio, na sua in-

tervenção, falando com a simplicidade e frontalidade que o caracterizam, complementando o texto, que antecipadamente escrevera, com o improvisado a que o obriga o esforço constante de ser claro, sincero e prático, ali lembrou outros, muitos outros, presentes uns, outros ausentes que em Miragaia e noutras freguesias da cidade têm dado importantes contributos a uma acção que visa a melhoria das condições de vida das populações.

Sem esquecer os vereadores da CDU, sempre abertos ao diálogo e à consideração das questões colocadas pelos eleitos das freguesias e tudo fazendo para dar resposta às suas justas reivindicações. Idênticas evocações fez o camarada Rui Sá, da Direcção da Organização da Cidade.

Recordando o orgulho com



que há dez anos acompanhara pelas ruas da freguesia camaradas que, como Joaquim Nascimento, gozavam de uma justa e evidente estima da população, que ao vê-los passar os procurava para lhes confiar as suas necessidades, anseios e reclamações.

Orgulho apenas toldado pela tomada de consciência

dos gravíssimos problemas e carências que afectam as populações ribeirinhas. Foi uma intervenção que tocou todos os presentes e que animou todos na disposição de prosseguir o trabalho com dedicação, confiança e, sempre e acima de tudo, em estreita ligação com as populações.

Por sua vez, o camarada Avelino Gonçalves, numa curta saudação aos presentes, em nome da DORP, dirigiu-se de um modo especial a todos os que têm sido os obreiros das vitórias da CDU em Miragaia, desde as já distantes eleições intercalares de 1981, terminando com um singelo mas significativo «parabéns e obrigado pelo vosso trabalho!»

Seguiu-se a festa. Talvez melhor: prosseguiu a festa. Com música, canções e a actuação de um artista jovem, vivo e bem humorado que evocou pessoas e situações, imitando-lhes a fala e os sons com um virtuosismo notável que deliciou os presentes.

DORP comenta precisão e rigor do «Público»

No seguimento de peças anteriores de idêntico recorte, o jornal «Público», na sua edição de hoje, insere um pretensu relato da reunião da Direcção Regional do Porto do PCP, realizada no passado dia 6.

Sob a aparência de precisão e rigor com que o jornalista apresenta o seu texto, este, como os anteriores, não passa de uma laboriosa montagem de parciais, tendenciosos e falsificados relatos de um qualquer informador, ética e politicamente desqualificado.

Com base em tal fonte, de que se não distancia nem sequer evoca, o jornalista que assina estes trabalhos presta-se à lamentável tarefa de organizar textos que desvirtuam, falsificam, invertem a verdade dos factos e ofendem as pessoas que neles participam.

Não se nega ao jornalista o direito de procurar e defender as suas fontes de informação, mas condena-se que com elas se identifique de forma tão grosseira para evidentes operações de desinformação, mais próprias de uma assumida e perversa militância política do que do exercício de uma profissão com padrões éticos que liminarmente as excluem e condenam.

O conjunto de falsificações e inexactidões que esta e anteriores notícias do «Público» acolhem e amplificam é tão vasto que não permite senão o desmentido genérico e um protesto sereno mas indignado. Mas uma há que o Secretariado da DORP do PCP entende isolar e desmentir expressamente porque, de forma mais grave, se pretende com ela dar da DORP do PCP a imagem de uma direcção desunida e intolerante e não de um colectivo unido, responsável, dialogante e fraterno que, de facto, é.

Com efeito, a reunião a que o jornal «Público» se refere não decorreu num clima de tensões nem dela resultou qualquer linha orientadora no sentido de «preparar mais explosões» ou de «caça aos críticos», como, em linguagem de evidente provocação, é afirmado na notícia.

As conclusões vão precisamente no sentido contrário.

É verdade que ao membro da DORP nomeado pelo «Público» foram dirigidas críticas por procedimentos recentes que camaradas seus, no seu legítimo direito, entenderem ser claramente inconformes com as suas responsabilidades partidárias.

Mas dessas críticas a única conclusão que se tirou foi a de fazer ao próprio um apelo que procedesse a uma reflexão serena sobre a correcção ou não de tais procedimentos, o que é completamente diferente, e até contrário, a qualquer compulsão ao pedido de demissão que, imediatamente após a reunião, decidiu apresentar.

O jornal «Público», por insondáveis razões, tem deste modo procurado intoxicar a opinião dos seus leitores sobre uma pretensa existência na Organização do Porto do PCP de um clima de insanável perturbação e discórdia a propósito da recente sanção aplicada a 3 militantes pela C.C.Q. do PCP.

Na ORP, como noutras organizações do PCP, questão tem sido debatida com franqueza e profundidade, com a participação democrática e fraterna dos seus militantes.

Por entre a expressão de naturais divergências e discordâncias, a maioria das quais não pondo em causa e legitimidade da decisão ratificada pelo CC, na sua rigorosa e clara fundamentação, tem merecido a compreensão e o acordo da grande maioria dos militantes e das organizações partidárias que a discutem.

Com este esclarecimento, o Secretariado da DORP do PCP tem fundamentalmente por objectivo alertar para a operação de desinformação que sobre esta matéria tem recaído, no evidente propósito de prosseguir e acentuar a campanha anti-PCP, introduzir a confusão, a dúvida, a intriga e a desconfiança quanto à orientação e à direcção do Partido, e criar um clima artificial de desorientação entre os militantes comunistas e junto daqueles que, com os comunistas, têm um empenhamento profundo e sincero na procura das respostas necessárias para o reforço indispensável do PCP e do movimento popular e não para o seu enfraquecimento tão ambicionado pelas forças políticas interessadas no aprofundamento desta poderosa ofensiva da direita a que os trabalhadores, o povo, os democratas portugueses têm de intensificar a resistência.

Porto, 6.12.91

O Secretariado da DORP do PCP

CAMARADAS FALECIDOS

RUI LAGINHA

Faleceu com 42 anos, Rui Francisco Laginha, militante activo do Partido na célula da Setenave, onde pertenceu à comissão de trabalhadores. Sócio fundador da COTSET, Rui Laginha destacou-se igualmente como dinamizador do movimento associativo.

FRANCISCO DO Ó

Faleceu recentemente Francisco João Brás do Ó, quando contava 42 anos de idade. Era membro da célula do PCP na Setenave.

MARIA BOMBRALDA

Faleceu no passado dia 2 do corrente mês, Maria Bombralda S. Salgado Patrocínio, com 51 anos de idade. Militante empenhada do PCP, foi durante vários anos membro da Comissão Concelhia de Caldas da Rainha. Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Alcanena exige verba para ambiente

Os problemas ambientais no concelho de Alcanena, resultantes da indústria de curtumes e a grave situação do abastecimento de água às populações de Minde voltaram a ser debatidos, na passada semana, no decorrer de uma reunião do PCP realizada em Pernes. Apreciada a visita ao concelho do deputado comunista, Agostinho Lopes, bem como o requerimento que apresentou na AR,

os participantes analisaram ainda as diligências dos eleitos autárquicos de Santarém junto do secretário de Estado dos Recursos Naturais e dos diversos grupos parlamentares sobre a situação no rio Alviela. De referir que aquele membro do Governo visitou na passada sexta-feira os concelhos de Santarém e de Alcanena.

Contudo, a reunião concluiu ser necessário desen-

volver mais esforços e iniciativas diversas, nomeadamente no sentido de serem incluídas verbas no Orçamento de Estado para 1992, para a despoluição das áreas afectadas. A sensibilização das forças políticas e das populações atingidas foi considerada determinante para obrigar o Governo a dar cumprimento às promessas e assumir as suas responsabilidades.

Planeamento familiar para uma vivência feliz

O MDM atribuiu uma Distinção de Honra à Associação para o Planeamento da Família. Numa sessão-debate falou-se de sexualidade liberta e vivência feliz.

«Planeamento Familiar, Sexualidade Libertada, Vivência Feliz» foi o tema de uma iniciativa que na tarde do sábado passado ocorreu no Forum Picoas, em Lisboa, organizada pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) a propósito da atribuição, relativa a 1991, da Distinção de Honra desta organização à Associação para o Planeamento da Família.

A intervenção da sessão de abertura coube a Odete Brás, do secretariado nacional do MDM, após o que se seguiu a entrega da Distinção de Honra e comunicações da Dr.^a Luísa Portugal, da associação distinguida pelo MDM, e do Dr. Júlio Machado Vaz que falou um pouco da história da sexualidade com base na sua tese intitulada « regresso ao Futuro » comunicada ao Quinto Congresso Internacional da Psicanálise.

Do programa desta iniciativa constava ainda uma comunicação da Prof. Cândida Calvário do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa sobre educação sexual nas escolas após o que se seguiu um período de debate entre os presentes moderado pela Dr.^a Glória Marreiros e a sessão de encerramento com uma intervenção de Helena Bastos, do MDM.

Pioneirismo

Odete Brás, na sua intervenção, explicaria as razões da entrega este ano da Distinção de Honra do MDM à

planeamento familiar e à educação sexual e por consequência a sua importância na vivência de uma sexualidade liberta de medos e retracções, no direito a uma materni-

associação distinguida « progressista e, nalguns casos, pioneira ». Alguns exemplos: « acções de divulgação da importância do planeamento familiar e da necessidade do acesso através de consultas específicas e com técnicos preparados » ou ainda os aspectos específicos relacionados com a questão e a sexualidade juvenil e feminina, a problemática das mães adolescentes, os inquéritos, o atendimento personalizado, as sessões com jovens nas escolas, etc.

Inquérito parlamentar

Na sua intervenção, a propósito deste tema, Helena Bastos anunciou que o MDM vai retomar a exigência da realização de um inquérito parlamentar no que respeita à aplicação das leis da maternidade/paternidade, educação sexual e interrupção voluntária da gravidez aprovadas em 1984, tal como a organização havia já anunciado no último 8 de Março.

Por outro lado, é intenção do MDM criar um grupo de trabalho com o objectivo de avançar com um anteprojecto de lei, a apresentar na Assembleia da República, sobre a criação de mecanismos que garantam o efectivo exercício do planeamento familiar nos centros de saúde e o seu alargamento às camadas mais jovens.

Nove anos de Distinção

A atribuição de Distinção de Honra do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) é anualmente feita desde 1982 « a qualquer indivíduo ou colectivo cuja acção a nível nacional se destaque em defesa dos direitos das mulheres ou seja símbolo da luta emancipadora das mulheres em Portugal », segundo palavras do próprio MDM a propósito das razões que levaram aquela organização a atribuir esta distinção.

Este ano a atribuição foi feita à Associação para o Planeamento da Família, mas desde 1982 ela coube, ano após ano, às seguintes personalidades ou organizações: Maria Lamas, Virgínia Moura, trabalhadoras da Fábrica Lundberg, Rosa Mota, Elina Guimarães, Maria Alda Nogueira, colectivo de mulheres da Reforma Agrária, Clementina Carneiro Moura e Maria Keil.

O planeamento da família, a propósito da entrega este ano da Distinção de Honra à Associação para o Planeamento da Família, foi o tema central do programa de uma iniciativa do MDM que na tarde de sábado passado ocorreu no Forum Picoas, em Lisboa, é também o tema de um artigo que hoje inserimos na edição do « Avante! », na página 21, assinado por Helena Bastos, membro suplente do Comité Central do Partido Comunista Português e da direcção do MDM.

Associação para o Planeamento da Família: « pelo seu contributo numa problemática tão importante na luta das mulheres pela igualdade, como é o direito ao pla-

neamento familiar e à educação sexual e por consequência a sua importância na vivência de uma sexualidade liberta de medos e retracções, no direito a uma materni-

dade/paternidade livre e responsável, e na diminuição do recurso ao aborto ».

Tendo uma história já longa de 24 anos, Odete Brás consideraria o trabalho da

DESPEDIMENTOS NO TOJAL

O conselho de administração da Fapajal (Fábrica de Papel do Tojal, empresa comparticipada em 98 por cento do capital pela Portugalcel) tem em curso um processo de despedimento colectivo que envolve 70 trabalhadores.

Entre os critérios que servem para definir quem vai ser despedido - refere uma nota do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Celulose, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas - surge a antiguidade na empresa e na função. « Infelizmente, é assim que as empresas reconhecem tantos anos de dedicação », comenta o sindicato, denunciando ainda o facto de a Fapajal pretender ainda protelar a revisão salarial, que habitualmente é feita em Janeiro, « para que as previstas indemnizações se verifiquem com bases mais baixas ».

PACHANCHO EM ATRASO

A situação agrava-se nas empresas do grupo Pachanchinho, segundo se denuncia numa nota do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga. Na Funpac (Fundição de Ferro e Aço) só depois de uma paralisação durante toda a semana passada é que foi pago aos trabalhadores 20 por cento dos salários de Novembro, estando ainda em dívida o subsídio de Natal. Nas Oficinas Metalúrgicas Peixoto e na António Peixoto, em reunião no Ministério do Emprego ficou estabelecido que os trabalhadores vão suspender o contrato de trabalho (ao abrigo do DL 17/86); actualmente, estão por pagar 60 por cento dos salários de Outubro, 70 por cento do subsídio

de férias, todo o mês de Novembro e o subsídio de Natal.

GREVE NO METRO

Para ontem estava convocada uma greve de 24 horas no Metropolitano de Lisboa, por iniciativa da Festru e do Sitra, com o objectivo de reivindicar igualdade nos aumentos salariais praticados na empresa. Em Março os trabalhadores do Metro tiveram uma actualização salarial de 13,6 por cento. Em Julho os quadros da empresa foram aumentados em cerca de 40 por cento.

A mesma reivindicação levou a Festru a convocar outro dia de greve para 20 de Dezembro.

MAGISTRADOS CONTRA INGERÊNCIAS

Uma moção aprovada no fim-de-semana em Coimbra, na Assembleia Geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, admite o recurso à greve como forma de luta contra « quaisquer tentativas de ingerência do poder político » (em particular as que poderiam ter lugar se fosse aprovada a proposta do Governo que prevê a manutenção, na orgânica do Conselho Superior, de membros designados pelo Ministério da Justiça).

DISCRIMINAÇÕES NO EGAS MOÑIZ

Num comunicado que distribuiu segunda-feira, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul acusa o conselho de administração do Hospital Egas Moniz de discriminar utentes no acesso às consultas e tratamento, e de favoritismo pessoal e político na concessão de dedicação exclusiva a especialistas e na admissão de consultores.

Professores protestam

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa convocou para hoje às 15 horas, frente ao Ministério da Educação, uma concentração de docentes para protestar contra a extrema instabilidade profissional que os atinge e para exigir garantias de vínculo ao ME. Esta acção envolve os professores do 1º ciclo do Ensino Básico, os educadores de infância contratados, e os professores provisórios e não vinculados com habilitação suficiente dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Estes professores pretendem ainda a revisão da legislação sobre quadros e concursos, a correcta integração e progressão na carreira e a aplicação dos direitos sociais de que usufruem os restantes docentes.

O mesmo sindicato considera que a falta de garantia de pagamento em Dezembro dos descongelamentos de escalões (alguns já devidos pelo Governo desde Julho de 1990) levará à consideração de « formas de acção que permitam pôr termo à actual tendência do Governo para fazer economias à custa dos salários dos docentes » - afirma a direcção do SPGL, num comunicado em que manifesta a sua solidariedade para com o protesto do Conselho de Reitores face ao « modo indigno e castrador como as universidades públicas têm sido tratadas pelo Governo no que respeita ao seu financiamento ». O sindicato alerta ainda que o OE para 1992 « não pode esquecer os encargos com o desbloqueamento final de escalões relativo a 1 de Janeiro de 1992 », exigindo o início imediato das respectivas negociações.

O secretário de Estado do Sistema Educativo garantiu sexta-feira, numa reunião com o Sindicato dos Professores na Europa/Fenprof, o pagamento, ainda em Dezembro ou até final de Janeiro, das dívidas aos professores no es-

trangeiro, resultantes da actualização salarial e das mudanças de escalão e que deveriam ter sido aplicadas desde o princípio de 1991. Na reunião, entre outras matérias tratadas, ficou estabelecido que se mantém a colocação por requisição, defendida pelo SPE.

Congresso em Maio

O Conselho Nacional da Fenprof marcou para 13, 14 e 15 de Maio o 4º Congresso Nacional dos Professores, que contará com cerca de 1300 participantes e terá como tema central « Os professores e a acção sindical - mudar a escola, valorizar a profissão ».

Na reunião - que se realizou dia 3 em Lisboa e foi a primeira do CN da federação neste ano lectivo - foi analisado o programa do Governo, considerado « menos ambicioso, inclusivamente e no que respeita à educação, que o programa eleitoral do PSD ».

Foi também discutida a estratégia reivindicativa da Federação Nacional dos Professores para 1992, a qual contempla reclamações como a resolução das questões pendentes do tempo de Roberto Carneiro (que têm a ver, sobretudo, com a aplicação do Estatuto da Carreira Docente e com o buraco orçamental); a satisfação « rápida e favorável » das reivindicações conhecidas como « 10 questões prioritárias » (tais como direito à negociação, estabilidade de emprego, recuperação do tempo de serviço, financiamento público da educação, gestão democrática nas escolas, revisão e regulamentação do Estatuto da Carreira Docente); uma revisão salarial para 1992 que « cubra o índice de inflação e a recuperação do poder de compra dos professores, tenha em conta a competitividade com o sector privado e a aproximação aos salários praticados nos restantes países da CEE ».

Contra excedentes e contenções

Função Pública quer negociar

Aumentos salariais de 17 por cento, a par da revalorização das carreiras profissionais, continuam a ser para a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública questões cuja negociação é urgente iniciar. A plataforma reivindicativa subscrita por 23 sindicatos, recordamos, foi entregue a 15 de Novembro na Secretaria de Estado do Orçamento.

Comentando as afirmações de Cavaco Silva e Braga de Macedo na reunião do CPCS, a FNSFP reafirma a exigência de abertura das negociações, exigindo que o Governo « formalize a sua proposta salarial para a administração pública e se disponibilize para negociar com os sindicatos, não esquecendo que em 1992 tem que ficar completa a aplicação do Novo Sistema Retributivo ».

Numa nota do seu Gabinete de Imprensa, a federação contesta a orientação do

Governo para o sector: « Não nos parece possível aspirar a uma melhor administração pública com contenções orçamentais. Nem faz qualquer sentido que o Governo pretenda criar excedentes na Função Pública, quando todos os dias são abertos concursos para a contratação de serviços e inúmeros serviços se vêem obrigados a fazer contratos por falta de pessoal ».

A FNSFP afirma ainda, no documento que fez chegar à nossa redacção, que « não se apresenta nem técnica, nem socialmente credível a solução do recurso a excedentes, numa administração pública como a portuguesa, que é reconhecidamente das menos numerosas da Europa ».

A melhoria dos serviços públicos, « que também nós entendemos como objectivo prioritário, obrigará a caminhar para a formação profissional, bem como para a re-

valorização das carreiras e a melhoria das condições de trabalho » - defende a federação.

Quando passam 99 anos sobre a data da criação da carreira de guarda-rios e chefe de lanço (18 de Dezembro de 1892, com a publicação do Regulamento dos Serviços Hidráulicos), a FNSFP emitiu uma nota protestando contra a « subvalorização da importância destes profissionais na salvaguarda e preservação dos nossos recursos hídricos ». O Governo é acusado de tal atitude por estar a adiar a revalorização da carreira e a reduzir o número de efectivos.

Cerca de 400 telefonistas da Função Pública solicitaram ao Governo a revisão e revalorização do estatuto e da carreira da profissão, contemplando uma melhoria das condições salariais. Estas reivindicações constam de uma petição enviada à SE do Orçamento.

Por iniciativa do PCP Amadora discute trabalho autárquico

A análise do trabalho autárquico na Amadora e a perspectiva da actividade no curto, médio e longo prazo constituíram o cerne das abordagens feitas no Encontro de Militantes eleitos nas Autarquias promovido pelo PCP no passado sábado e que contou com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, cuja intervenção final condensamos ao lado.

O Encontro reuniu dezenas de camaradas membros das Comissões de Freguesia, de células dos trabalhadores das autarquias e de membros das células de empresas, decorrendo, na tarde de sábado, nas instalações do «Recreios da Amadora», em pleno coração da Cidade da Romã.

A discussão foi coordenada por uma Mesa onde se sentaram, além de José Casanova, diversos membros da DORL e do CC do PCP e, ainda, autarcas e técnicos da Câmara Municipal da Amadora, dando corpo a um debate de mais de três horas com cerca de 30 intervenções.

A iniciativa surgiu no espírito da nota do CC do PCP que considerou, no passado dia 10 de Outubro, que o insucesso eleitoral da CDU nas últimas legislativas «não põe em causa o ímpar e exemplar património de luta do PCP em 70 anos da sua existência, nem compromete o seu papel na vida nacional presente, nem invalida as perspectivas de reforço futuro da sua intervenção em todas as áreas da vida nacional», nomeadamente na área autárquica onde «o traço essencial é a valiosa obra realizada e uma acção caracterizada pelo tra-



balho, a honestidade e a competência, directamente ligadas aos elevados ideais do PCP e à sua estreita relação com as populações e os seus interesses».

Assim, esta reunião da Amadora concluiu que «em 1993, mais uma vez, a votação no PCP/CDU traduzirá mais plenamente a sua real influência na vida do Concelho, sendo para isso essencial uma contínua reafirmação dos princípios que têm orientado o nosso trabalho nas autarquias, a par de uma pronta correcção das deficiências detectadas e da consideração da mudança permanente de condições objectivas».

A «cuidada elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos para 1992 e 1993» e a «inventariação dos principais problemas a resolver, a par da avaliação da oportunidade de certas medidas, obras ou realizações e do grau de cumprimento dos nossos compromissos eleitorais com as populações» foram consideradas linhas fundamentais do trabalho na perspectiva de 1993, a par da resolução dos

chamados «pequenos problemas», a definição das áreas de actividade e uma «linha de reivindicação mais viva quanto aos problemas do Concelho e das Freguesias cuja resolução depende e compete ao Poder Central».

Em relação aos «princípios e estilos de trabalho dos eleitos comunistas» foi reafirmada a necessidade de uma permanente ligação às popula-

ções, tal como a prática de uma gestão participada, «dando particular atenção à prestação de contas ao cidadão, na procura de formas novas e criativas de garantir a participação dos cidadãos nas próprias decisões a tomar», apontando-se igualmente a necessidade de «garantir um atendimento cuidadoso dos municípios, proporcionando-lhes respostas tanto quanto possível rápidas, mas também rigorosas» e do exercício do poder «com trabalho, honestidade e competência, recusando sempre práticas individualistas na actividade realizada e na imagem transmitida, rejeitando o benefício pessoal, o arbítrio e o nepotismo», tal como o fomento, valorização e respeito pelo funcionamento colegial dos órgãos autárquicos, aperfeiçoando os mecanismos de intervenção e participação de cada eleito.

Rui Godinho em Veneza Câmara de Lisboa quer despoluir o Tejo

A reconversão da Praça do Comércio e a despoluição do estuário do Tejo são as tarefas prioritárias do Município lisboeta em matéria ambiental, referiu o vereador Rui Godinho, numa reunião internacional que decorre em Veneza.

A informação foi prestada em Lisboa pelo gabinete do vereador, responsável pela área do saneamento na Câmara Municipal de Lisboa.

Duas exposições sobre aquelas questões, apresentadas por Rui Godinho na reunião de Veneza do grupo de trabalho sobre polui-

ção marítima e estuários do Conselho Europeu de Municípios e Regiões, foram adoptados como documentos de trabalho a apresentar na Conferência Mundial da ONU para o Ambiente, que decorre em 1992 no Brasil.

Na reunião, que encerrou sábado passado, a CML foi incumbida, através de Rui Godinho, de assegurar as ligações institucionais entre o grupo e o conselho internacional para as acções locais em questões do ambiente que prepara a Conferência Mundial.

Nos documentos apre-

sentados, Rui Godinho refere que a zona ribeirinha da capital, entregue em grande parte à gestão do Porto de Lisboa, constitui actualmente, «não um elo de ligação das pessoas ao seu rio, mas uma barreira que os afasta».

Trata-se de uma situação, acrescenta, que «a actual Câmara Municipal se encontra profundamente empenhada em alterar», tendo já aprovado diversos projectos como a reestruturação do Terreiro do Paço, de forma a devolvê-lo à população.

Neste sentido, foi lan-

çado um concurso público para a construção de um parque subterrâneo para automóveis que permitirá a retirada de todo o estacionamento à superfície e decorrem estudos em coordenação com o Governo para preparar a desocupação dos pisos térreos dos actuais ministérios ali instalados.

Sobre a despoluição do estuário do Tejo, o vereador referiu que «o sistema actualmente em fase de conclusão integra diversas estações de tratamento de águas residuais e representa um custo total de investimento de cerca de 20 milhões de contos».

Os horários de Coimbra

A Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) vai queixar-se dos membros do PSD na Assembleia Municipal por estes ainda não terem aprovado o regulamento que permitiria alargar o horário dos estabelecimentos comerciais.

Dirigentes da ACIC revelaram, em conferência de imprensa, que farão chegar os seus protestos aos órgãos dirigentes daquele partido e aos ministros do Emprego e do Comércio e Turismo.

A crítica da Associação é extensiva aos deputados municipais do PS, que optaram pela abstenção ao ser votada, sob proposta da CDU, a criação de uma comissão no seio da Assembleia, para apreciação do assunto.

A direcção do sector comercial da ACIC louvou a «verticalidade do presidente da Câmara de Coimbra» pela forma como levou o processo à Assembleia Municipal.

O presidente da ACIC, José da Costa, disse a título pessoal que ou os deputados municipais do PSD «tiveram medo do ambiente criado em torno da reunião da Assembleia, ou não tiveram coragem de aprovar o novo regulamento em consonância com o PS».

José da Costa estranhou, por outro lado, que lhe tenham cassado o mandato de deputado municipal (cargo para que foi eleito, como independente, pelo PSD) dias antes da reunião da Assembleia dedicada à apreciação da liberalização dos horários do comércio.



Despoluir o estuário do Tejo e libertar o Terreiro do Paço, devolvendo-o à sua vocação de grande praça pública da capital, são duas prioridades para a Câmara Municipal de Lisboa

A falha do compromisso

Como foi referido no Encontro da Amadora, «sempre foi orientação do Partido para as autarquias envolver os eleitos das outras forças políticas no trabalho, de forma a dar expressão ao funcionamento colegial dos órgãos do município, despartidarizando dentro do possível a actuação dos eleitos e tentando alcançar um relacionamento que permita um maior empenhamento na solução dos problemas que afectam o Concelho».

Neste mandato e na Câmara da Amadora «celebrou-se com o PS um acordo político que se traduz num conjunto de princípios de acção conjunta em matérias essenciais da vida municipal». No entanto, «tem-se verificado um crescente cenário de conflito, que exige a nossa acção e atenção», sublinhou-se no Encontro. E explicou-se:

«O caso mais recente e mais grave (nesse cenário de conflito desencadeado pelo PS) é o da rejeição da derrama, lesando o município em cerca de meio milhão de contos».

A questão, aliás, já havia sido objecto de um comunicado do PCP, onde se explicava que «contrariamente ao acordado, os eleitos do PS aliaram-se ao PSD rejeitando o lançamento da derrama para o ano de 1991, que incidia exclusivamente sobre os lucros das empresas», atitude que lesou o município em cerca de meio milhão de contos. E prossegue o comunicado do PCP:

«Tal situação, a juntar às graves limitações financeiras impostas pela política de asfixia do Governo, impede a execução de obras previstas e de grande importância para o desenvolvimento e modernização do Concelho». E acrescenta-se: «Esta recusa em viabilizar instrumentos que impedem a concretização de obras necessárias para a resolução dos problemas da nossa cidade, irá ser devidamente avaliada e equacionado o futuro relacionamento com os vereadores do PS».

INTERNACIONAL

MARROCOS

A situação agravou-se na Universidade e nalguns bairros de Fez depois dos confrontos com a polícia, obrigando, indirectamente, o rei Hassan II a apelar às autoridades locais a encarar de frente os problemas da cidade.

Mais de 10 mil alunos sobretudo das faculdades de Letras e de Ciências concentraram-se em frente à reitoria da Universidade e reuniram-se depois nalguns bairros populares condenando a actuação da polícia.

Dos confrontos com a polícia resultaram mais de 200 feridos e mais de 60 detidos, de acordo com fontes da oposição.

Os estudantes, que responsabilizam a polícia pelo agravamento da situação, afirmaram que pretendem apenas exigir a melhoria dos serviços das cantinas universitárias e o direito dos alunos de Ciências de mudar de faculdade.

Segundo a oposição parlamentar a polícia reagiu brutalmente para dispersar os estudantes.

Perseguidos pela polícia os estudantes procuraram outro local para manifestar as suas reivindicações notando-se, de acordo com a oposição, muitos habitantes de bairros populares entre eles.

MERCADO ÚNICO

A maioria dos franceses — cerca de 53 por cento — considera que as dificuldades económicas da França vão agravar-se com a entrada em vigor do Mercado Único Europeu, revela uma sondagem publicada pelo jornal «Figaro».

De acordo com os resultados da sondagem, realizada no final de Novembro, 22 por cento dos franceses consideram que as dificuldades vão atenuar-se.

A questão sobre se defendiam que o movimento de unificação da Europa deve ser acelerado, adiado ou continuar como até aqui, 38 por cento dos inquiridos disseram que se deve manter o ritmo actual, 32 por cento defende que ele deve ser acelerado e 17 por cento respondeu que o processo deve ser mais lento do que até aqui.

Para 34 por cento dos inquiridos, o Mercado Comum é uma coisa positiva, para 22 por cento é negativo e para 37 por cento nem é bom nem mau.

O possível desaparecimento da CEE é considerado muito grave ou com alguma gravidade por 57 por cento dos franceses, enquanto que para 31 por cento isso não seria grave.

HAITIANOS

O activista negro Jesse Jackson criticou a polícia dos Estados Unidos relativamente aos refugiados haitianos alojados nas instalações militares norte-americanas em Cuba.

O ex-candidato presidencial disse que os mais de cinco mil haitianos que se encontram aos cuidados dos militares norte-americanos em Cuba deviam obter asilo temporário nos Estados Unidos.

Segundo Jackson, os haitianos precisam tanto de regressar ao Haiti como os kuwaitianos ao Kuwait.

Jesse Jackson foi mais longe ao sublinhar que se os Estados Unidos puderam recolocar o emir do Kuwait no seu trono, também podem restaurar a democracia no seu próprio hemisfério.

Os Estados Unidos recusam dar guarida aos refugiados haitianos alegando que isso só aumentaria o êxodo e o número dos que morrem no mar durante a viagem.

O Departamento de Estado refere que a maioria dos haitianos em fuga do seu país parte por motivos económicos não se qualificando por isso a obtenção de visto de entrada nos Estados Unidos.

SALVADOR

A guerrilha salvadorenha anunciou a sua vontade de concluir os acordos de paz com o governo do presidente Alfredo Cristiano antes de meados de Dezembro.

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) anunciou «à Nação e à Comunidade Internacional» que está pronta a tomar «todas as medidas necessárias» para assinar tais acordos antes de 15 de Dezembro, apesar de o governo continuar a levar a cabo ofensivas prejudiciais às negociações de paz do México e «impor um ritmo extremamente lento» a esse diálogo.

Esta declaração da FMLN ocorreu um dia depois de o ministro da presidência e chefe da delegação governamental salvadorenha nas negociações, Óscar Santamaria, ter considerado improvável a assinatura dos acordos de paz em 15 de Dezembro.

Na semana anterior, a FMLN anunciara que as discussões governo-guerrilha sobre o cessar-fogo começariam na segunda semana de Dezembro, se as duas partes avançassem de forma significativa nos outros temas das negociações.

Enquanto isto, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, distribuiu um documento sobre a situação na América Central, que foca principalmente o avanço das negociações salvadorenhas e o processo de paz da Guatemala.

4.º Aniversário do INTIFADA levantamento popular palestiniano

Encontro na Casa da Paz

O INTIFADA é uma forma superior da luta do Povo Palestino e uma manifestação inequívoca da sua vontade de pôr fim à ocupação israelita, à repressão, à miséria e aos crimes, por uma paz justa e duradoura na Palestina e no Médio Oriente, de harmonia com as decisões das Nações Unidas, pelo respeito do Direito Internacional e dos Direitos Humanos.

O INTIFADA resistiu e reforçou-se, nas difíceis condições de ocupação militar porque é fruto de todos os sectores e camadas da população palestiniana.

A recente Conferência de Paz realizada em Madrid é em primeiro lugar o resultado destes quatro anos de levantamento popular, é a primeira grande vitória do INTIFADA, independentemente das considerações sobre a conjuntura internacional.

A Conferência de Paz de Madrid, que agora prossegue em Washington em sessões bilaterais entre palestinos e árabes de um lado e israelitas de outro, realiza-

-se num momento particularmente desfavorável para a causa da Palestina. São não só as consequências da Guerra do Golfo e da derrota militar do Iraque que dividiu e enfraqueceu consideravelmente o Mundo árabe, como também o desmoronamento da União Soviética e o desaparecimento do Pacto de Varsóvia, tradicionais apoios da Causa Palestina, desequilibrando a correlação de forças a favor de Israel e dos EUA.

Entretanto, apesar das dificuldades acrescidas em consequência das exigências de Israel, a realização da Conferência de Madrid e o seu prosseguimento, podem criar condições para se iniciar um verdadeiro processo de negociações, eventualmente longo e complexo, onde a participação dos representantes da Palestina é indispensável.

Em síntese, foi este o sentido do debate realizado durante a primeira parte do Encontro que o CPPC promoveu evocando o 4.º Aniversário do INTIFADA,

que contou com a colaboração e participação do dr. Issam Besseisso, representante da OLP em Lisboa.

Em seguida, ilustrando a referência ao número de vítimas durante estes 4 anos (1385 mortos, mais de 82 500 feridos e mais de 200 000 prisioneiros numa população de 1 500 000 pessoas) e aos elevados prejuízos materiais (Israel roubou à economia palestiniana mais de 4 mil milhões de dólares) os representantes do Secretariado dos Municípios ZLAN, Eufrazio Filipe — Presidente da Câmara do Seixal, e Carlos Almeida — Adjunto do Presidente da Câmara da Amadora, que recentemente visitaram Jerusalém e territórios árabes ocupados, deram algumas informações sobre a experiência que viveram.

Na Faixa de Gaza, pequeno território onde, em campos de refugiados, vivem mais de 750 000 pessoas, 3 a 4 mil colonos aí fixados por Israel têm direito a um terço do território e dos seus recursos naturais incluindo a água.

Num dos campos de refugiados que visitaram, onde vivem 62 000 palestinos, as condições de vida são desumanas, sem água, electricidade ou esgotos e à população é proibida qualquer forma de organização.

A terminar o Encontro, para além da decisão de criar uma estrutura de coordenação da actividade de solidariedade com a Palestina, foi marcado novo Encontro para os princípios de Janeiro. Foi decidido que por ocasião do Dia da Terra, a 30 de Março, se realizará uma iniciativa com participação internacional, eventualmente uma delegação dos territórios ocupados e de movimentos de solidariedade dos países da CEE. Foi decidido editar uma Folha Informativa sobre a situação nos territórios ocupados, do andamento das negociações, bem como informações sobre iniciativas de solidariedade nacionais e internacionais. Foi ainda decidido criar um Centro de Documentação sobre a Palestina.

Alemanha

«Caça às bruxas» atinge também a Universidade

Negada embora, a «caça às bruxas» é uma realidade na Alemanha de hoje, com particular incidência na ex-RDA. Exemplos não faltam.

Em fins de Novembro, o Dr. Heinrich Fink, reitor da Universidade Humboldt, de Berlim, recebeu uma carta do Senado da cidade, indicando a sua imediata destituição. Nos dias anteriores, a imprensa alemã afirmava, sem apresentar provas, que Heinrich Fink, conhecida personalidade nos meios intelectuais e religiosos alemães, teria sido colaborador secreto da antiga polícia política, Stasi.

O caso — mais um, de perseguição a personalidade críticas — não passou entretanto despercebido. A destituição anunciada provocou uma verdadeira onda de choque na Universidade de Humboldt. Sucederam-se assembleias gerais, greves e manifestações de milhares de pessoas, juntando

num mesmo movimento estudantes e professores.

Uma mobilização cuja envergadura tem a ver também com o facto de a demissão coincidir com as eleições destinadas a renovar as instâncias dirigentes da universidade. O reitor, Heinrich Fink, era um sério candidato, por simbolizar de certo modo o processo de renovação democrática que se vive há dois anos na Universidade de Humboldt. Estudantes e professores

têm-se empenhado — e com êxito — em preservar a sua autonomia face ao poder político, resistindo ao modelo ocidental (com base no lucro) que o Senado de Berlim tenta impor. Também por estas razões, a Universidade de Humboldt e o seu reitor tornaram-se incómodos.

Neste quadro, muitos nomes da intelectualidade alemã reagiram à demissão de Fink, nomeadamente escritores como Stefan Heym,

Christoph Hein, Christa Wolf ou Daniela Dahn, o filósofo Rudolf Bahro, ou ainda o superintendente da Igreja evangélica de Berlim-Brandenburg, que participou numa sessão de solidariedade organizada pelo

Conselho de Estudantes da universidade.

Para Christoph Hein, esta destituição sem provas «só pode ser interpretada como uma ameaça contra todas as pessoas que não se mostrem conciliadoras».

Desilusão

Mais de três quartos dos alemães de leste, 76%, consideram «insuficiente» o empenhamento do governo na ex-RDA, segundo uma sondagem publicada nos primeiros dias de Dezembro.

De acordo com este inquérito, realizado entre fins de Outubro e fins de Novembro pelo instituto Infas, e publicado no diário «Berliner Zeitung», a decepção das pessoas inquiridas respeita, nomeadamente, à política de emprego do governo, num momento em que o desemprego total ou parcial atinge cerca de um terço da população activa da ex-RDA. 74% dos habitantes de Berlim-Este e 57% dos cidadãos da Alemanha Oriental declaram-se descontentes com a política social de Bona. Apesar de persistirem algumas ilusões sobre a política económica de Bona, 50% dos alemães de leste consideram que os seus interesses não são bem defendidos, contra 42% que pensam o contrário.

URSS Destino incerto

«O destino do nosso país multinacional não pode ser decidido apenas por algumas Repúblicas», afirmou Gorbachov, na primeira reacção pública à criação da Comunidade dos Estados independentes (CES), decidida domingo passado pelos presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.

O presidente soviético defendeu a convocação de um Congresso extraordinário da Câmara de Deputados e admitiu também a possibilidade de uma nova forma de organização da URSS ser submetida a referendo.

No documento do presidente da URSS salienta-se que o destino da URSS só deve ser resolvido «por via constitucional, com a participação de todos os Estados soberanos e levando em consideração a vontade dos seus povos».

Face ao acordo de Brest, que engloba os três Estados eslavos e unilateralmente declara como inexistente a União Soviética e as suas

estruturas legislativas e executivas, Gorbachov afirma: «Para mim, como presidente do país, o principal critério de avaliação deste documento é a que ponto ele corresponde aos interesses da segurança dos cidadãos, às tarefas de superação da presente crise, à preservação do Estado e ao prosseguimento das reformas democráticas.»

Na sequência de uma reunião entretanto realizada no Kremlin, o presidente Nazarbaev, do Cazaquistão, criticou os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia por não terem informado sobre a intenção de criar a CES, e qualificou a comunidade resultante do acordo de Brest como «apenas uma das versões do Tratado da União».

O dirigente cazaque levantou objecções à extinção das estruturas do poder federal, exortando à «procura de uma solução civilizada para qualquer situação».

Simultaneamente, um grupo de parlamentares so-

viéticos lançou uma campanha de recolha de assinaturas dos deputados para a convocação de um Congresso extraordinário de deputados da URSS, que deverá decidir sobre a legalidade da extinção do Estado soviético. Com a mesma finalidade, a Comissão de supervisão constitucional da URSS criou um grupo que iniciou ontem os seus trabalhos.

Entretanto, a crise económica é cada vez mais grave. A semana passada o vice-chefe da Câmara Municipal de Moscovo, Iuri Lujkov, declarou que o abastecimento alimentar da capital é absolutamente incontrolável. Boris Ieltsin perde o apoio popular de dia para dia, depois de ter anunciado uma «ofensiva de mercado», que resultou, antes do mais, num aumento vertiginoso e desequilibrado dos preços ao consumidor. Isto mesmo antes da liberalização oficial dos preços na Rússia, prevista para 16 de Dezembro.

PCP saúda Partido Comunista dos EUA

Por ocasião da 25.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos EUA, que decorreu em Cleveland entre 6 e 8 de Dezembro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do PC dos EUA a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Em nome dos comunistas portugueses, enviamos calorosas e fraternais saudações à 25.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos EUA e, por seu intermédio, a todos os comunistas do vosso país.

O PCP aprecia altamente o papel do PC dos EUA, na sua luta incansável em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, contra o racismo e as ofensivas monopolistas, e na sua corajosa posição de combate à política imperialista dos círculos governantes dos EUA.

Tendo em conta a situação existente no vosso país e a conjuntura internacional — negativamente marcada por graves derrotas do socialismo e pelas tentativas do imperialismo para estender a todo o mundo a sua hegemonia, mas também por lutas dos trabalhadores e

dos povos — a vossa Convenção revestir-se-á certamente de particular importância. Solidários com a vossa luta, inspirada nos ideais da democracia, do progresso social e do socialismo, desejamos os maiores êxitos aos trabalhos da vossa Convenção.

Em Portugal, o PCP combate a política de reconstituição dos monopólios conduzida pelo actual governo de direita e luta por uma democracia avançada que permita uma profunda democratização da sociedade portuguesa nos terrenos social, económico, político e cultural.

A existência de Partidos Comunistas corresponde a uma exigência social profunda de transformação revolucionária da sociedade. O PCP está convicto que problemas, dificuldades e exigências de renovação que se colocam ao movimento comunista internacional não põem em causa nem o ideal comunista nem a necessidade de fortalecer os laços de solidariedade e cooperação entre Partidos Comunistas, assim como entre todas as forças progressistas. Neste quadro, confirmamos o nosso profundo interesse no desenvolvimento das relações fraternais entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista dos EUA.

China

PC prepara-se para XIV Congresso

Uma reestruturação no Partido Comunista da China, no quadro da preparação do XIV Congresso do Partido em 1992, foi estes dias referida nas páginas do «Diário do Povo».

Lu Feng, director do departamento de organização do Comité Central do partido, afirmou que «há muito trabalho a ser feito no próximo ano para testar os funcionários e reajustar a direcção».

A integridade e habilidade política serão os critérios mais importantes na nomeação de funcionários, enquanto o seu percurso e desempenho em «alturas críticas» será tido em grande atenção, disse o mesmo responsável ao órgão oficial do Partido Comunista.

A notícia do «Diário do Povo» é a primeira confirmação de que o Partido Comunista Chinês sofrerá uma reestruturação antes do XIV congresso partidário.

O plenário do partido anunciou, no mês passado, que o Congresso terá lugar no último trimestre de 1992, para eleição de um novo Comité Central e adopção de orientações políticas nacionais para os cinco anos seguintes.

No mesmo plenário do CC do PC Chinês foi anunciado que o Congresso terá como tema central «A modernização da China socialista».

«A linha fundamental do Partido Comunista consiste em centrar a sua actividade na construção económica e prosseguir as reformas e a abertura ao mundo exterior.»

A sessão do Comité Central consagrou-se, no essencial, à situação no campo, onde vivem 900 milhões de chineses, ou seja 80% da população do país.

Após cerca de doze anos de reformas que permitiram um sensível progresso nas zonas rurais, novas medidas se impõem para ultrapassar os problemas surgidos nos últimos

anos, em particular a baixa de rendimentos dos camponeses. «A agricultura é a base do desenvolvimento económico, da estabilidade social e da independência do país. A modernização da economia nacional no seu conjunto não será possível se não conseguirmos a modernização da agricultura», afirma-se no documento do Comité Central.

Estão previstos grandes investimentos no sector, propondo-se, por outro lado, «um desenvolvimento vigoroso dos serviços socializados e um alargamento gradual da economia colectiva».

O Comité Central do PC Chinês sublinhou que «é essencial que as directivas sejam adaptadas à diversidade de condições. Em nenhum caso devemos ir contra a vontade das pessoas, tomando decisões que não tenham em conta as diferenças de condições em cada região ou que copiem cegamente a prática de outras regiões».

Bulgária

PS faz balanço de resultados eleitorais

No quadro da situação actual, os resultados das eleições de Outubro são favoráveis ao Partido Socialista da Bulgária, o mais forte partido do país, e que conta com uma maior militância.

Esta uma primeira apreciação avançada pelos socialistas búlgaros (antigo partido comunista), na sequência das eleições legislativas e municipais.

Recorde-se que, em Outubro, o PS búlgaro recolheu 33,14% dos votos, elegendo 106 deputados (num total de 240), enquanto a União das Forças Democráticas (UDF), que uniu todas as forças de direita vencendo as eleições, alcançou pouco mais votos —

34,36% (110 deputados).

Só mais um partido conseguiu ultrapassar a plataforma dos 4% — o Movimento pela Liberdade e a Democracia, partido da minoria turca, com 7,55% dos votos e 24 deputados.

Nas eleições locais, realizadas em simultâneo, a vitória dos socialistas é particularmente clara, com mais de 50% dos eleitos, de entre os quais 144 presidentes de câmara (num total de 255). A UDF só conseguiu 95 presidentes de câmara.

Acentuando embora os resultados obtidos, e apostando numa oposição construtiva, o PS búlgaro sublinha que se registou uma viragem à direita no desenvolvimento da sociedade

búlgara, com todas as consequências inerentes no plano social, político e intelectual.

Um caso exemplar — testemunho desta viragem à direita — é a primeira lei apresentada à Assembleia Nacional pela UDF que visa confiscar propriedade dos socialistas, cujo partido conta, entretanto, com mais de 50 mil membros.

Esta viragem deve-se, na perspectiva do PS búlgaro, ao prático desaparecimento das forças centristas e moderadas. Uma polarização prejudicial ao desenvolvimento pacífico do processo democrático, e gerador de tensão social.

Tensão social para que sem dúvida contribui decisi-

vamente a degradação da situação socioeconómica.

Actualmente o desemprego atinge 8% da população activa, ou seja cerca de 340 mil pessoas, prevendo-se que já no fim do ano este número suba para os 400 a 500 mil.

A crise económica está

agravada com a falta de combustíveis, pelo não fornecimento de petróleo pela URSS. O comércio externo está igualmente desorganizado (em mais de 50% dependia da URSS).

Quanto aos preços de bens de primeira necessidade, registam-se aumentos em flecha. No que se refere à alimentação, os aumentos

oscilam entre os 50% e os 300%. Manteiga, queijo, azeite e açúcar desapareceram pura e simplesmente do mercado.

Uma situação que pode pôr em causa um desenvolvimento pacífico do processo democrático em que os socialistas búlgaros apostam.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O Militante

A Revolução
de Outubro

Entrevistas com
ALBANO NUNES
e
MIGUEL URBANO

PARLAMENTO EUROPEU

Cimeira de Maastricht: incertezas e desacordos

Os chefes de Estado e de Governo da CEE estiveram reunidos esta semana em Maastricht, na Holanda, para assinar os tratados do que será a «nova CEE» após 1993. Em questão está a criação da União Europeia, cujos pressupostos fundamentais são a União Económica e Monetária e a União Política.

Do que de concreto foi decidido em Maastricht pouco se poderá dizer antes da análise cuidada dos documentos aprovados. Para além dos anúncios, mais ou menos sensacionalistas sobre a criação de uma moeda única, lá para o final do século, e de mais umas quantas reafirma-

ções de princípios destinadas, em última análise, a que todos saiam de Maastricht dizendo-se vencedores, quase nada se sabe ainda das reais implicações, a curto e a médio prazo, das medidas tomadas.

Na mesa das negociações estiveram vários *dossiers*-chave, mas duas questões dominaram as atenções: a coesão económica e a Europa social. Em relação à primeira, fundamental para atenuar as profundas assimetrias existentes no espaço comunitário, coloca-se a exigência dos menos desenvolvidos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) de um reforço significati-

vo dos actuais fundos estruturais. Notícias vindas a lume nos dois últimos dias apontam para um aumento da ordem dos 4 mil milhões de contos após 1993, mas tal montante é ainda especulativo; de seguro existe apenas o compromisso político de alterar e reforçar os regulamentos dos fundos estruturais, para o quinquénio 1994/1998. O principal opositor, mas não o único, é a Alemanha, o maior contribuinte líquido para o orçamento da Comunidade.

No respeitante à Europa social, a questão que se coloca é a da adopção de legislação social decidida por maio-

ria qualificada. Uma matéria em que tudo continua em aberto, dada a oposição da Grã-Bretanha que não vê com bons olhos a possibilidade de uma maioria de países poder impor a todos os restantes Estados-membros legislação laboral em certos domínios sociais que consideram poderem pôr em causa a competitividade das suas empresas.

Se se levar à letra as ameaças da Alemanha de que «sem união política não haverá união económica e monetária», fácil se torna perceber que o acordo possível no desacordo ficará aquém das pretensões dos mais acérrimos defensores da União Europeia, que arrisca seguir, também neste domínio, a duas velocidades.

Mesmo nos pontos em que mais facilmente se gerou consenso, como é o caso da UEM, o panorama está longe de se apresentar linear. Para participarem na terceira e última fase da UEM, em que será criada uma moeda única e um banco central europeu, os Estados-membros têm de cumprir um conjunto de questões económicas e monetárias. Designadamente, ter uma taxa de inflação não superior a 1,5 pontos da média das três mais baixas da CEE; um défice orçamental não superior a 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma dívida pública que não ultrapasse 60 por cento do PIB; dois anos de participação da moeda nacional, sem desvalorização, na banda estreita do mecanismo de câmbios do Sistema Monetário Europeu (SME); taxas de juro a longo prazo não supe-

riores a dois pontos da média das três menos elevadas da Comunidade.

No que respeita a Portugal (bem como à Grécia e Irlanda), está-se ainda longe de reunir as condições para a participação na UEM desde o início da sua criação. O défice e a dívida pública portuguesas estão acima dos valores estabelecidos (5,5 por cento e 67 por cento, respectivamente), a taxa de inflação continua com dois dígitos e o escudo ainda nem sequer faz parte do SME.

Apesar das interrogações e períodos de transição previstos para os países que não se encontram em condições para passar à terceira fase da

UEM, dificilmente Portugal poderá fazer face a este desafio se as questões da coesão económica e social não registarem avanços significativos.

Pouco clarificadas parecem ainda estar as questões respeitantes à política externa comum e à defesa comum, matéria indispensável à concretização da União Política.

Como se disse no princípio, torna-se necessária uma análise cuidada dos resultados de Maastricht. Mais ainda em Portugal, onde a Cimeira não foi precedida de um debate nacional, nomeadamente na Assembleia da República, ao contrário do que sucedeu noutros países. Uma matéria a que voltaremos oportunamente.

Manifestações à margem da cimeira

A Cimeira de Maastricht mobilizou as atenções da opinião pública como um importante "momento histórico" na construção de uma nova Europa, mais próspera, mais fraterna, mais solidária.

A verdade, porém, é que nem todos acreditam nessa Europa; ou, o que não é menos grave, receiam que a mesma se venha a transformar num centro privilegiado para quantos tiverem a dita de ser «ricos e brancos». Tanto assim é que a polícia municipal de Maastricht não teve mãos a medir nos últimos dias para conter os grupos de activistas que desfilarão em manifestações à margem da

cimeira.

Desde a questão de Timor levada a Maastricht por estudantes portugueses, de que damos conta noutra página desta edição, passando pelo problema curdo e pelos protestos anti-racistas, de tudo um pouco se falou nas ruas da pequena cidade holandesa, a demonstrar que o panorama europeu está longe de se apresentar tão cor-de-rosa como alguns pretendem fazer crer.

Assim, os curdos voltaram a lembrar que existem para além dos interesses que estiveram por detrás da guerra do Golfo, enquanto as associações de emigrados da CEE voltaram a alertar para as si-

tuações em que se encontram 16 milhões de emigrados residentes no espaço comunitário, metade dos quais originários de países terceiros. Uma chamada de atenção muito séria num momento em que as manifestações de racismo e xenofobia alastram por toda a Europa, a par do agravamento da situação económica dos próprios trabalhadores europeus, assumindo proporções de consequências imprevisíveis. Croatas, marroquinos, italianos, entre outros, fizeram também ouvir a sua voz e os seus problemas, à margem de uma cimeira onde os ricos continuaram a falar mais alto.

Carta das Regiões

Regiões devem ser consideradas portadoras de interesse comunitário

A segunda Conferência do Parlamento Europeu e das Regiões da Comunidade, realizada a semana passada em Estrasburgo, aprovou uma resolução que propõe às instituições comunitárias a adopção de uma «Carta das Regiões da Comunidade». A iniciativa tem como objectivo criar as condições necessárias para reduzir as diferenças entre as diversas regiões e o atraso das menos favorecidas, designadamente através da criação de instituições regionais autónomas dotadas de poderes e recursos adequados.

Para os participantes na segunda Conferência, importa considerar as regiões como «portadoras de um interesse comunitário sob a perspectiva do desenvolvimento da democracia e do enraizamento da construção europeia nas múltiplas realidades da Europa, de uma integração mais estreita, a nível de base, entre

as diversas áreas europeias, de eficiência e descentralização na aplicação das políticas comunitárias».

Nesta perspectiva, torna-se necessário que a actividade da Comunidade se oriente, a nível económico, no respeito pelas exigências decorrentes do reequilíbrio regional. Também a nível legislativo os objectivos de reequilíbrio regional deverão constituir uma componente permanente de avaliação das outras políticas da Comunidade.

De salientar, por outro lado, o facto de a Conferência ter decidido que a Comunidade deve reconhecer às regiões, a nível institucional, um papel especial na «promoção, programação, predisposição e gestão» das iniciativas comunitárias no respeitante a serviços sociais e culturais, promoção da economia regional, administração do território e defesa do am-

biente. Nos casos onde não existam regiões, esse papel caberá às autarquias locais, preferencialmente às associações de municípios.

De acordo com a referida resolução, a Comissão deverá apresentar, até 30 de Junho de 1992, uma listagem das disposições comunitárias para as quais é necessário proceder a uma adaptação, tendo em vista o envolvimento directo das regiões.

O interesse regional

Através das novas disposições, as regiões - a nível individual ou de modo associado - poderão passar a apresentar directamente à Comissão, ao Parlamento e ao Conselho as suas opiniões e propostas relativas a medidas comunitárias que respeitem o interesse regional. Por outro lado, as instituições comunitárias devem solicitar o parecer das regiões acerca

das medidas que as mesmas poderão ser chamadas a tomar; tal parecer, enquanto não for constituído o órgão de representação das regiões, deverá ser emitido por um Comité consultivo em que todas as regiões estejam representadas.

A Carta prevê igualmente o direito das regiões de recorrerem aos órgãos jurisdicionais competentes contra as disposições que as afectem, bem como o direito de consulta à jurisdição comunitária sobre questões que digam respeito quer à interpretação da legislação relativa aos poderes que lhes são reconhecidos pelo direito comunitário, quer a eventuais conflitos de atribuição de competências com outras instituições.

No caso das regiões com sistema de tipo federal ou de autonomia especial, com base em legislação aprovada por cada Estado-membro e coordenada a nível comu-

nitário, a Carta estabelece que «poderão ser representadas nas reuniões do Conselho de Ministros da Comunidade» destinadas a deliberar sobre questões que, directa ou indirectamente, digam respeito tanto às suas competências, como às suas especificidades.

Acresce ainda que as regiões poderão pôr directamente em prática as medidas aprovadas pela Comunidade, bem como organizar autonomamente o exercício das suas actividades, criar as respectivas estruturas e coordenar as iniciativas das entidades com carácter sub-regional de acordo com princípios, modalidades e programas previstos a nível comunitário e nacional.

No respeitante à atribuição de financiamentos comunitários, a Carta estabelece o carácter prioritário das iniciativas inter-regionais, em particular quando disserem respeito aos vários Estados-membros. Para a gestão des-

sas iniciativas poderão ser criadas, pelas regiões e autonomias locais, agências especializadas a que serão atribuídas, pelas entidades responsáveis a nível comunitário, nacional e regional, as competências necessárias para a realização dos objectivos comuns.

Finalmente, a Carta das Regiões prevê as acções a tomar no caso de não cumprimento ou não respeito das disposições da Comunidade por parte das regiões, sublinhando que o Parlamento e o Conselho deverão ser constantemente informados acerca dessas acções.

O presidente da segunda Conferência do Parlamento Europeu e das Regiões da Comunidade foi encarregado de transmitir a resolução aprovada à Comissão, ao Conselho, aos Governos e aos Parlamentos dos Estados-membros, bem como às Conferências Intergovernamentais e ao Conselho da Europa.

Emissário da CEE na Ucrânia

Um emissário da Comunidade Económica Europeia desloca-se hoje à Ucrânia para recolher informações sobre as implicações que poderá ter para a segurança e estabilidade da Europa a desintegração da União Soviética.

O emissário é o embaixador Christian Kroener, um dos altos responsáveis do Ministério holandês dos Negócios Estrangeiros, a quem cabe a tarefa de apurar como será feito o controlo do armamento nuclear soviéti-

co, na sequência da autoproclamada independência da Ucrânia, Rússia e Bielorrússia. A questão do controlo nuclear está a preocupar a CEE e os EUA, ditando para já uma atitude cautelosa quanto ao reconhecimento dos novos Estados.

Na próxima segunda-feira o emissário da CEE reunirá em Bruxelas com os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, a quem informará dos resultados da sua missão.

A reforma da PAC e o programa do governo para a agricultura

1. Os próximos 4 anos correspondentes à actual Legislação fazem parte de um período decisivo para a definição do perfil que enformará nas próximas décadas a agricultura nacional e para o futuro das explorações e dos agricultores portugueses.

Em 95 estará terminada a 2ª fase do período de transição para a integração plena do sector nas organizações comuns de mercado o que significa a total aplicação no nosso país dos regulamentos e disciplinas comunitárias para todas as produções agrícolas - preços, normas de qualidade, fim das protecções ainda existentes, fim de alguns dos programas estruturais de ajuda como o PEDAP. A única excepção vai para a aproximação dos preços dos cereais aos preços comunitários que se processará até 2001.

Neste período (91/95) vai ser implementada a reforma da PAC que cruzada e por força das negociações do GATT irá reduzir ainda mais o nível de preços à produção e diminuir o grau de protecção que a actual PAC ainda assegura às produções dos 12 por força dos mecanismos de «preferência comunitária» o que significa a abertura do mercado comunitário à concorrência das produções dos EUA e de outros países (cereais, PSC - produtos de substituição dos cereais, oleaginosas e proteaginosas, carne).

Basta dizer, a título de exemplo, que os preços pagos em Portugal aos produtores de trigo mole baixarão sensivelmente dos actuais cerca de 50\$00/quilo para cerca de 20\$00 até ao final da década, a manter-se todo o quadro atrás descrito.

2. Ora, face a tão complexa encruzilhada esperar-se-ia que o Programa do Governo abordasse claramente os enormes problemas que a agricultura e os agricultores portugueses vão ter pela frente e define objectivos e estratégias claras. Espera-se-ia mesmo que fosse uma das áreas mais fortemente discutidas na apresentação do programa governamental na Assembleia da República.

Mas afinal esta imensa gravidez deu lugar a um não menor aborto: seja porque o programa, nesta matéria, é dos mais pobres dos últimos anos (parece que a guerra à Reforma Agrária era o único objectivo estratégico global que de forma clara animava as hostes do PSD) seja porque o ministro da Agricultura (como também os responsáveis da área social) se manteve silencioso durante os três dias do debate.

Num País em que a taxa de cobertura da rubrica de Produtos Agrícolas se situa abaixo dos 30% e tem vindo a evidenciar uma clara tendência para o seu agravamento o Governo não define nenhuma estratégia concreta que permita aumentar o grau de segurança alimentar e incrementar a competitividade das explorações agrícolas nacionais. Pelo contrário, o Governo define como um dos objectivos da política agrícola «a penetração progressiva nos mercados europeus» o que sendo louvável e necessário não é com certeza a preocupação estratégica primeira que deveria animar os responsáveis da agricultura portuguesa.

Também não se vislumbram medidas de política que permitam resolver a enorme disfunção existente entre os preços dos factores de produção pagos pelos produtores portugueses e os correspondentes valores comunitários (o que a proposta de reforma da PAC também ignora). Desde os combustíveis à energia eléctrica, dos adubos e alimentos para o gado ao preço do dinheiro (taxas de juro) os valores continuam, no nosso país, a ser superiores 2 e 3 vezes aos da Comunidade.

A diminuição nominal dos preços pelos quais os agricultores e cooperativas portuguesas vendem a sua produções em consequência da aproximação de preços médios comunitários tem de ser necessariamente acompanhada de uma aproximação equivalente a montante com a diminuição progressiva dos custos dos factores de produção e das taxas de juro sob pena de milhares de explorações se tornarem inviáveis a curto ou médio prazo.

Por isso não faz sentido - a menos que o seja numa óptica de concentração e centralização capitalista na agricultura o que seria feito necessariamente com o desaparecimento de dezenas de milhares de agricultores, e precisamente aqueles que mais contribuem para o PAB - anunciar, como é feito no programa do Governo uma maior selectividade dos incentivos quando o que se imporia seria abrir o acesso aos apoios ao investimento à pequena e média exploração permitindo que esta se modernizasse e se viabilizasse designadamente por via do associativismo da produção e da comercialização e da introdução de melhorias tecnológicas.

3. Neste quadro é pouco, muito pouco, que perante uma proposta de reforma da PAC inaceitável para os interesses dos agricultores portugueses e da economia nacional

o Governo em vez de afirmar claramente a sua rejeição se coloque numa posição ambígua e frágil de aceitar algumas medidas pontuais que acautelassem os interesses da nossa agricultura.

Os discursos «patrióticos» do ministro Arlindo Cunha para agricultor português ouvir não encontram correspondência no programa do Governo nem, na estratégia negociada em Bruxelas.

É evidente que a proposta de Reforma da PAC que está em cima da mesa não só contraria e esvazia pistas positivas que tinham sido abertas no relatório MacSharry e na comunicação da Comissão ao Conselho em 1 de Fevereiro, como põe em causa o princípio da coesão económica e social levando, a ir para a frente, a um acentuar absurdo das diferenças entre a agricultura portuguesa e das outras agriculturas europeias e entre os agricultores dos diferentes países.

Basta referir três aspectos:

● O que está actualmente em discussão não é verdadeiramente uma proposta de reforma global da PAC mas uma proposta de reforma da política cerealífera e de alargamento das políticas de *set-aside* (terras em pousio ou a monte) e de extensificação para responder, por um lado, às exigências dos EUA nas negociações do GATT, e por outro lado, conter os «excedentes» comunitários.

● Não há propostas para o apoio à necessária alteração dos sistemas culturais decorrentes de uma nova política para os cereais nem para produções hortícolas e frutícolas o que, conjugado com a produção pecuária poderia - e só assim poderia - permitir uma visão de conjunto da futura PAC e da suas consequências globais para Portugal.

Quando a proposta aponta para as oleginosas e proteaginosas uma opção idêntica à dos cereais - quebra de preços e desincentivo à produção - então desaparece o que poderia constituir uma alternativa ou um complemento para a reconversão e reordenamento das culturas cerealíferas.

Quando se está perante a hipótese de colocação obrigatória em Portugal de 100 000 ha em *set-aside* isto é um absurdo para um País com o nível de *deficit* agro-alimentar como o nosso.

● Ao propor ajudas compensatória aos agricultores na base dos rendimentos médios de cada país (o que significa que um agricultor português receberá apoios 3 e 4 vezes inferior ao das Comunidades tendo em conta as diferenças dos níveis de produtividade) a CEE está a criar um fosso ainda maior entre os agricultores dos diferentes países e a impedir a recuperação do atraso de países como Portugal. Ora, o critério deveria ser exactamente o inverso.

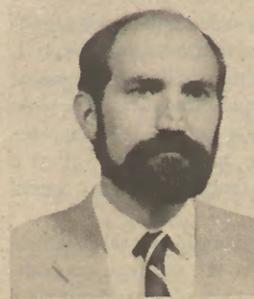
Para a carne de bovino e para o leite e produtos lácteos as Comunidades propõem, respectivamente, reduções de 15% no preço de intervenção e reduções de 4% na quota leiteira. E os apoios compensatórios e prémios teriam (ou terão) de ficar condicionados a critérios de extensificação (só tendo acesso àqueles apoios os produtores cujo encabeçamento seja igual ou inferior a 1,4 CN) completamente desadequado da realidade portuguesa onde o encabeçamento é da ordem das 3 e 4 CN/ha, excepto no Alentejo.

No fundo, as «modulações» de que falava MacSharry só se aplicam aos apoios às medidas de congelamento de terras e mesmo assim com critérios que obrigariam, no nosso país, a que uma exploração cerealífera de cerca de 70 hectares ficasse obrigada ao *set-aside* (pousio).

Em resumo, trata-se de uma proposta impropriamente chamada de Reforma da PAC para americano aceitar que põe a Europa comunitária toda no mesmo saco sem atender à diversidade das agriculturas e de situação dos agricultores dos Estados-membros.

Ora, uma proposta destas deveria ter não uma oposição mitigada e disponível para a negociação de pequenos arranjos ou de «flexibilização» das medidas (que o Governo apresentará como grandes vitórias) como ressalta do programa do Governo e das afirmações do ministro da Agricultura mas numa recusa liminar por consagrar uma Europa agrícola a duas ou mais velocidades, com o nosso país condenado a baixar níveis de desenvolvimento e ao agravamento da sua dependência alimentar e os agricultores portugueses condenados à situação de pensionistas e à quebra global dos rendimentos das explorações mesmo que no imediato alguns subsídios pudessem mascarar essa inelutável evolução.

Devem ser os países e as explorações responsáveis pelos excedentes e a degradação do meio ambiente que devem



LINO DE CARVALHO
Deputado

A proposta de reforma da PAC e a política agrícola do Governo português significariam «amarrar» o País e os agricultores e cooperativas portuguesas a uma situação de extremo atraso em relação às restantes agriculturas da Europa.

ser penalizados e não os países e as explorações que em nada contribuem para isso como é o nosso caso.

4. Aliás o problema dos excelentes e da necessidade de medidas penalizadoras só existem no quadro da lógica capitalista que preside à PAC e à CEE onde os interesses das grandes multinacionais agro-alimentares na conquista de mercados e na manutenção de certos níveis de preços se sobrepõe a uma política ao serviço dos povos e de um desenvolvimento equilibrado das nações e do planeta.

É que a CEE, que se tornou em 20 anos de deficitária a auto-suficiente e exportadora, é o 2º exportador mundial de produtos agrícolas e o 1º importador com um enorme negativo nas trocas em relação aos EUA, Nova Zelândia e Argentina, entre outros. Acresce que o mercado mundial não está saturado e o Países em Vias de Desenvolvimento podem ser um boa saída para a exportação a preços competitivos com os dos EUA e de outros países desde que se não queira continuar a degradar os termos de trocas em desfavor daqueles países e se respeite o princípio das vantagens mútuas. Mas não é essa decididamente a óptica das multinacionais agro-alimentares que, no fundo, estão na base das opções estratégicas da Comunidade e das negociações do GATT.

A maioria dos agricultores - e comunitários - vai, pois, continuar a ser pressionada para diminuir ou mesmo deixar de produzir e abandonar a terra em troca de alguns apoios sociais e ao rendimento em favor dos interesses das maiores e mais intensivas explorações, das agro-alimentares e dos maiores países.

Tratados como cidadãos de segunda, o modelo de política proposta para a agricultura no quadro da Comunidade significa, como bem afirma a Coordenação Camponesa Europeia, «um desafio económico inqualificável» e «um menosprezo social e cultural inaceitável» para a profissão de agricultor.

E para Portugal, a proposta de reforma da PAC e a política agrícola do Governo português significariam «amarrar» o País e os agricultores e cooperativas portuguesas a uma situação de extremo atraso em relação às restantes agriculturas da Europa, significaria que Portugal teria de reduzir as produções de cereais, proteaginosas e oleginosas, carne e leite agravando as nossas dependências e as nossas fragilidades, significaria o abandono da agricultura por milhares de produtores de uma forma forçada, desnecessária e contrária aos interesses nacionais e sociais.

Urge, pois, um grande debate nacional e uma grande mobilização dos agricultores, cooperativas e suas organizações contra uma política agrícola, nacional e comunitária, lesiva dos interesses do País e de quem trabalha na terra, propondo-se e exigindo-se uma política que tenha em conta a especificidade da agricultura portuguesa e a diversidade das agriculturas europeias e o seu diferente grau de responsabilidade na situação existente, que assegure um nível razoável de segurança alimentar para o País, que promova o grau de competitividade das explorações agrícolas e a qualidade das produções, que promova o associativismo de produção e de comercialização, que reconheça o justo valor económico e social à agricultura e aos agricultores assegurando rendimentos dignos, que trave o despovoamento e envelhecimento dos campos com o consequente desequilíbrio dos meios rurais, que evite a saída desnecessária e extemporânea de milhares de agricultores do campo na medida em que no nosso país a insistência na necessidade de acelerar a velocidade da redução da população activa agrícola só teria eventualmente sentido num quadro de grandes progressos tecnológicos, o que não é o caso, que garanta o direito à terra e o direito a trabalhar e a produzir.

A renovação da esquerda segundo os novos apóstolos de velhas ideias

Nas últimas semanas, a pretexto da expulsão de alguns membros do Partido envolvidos há muito tempo em actividades de carácter fraccionário, tem sido dedicado grande espaço na Comunicação Social à questão da «renovação da esquerda» (ou à sua «refundação») e à divulgação das teses dos novos arautos da boa nova, apresentando velhas e velhíssimas ideias como se de um fenómeno novo, original e criativo se tratasse.

Pode acontecer que cidadãos distraídos, mal informados ou recentemente chegados à vida política, ou compreensivelmente preocupados com a evolução do mundo e as derrotas das forças revolucionárias e do socialismo, possam ficar esperançados com tão nobre apostolado, ignorando no entanto que ao longo de mais de 30 anos se têm sucedido os grupos e grupelhos dando lugar a uma proliferação de siglas e a uma recheada galeria de personagens cujo propósito expresso, invocando a crise da esquerda, é renovar a esquerda, grupos que, apoiando-se invariavelmente nos instrumentos das forças que se propunham combater, acabaram invariavelmente por atacar as forças mais consequentes no campo da esquerda.

1

A batalha das ideias, nos tempos que correm, para além da sua maior ou menor agudeza, tornou-se extremamente complexa pela vastidão, natureza contraditória que assume e sobretudo pelos poderosos meios de difusão massiva postos à disposição de certas forças políticas e sociais.

A complexidade da batalha das ideias resulta ainda do facto de, em consequência das profundas transformações operadas no mundo, se terem diversificado e alargado as correntes de pensamento ideo-teórico que, reflectindo e interpretando os interesses das classes fundamentais e de uma mais ampla diversidade de extractos sociais, se entrelaçam, cooperam ou lutam entre si.

É neste quadro que importa analisar e projectar a natureza e o papel do pensamento da autoproclamada «Nova Esquerda» e dos chamados renovadores da esquerda que, apesar de várias décadas de porfiados projectos de renovação da esquerda (sem nunca terem realizado a sua obra), assumem na actualidade características específicas sem no entanto perderem ao longo de décadas, os seus traços caracterizadores.

Uma é que a actividade e a produção político-teórica dos chamados renovadores de esquerda têm hoje um enorme suporte material, com o quase livre acesso aos meios de informação e propaganda de massas, que embora pertencentes ao grande capital e a forças de direita se mostram bastante abertas à utilização desses meios por parte dos chamados renovadores, sempre e quando atacam as forças mais consequentes no campo da esquerda. O fenómeno não é novo, nova é a sua extraordinária dimensão.

Uma outra é o crescente esforço dos meios de propaganda imperialista para sistematizarem e coordenarem as linhas mestras da ofensiva ideológica contra as ideias e as forças revolucionárias à escala mundial.

E, finalmente, o estimular de uma nova vaga de oportunismo pelas derrotas do socialismo no leste europeu e União Soviética.

2

A teoria da crise da esquerda e da renovação da esquerda tem já, como se disse, várias décadas. Nos finais dos anos 50, princípio dos anos 60, surgiram em toda uma série de países da Europa, incluindo Portugal, pequenos grupos (formados principalmente por estudantes e intelectuais) tendo por denominador comum a designação de «Nova Esquerda».

Nesta época o movimento operário e revolucionário havia alcançado importantíssimas vitórias, o sistema colonial do imperialismo havia-se desmoronado e às portas dos EUA nascia Cuba socialista. O heróico povo vietnamita fazia frente à mais poderosa nação do mundo e o imperialismo tendo sofrido significativas derrotas, não tinha visto coroadas de êxito as tentativas de passar à contra-ofensiva. Mas foi igualmente a época do diferendo sino-soviético, do maoísmo e de uma onda de radicalismo que marcou forte-

mente todos estes grupos, o que é próprio dos períodos de ascenso revolucionário.

As correntes de opinião designadas sob o rótulo de «Nova Esquerda» em parte alguma assumiram um carácter homogéneo no plano social e ideológico e com mais fundadas razões no plano orgânico. A sua «unificação» fazia-se em torno de um projecto comum: criar uma nova teoria revolucionária, uma cultura e uma prática política em conformidade com as novas realidades e sacudir o pó à consciência da classe operária, acusada de se ter aburguesado.

No plano ideo-teórico, os grupos da «Nova Esquerda» assumiram um carácter violentamente crítico em relação à sociedade burguesa e à sua cultura, ao militarismo e ao imperialismo e consideravam os estudantes, a intelectualidade e os povos do «Terceiro Mundo» as forças motoras das transformações revolucionárias.

Em contrapartida negavam o papel revolucionário da classe operária, desenvolviam uma feroz campanha contra os partidos comunistas acusando-os de revisionistas, de se terem integrado no sistema e de terem deixado de ser revolucionários.

A utilização das instituições democrático-burguesas, consideradas meros instrumentos de repressão e opressão das massas, era pura e simplesmente recusada. No plano da acção prática era a época da defesa da «revolução já», da luta armada e da guerrilha como únicas formas de luta.

No plano ideológico imperava o eclectismo.

A. Marcuse, também ele, em determinada fase da sua vida, um apóstolo das «Novas Esquerdas» (no plural), traçou um quadro muito esclarecedor quanto à natureza eclética desta corrente de opinião.

Numa das muitas conferências por si realizadas, dedicou-se a explicar quais as questões de princípio que distinguem as Novas, das Velhas Esquerdas.

«As Novas Esquerdas - disse Marcuse - com algumas excepções são mais neo-marxistas que marxistas no sentido ortodoxo, encontram-se sob forte influência do maoísmo, assim como dos movimentos revolucionários do «Terceiro Mundo». Mais, as Novas Esquerdas incluem tendências neo-anarquistas que se caracterizam pela sua enorme desconfiança em relação aos velhos partidos marxistas e à sua ideologia. As Novas Esquerdas, além do mais, salvo algumas excepções, não estão vinculadas com a velha classe operária (...). É muito interessante que este movimento tenha como porta-vozes, não os tradicionais políticos, mas antes figuras como poetas, escritores e intelectuais» («Five Lectures», Boston-1970). A análise de A. Marcuse dispensa comentários.

As ambições destes grupos de liderarem o movimento revolucionário não se concretizaram em parte alguma. A maior parte deles tiveram vida efémera. Sem nunca terem conseguido apoios de massas significativos, corroídos por contradições internas, incapazes de apresentar alternativas e de abrir perspectivas à luta revolucionária, acabaram quase sempre por ser absorvidos pelo sistema que se propunham destruir, mas cujas delícias não enjeitavam. Na sua folha de serviços consta, entretanto, uma acção constante de carácter cisionista e não poucas vezes provocatória contra o movimento revolucionário e democrático, serviço que justifica, naturalmente, o apoio que lhes foi dado por poderosos órgãos pertencentes ao grande capital.

A grande burguesia, com o seu faro de classe, jamais se deixou impressionar com o ardor revolucionário dos seus filhos momentaneamente transviados. Para a grande burguesia, como bem compreendeu R. Aron, sociólogo francês e igualmente apóstolo do anticomunismo, nada permitia identificar a autenticidade da fraseologia revolucionária com os ideais de uma nova sociedade, além de ser duvidoso que «os revoltosos das classes possidentes prescindissem facilmente de tudo que maldizem na sociedade de consumo». («Filosofia da Revolta», E. Batálov, Moscovo, 1975.)

3

Hoje de novo ressurgem, como que das cinzas, as promessas de redenção da esquerda. Nos últimos anos um pouco por toda a Europa, tem-se vindo a assistir ao nascimento (e à morte) de toda uma série de grupos que se propõem de novo renovar a esquerda, ou de forma mais ambiciosa, refundá-la. Portugal não foge a esta onda «renovadora».



Domingos Abrantes da Comissão Política e do Secretariado

A «renovação da esquerda», tal como tem sido teorizada, comporta em si numerosos equívocos, na medida em que se quer «unificar» uma realidade que é plural e da qual se exclui à partida o partido mais consequente no campo da esquerda, o Partido Comunista.

Quem não se lembra, só para não nos alongarmos dos grupos «Movimento Nova Esquerda» (1982), «Esquerda Independente» (1982), «Clube da Esquerda Liberal» (1984), «Convenção da Esquerda Democrática» (1986) e do «INES» (1990)?

Quase todos estes grupos são de sinal contrário aos dos anos 50 e 60 (ainda que, em alguns casos, os apóstolos da boa nova sejam exactamente os mesmos).

Com a mudança dos tempos, alterou-se a linguagem, alteraram-se os projectos mas não se alteraram importantes teses e que fazem entroncar os grupos da «Nova Esquerda» contemporânea, na velha «Nova Esquerda» dos anos 50 e 60.

A defesa da luta armada deu lugar à defesa do voto como única forma de legitimidade democrática. Da defesa da «revolução já» passou-se à revolução nunca. As instituições democráticas ocidentais passaram de ninhos de lacraus a mais lídimos expoentes de democracia. A crítica cáustica ao capitalismo deu lugar à exaltação da sua eficácia. Em vez dos estudantes e intelectuais como forças motoras do progresso social passaram a falar das «camadas e classes sociais mais dinâmicas» ou dos «sectores sociais mais importantes» sem no entanto clarificarem a quem, concretamente, se referem.

Subsistem, entretanto, como fio condutor e unificador das «Novas Esquerdas» a negação do papel da classe operária como classe revolucionária, a assunção da caducidade do marxismo-leninismo e os ferozes ataques aos Partidos Comunistas que se mantêm em posições revolucionárias.

As teorias e as práticas políticas da «Nova Esquerda» contemporânea devem ser consideradas à luz da fase do desenvolvimento do mundo na actualidade. O capitalismo desenvolvido alcançou através da revolução científico-técnica uma certa estabilização e logrou ganhar apoio em certas camadas sociais. O imperialismo conseguiu, com êxito, passar à contra-ofensiva, o socialismo foi atravessado por uma profundíssima crise. O grande capital desenvolve uma generalizada ofensiva contra importantes conquistas democráticas e sociais dos trabalhadores. Forças fascistas e revanchistas levantam cabeça em vários países da Europa. A crise que atinge as forças democráticas, de esquerda e revolucionárias é profunda e prolongada.

A luta libertadora dos trabalhadores e dos povos tornou-se mais difícil e o seu horizonte mais distante. É uma época de refluxo revolucionário. É a época das dúvidas, interrogações e desespero. É uma época de vacilações e capitulações cuja expressão é o oportunismo de direita. É neste contexto que se deve analisar o reavivar da nova onda dita renovadora e em particular a iniciativa do Forum Picoas.

4

No passado dia 23 de Novembro, Barros Moura apresentou no Forum Picoas as linhas mestras para a renovação ou refundação da esquerda. Dois anos depois de se ter anunciado que com a fundação do INES se inaugurava uma nova forma de fazer política em Portugal e se davam passos decisivos para a renovação da esquerda, não deixa de ser surpreendente que passado tanto tempo não se diga uma única palavra sobre os resultados das valiosas reflexões capazes de retirar a «esquerda do pântano» e que em matéria de prática política se «impõe que se descubra a quadratura

EM FOCO

do círculo» e que quanto às formas organizativas se diga que «não está encontrada» a solução.

Os arautos da «Nova Esquerda» revelaram-se sempre de uma grande inconsistência teórica e prática. As confissões de Barros Moura só fazem confirmar a regra. Entretanto, enquanto procura resolver a quadratura do círculo, arruma desde já a questão do PCP excluindo-o da esquerda.

No passado dia 23 de Novembro ficámos a saber, pela boca de Barros Moura, que o «PCP deixou de contar para a esquerda», «deixou de ser uma força revolucionária, uma força transformadora para ser uma força que está neste momento a bloquear qualquer transformação social neste país».

Branco é, galinha o põe! Ficamos no entanto uma grande interrogação. Em quem se terá inspirado Barros Moura para tão profundos pensamentos onde não se descobre onde possa estar a originalidade?

O dr. Prado Coelho que se diz ter sido desde 1975 pessoa de uma só ideia: «renovar a esquerda» («DN» 3/1/86), não disse acerca do PCP nem mais, nem menos.

O dr. Pacheco Pereira, um dos teóricos sobre o papel bloqueador do PCP, ainda que as suas teses tenham servido de suporte ideológico aos ataques às grandes conquistas democráticas, defende que o «PCP é um factor de manutenção dos arcaísmos da sociedade portuguesa» (Conf. na F. Século XXI - JN 14/4/87).

Acrescentamos ainda que nas mesmas águas navegaram várias outras figuras da vida política nacional. Para o dr. Constâncio, «a existência de uma esquerda moderna tem estado bloqueada pela existência de um Partido Comunista ainda fiel à vulgata marxista» («Acção Socialista»-9/10/86), para o dr. António Barreto, «a manutenção doutrinária e política do PCP é quase uma inviabilização da vitória da esquerda» («O Jornal» - 10/7/87) e para o dr. Fernando Pereira Marquês, «a esquerda do futuro não passa pelo PCP» («O Jornal» 18/3/88). Como se vê, Barros Moura está bem acompanhado. A identidade de pontos de vista de toda esta gente tem alguma razão de ser. Na verdade, o PCP, o grande Partido dos trabalhadores, profundamente ligado ao nosso povo, lutador empenhado na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas, é um grande obstáculo aos seus projectos e práticas políticas e às alianças espúrias.

A existência de um PCP com a sua natureza de classe, carácter revolucionário e profundamente democrático é coisa que esta gente não suporta. A liquidação deste PCP é na verdade o seu objectivo, mas também a sua quadratura do círculo.

5

Quem foi ao Forum Picoas, se por azar é crédulo, saiu com uma única certeza, a de que o PCP é um partido morto (os comunistas vivos, estavam, segundo o orador principal, ali no Forum) à espera de funeral. Quanto à questão concreta que é o da «renovação da esquerda» ficou a saber que, para já, ainda não há soluções, o que não deixa de ser uma estranha confissão vinda de quem ataca o PCP por não se renovar. Para além dessas miudezas, ficou ainda a saber que Barros Moura é marxista (mas não leninista), que a 23 de Novembro defende no Forum Picoas a revolução, para depois, a 4 de Dezembro (jornal «O Público»), repudiar a revolução, mas que apesar de tudo ainda se diz comunista (renovador).

O horizonte comunista é um ideal pelo qual se bateram e batem milhões de seres humanos e que marcou a história deste século.

Mas para Barros Moura «o horizonte comunista deve ser encarado como estímulo indispensável à leitura crítica da sociedade existente e é a adesão a um tal horizonte que em nossa opinião, garante uma permanente insatisfação face ao abismo entre os factos e os valores proclamados pelos poderes».

Paz à alma de Karl Marx. O ideal de luta pela transformação do mundo, reduz-se «à leitura crítica da sociedade exis-



tente». A aspiração e a acção por uma sociedade que ponha fim à exploração do homem pelo homem transforma-se na «permanente insatisfação». A realidade concreta da sociedade exploradora, com os seus cortejos de miséria, opressão e exploração dos trabalhadores e dos povos, arruma-se numa nova «categoria sociológica» designada de «abismo entre os factos e os valores proclamados pelos poderes». Magnífico!

E como se tudo isto não bastasse, Barros Moura, ainda nos brinda com uma tese de mestre: «O horizonte comunista é indispensável à praxis comunista, proporciona-lhe um contexto de cultura ética às propostas, à política e ao posicionamento na sociedade».

Não fazemos, no entanto, a injustiça de atribuir a Barros Moura a originalidade da tese que defende que o «o movimento é tudo, o objectivo final não é nada» ou da que define o socialismo como um ideal ético, mérito que como é sabido pertence ao «papa» do reformismo, o social-democrata alemão Bernstein. Mas o recurso a Bernstein (e hoje os «renovadores» da esquerda fazem-no de forma sistemática) só vem comprovar que ele se tornou um verdadeiro modelo para o oportunismo em diferentes épocas e que o barulho dos arautos da renovação da esquerda em torno das suas teses, ao fim e ao cabo, não passa de pólvora seca, não dando nenhuma contribuição para fazer avançar a ciência política, não descobrindo novas formas de organização e muito menos apontando formas de luta eficazes, como aliás ficou demonstrado, na sessão de espiritualismo político realizada no Forum Picoas da qual saiu a grande conclusão - a que só agora pareceu ter chegado - de que é necessário reflectir, reflectir ainda, reflectir sempre!

6

O momento é de crise para as forças revolucionárias, os movimentos operário e comunista vivem momentos difíceis e enfrentam problemas cuja complexidade não pode ser ignorada, nem subestimada.

É momento de muitas interrogações e amarguras legítimas e compreensíveis. Mas é igualmente o momento de resistência, de luta empenhada, corajosa e confiante. É o momento de reavaliação do percurso, das vitórias e das derrotas, da busca de novos caminhos para prosseguir a luta e os objectivos de sempre, a construção de uma sociedade de progresso e liberdade, onde não tenha lugar a exploração do homem pelo homem.

Sobre as forças revolucionárias recai a enorme responsabilidade de encontrar as respostas necessárias à superação da crise, para dar corpo às aspirações e à determinação da luta pelo progresso social.

A «renovação da esquerda», tal como tem sido teorizada, comporta em si numerosos equívocos, na medida em que se quer «unificar» uma realidade que é plural e da qual se exclui à partida o partido mais consequente no campo da esquerda, o Partido Comunista.

Cada uma das componentes da esquerda defronta os seus problemas próprios e distintos desafios. A responsabilidade de encontrar a resolução para os seus próprios problemas não exclui, antes pressupõe, a necessidade de confrontar opiniões e projectos com outras forças e sobretudo torna indispensável que se promova a convergência e o entendimento das forças democráticas em termos da política necessária para o desenvolvimento do País, a defesa do regime democrático contra o cavaquismo.

O papel próprio do PCP nesta batalha pelo progresso do País, contra a política cavaquista, por uma alternativa democrática, não é delegável nem transferível para outras forças.

O PCP, com as suas características essenciais, é um partido necessário e indispensável na sociedade portuguesa.

7

As correntes de opinião designadas por «Nova Esquerda» dos anos 50 e 60 eram profundamente críticas em relação às forças que apelidavam de «esquerda tradicional» (comunistas e socialistas), acusando-as de se terem integrado no sistema.

Não tendo no entanto apresentado nenhuma alternativa credível às organizações políticas, nem de transformação social, é no entanto necessário reconhecer que nesses anos alguns ideólogos da «Nova Esquerda» radical, desmascarando as chagas do capitalismo, contribuíam com as suas análises para a compreensão em certas camadas sociais da verdadeira natureza do capitalismo, bem como para a ideia da necessidade de profundas transformações sociais.

Os ideólogos da «Nova Esquerda» contemporânea, colocando-se no quadro da «reforma do capitalismo» ou na «democratização do capitalismo» continuam a atacar os partidos comunistas acusando-os de serem anti-sistema e de natureza não democrática, mas em contrapartida integram-se nos partidos socialistas e sociais-democratas, considerados «o eixo fundamental da esquerda», ou como fase transitória advogam a velha «terceira via».

As experiências ditas de terceira via conduziram invariavelmente à social-democracia, às alianças sem princípio e às tentativas de isolar e derrotar os partidos comunistas.

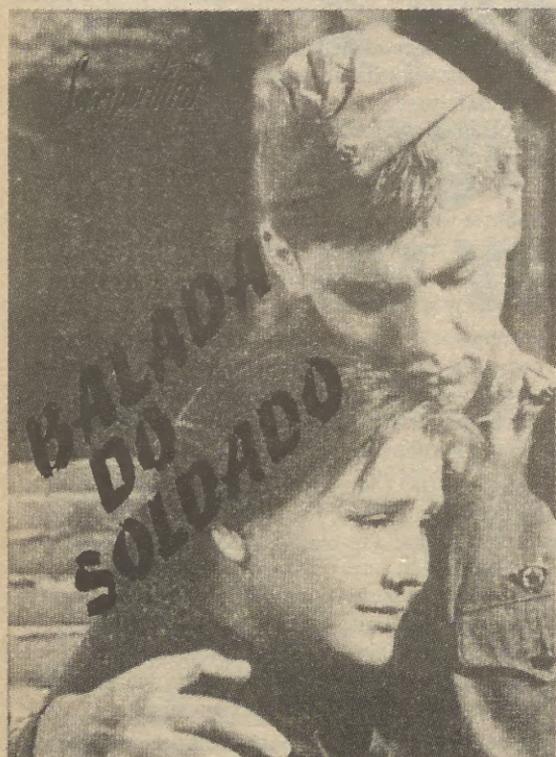
Experiências recentes em Portugal e lá fora só fazem confirmar a regra. Sob a capa da refundação da esquerda retomam-se velhas teses capitulacionistas e liquidacionistas das forças revolucionárias e em particular dos partidos comunistas.

Deve ser motivo de reflexão das pessoas que sinceramente desejam a superação das dificuldades da esquerda e do Partido que Barros Moura considere a existência do PCP ser um problema por que o PCP mesmo enfraquecido «pode bloquear a própria formação de um governo de esquerda» («O Público», 4/12/91) mas que considera o PS ser «indispensável para que haja uma alternativa de governo ao cavaquismo» (id.).

Rejeitando a descaracterização do PCP, rejeitando a sua social-democratização, o PCP, atento e aberto às novas realidades, virado para o futuro, será aquilo que os seus militantes quiserem que seja e não aquilo que outros gostariam que fosse.

Nesta batalha estão e estarão todos os que, independentemente das suas opiniões, dúvidas e divergências, se revêm num PCP que é património de várias gerações de lutadores abnegados, que não renegam o seu projecto e ideias e que se consideram comunistas no PCP.

Quanto aos que já mudaram de rumo, com toda a propriedade se pode aplicar as palavras de Marx e Engels acerca dos oportunistas da social-democracia alemã: «entre esses cavalheiros há tantos pontos de vista como cabeças. Em vez de porem a claro um problema qualquer, provocaram uma confusão espantosa, que por sorte se circunscreve quase exclusivamente a eles mesmos. O partido pode prescindir perfeitamente de tais educadores cujo princípio fundamental é ensinar aos outros o que eles mesmos não aprenderam» (carta circular a Bebel e outros, Setembro de 1878).



BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
NO MÊS DE DEZEMBRO
15%

Via CTT A cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



Cartas do Brasil

Só discursos, medidas e almoçaradas negócios à parte, é claro!

Outro dia, um senhor comendador do Rio de Janeiro, figura assaz conhecida que não manca em serviço, a propósito do abandono a que têm sido votadas as comunidades portuguesas na diáspora, tecia considerações nada abonatórias para o Governo do seu partido. Claro que esta postura íntegra e desassomburada, acusadora, só aparece após as eleições. Antes, era um louvaminhar semanal em tudo o que é jornal português de aqui e além-mar, analtecendo o novo messias que vai conduzir o nosso país ao paraíso e com obra comparável apenas a alguns eleitos. A Salazar certamente.

Talvez existam outras razões que justifiquem esta mudança, mas não devemos avançar muito no terreno pantanoso dos interesses financeiros sem dados mais concretos. Parece, e digo parece porque de certeza, certezinha, só Deus sabe, que o seu actual criticismo (no sentido filosófico, claro) se prende às suas dúvidas quanto às facilidades que ele não consegue obter em Portugal para um entidade a que preside e que se destina a congraçar os irmãos luso-brasileiros, enquanto outros, se calhar arrivistas de fresca data, o estão conseguindo para outra entidade afim.

Nestes negócios nebulosos dos interesses dos emigrantes ricos que se entrelaçam com a pátria amada, há que discernir as boas intenções do puro oportunismo. Deve ter sido com essa preocupação que se fundou neste ano, salvo erro, uma associação dos empresários na emigração, com a ajuda desinteressada do senhor Secretário da Emigração.

Conhecemos alguns patricios que trabalhando duro juntaram cabedais e os procuram, sem êxito, levar para Portugal como pé de meia para uma velhice sem sobressaltos. Outros, porém, negociastas e fanáticos de seita acumuladora do capital mais conhecidos pelos «adoradores do bezerro de ouro», não têm quaisquer peias. Topam qualquer negócio desde que lhes seja garantido «o seu». Chorudo de preferência.

Os «prolegómenos» são para falar de coisa mais séria e que, aparentemente, nada tem a ver com o que antes foi dito.

Referimo-nos à inexistência entre outras de uma política cultural portuguesa para emigração. Que abra espaços de trabalho e animação para um real intercâmbio das culturas portuguesa e brasileira, programada, constante e actualizada. Concretamente, localizamo-nos em S. Paulo, Brasil, que é a cidade de maior incidência de eventos culturais no país.

O esforço desenvolvido por muitas das associações portuguesas existentes nesta capital, nesse sentido, na maior dos casos bem intencionado, tem pouca relevância. Não só é desordenado, cada um puxando a brasa para a sua sardinha, mas principalmente peca pelo hermetismo dos grupos restritos, conterrâneos, e quiçá familiares. Quando não se destina exclusivamente a vantagens de cunho negociasta. A difusão dos seus eventos esbarra com a negligência deliberada ou até a má vontade dos meios de comunicação brasileiros. Um exemplo recente é o da Feira do Livro Português realizada regularmente pelo Centro Cultural 25 de Abril e que já vai no 9º ano. Enquanto foi promovida num espaço brasileiro, o centro cultural da prefeitura local, que todos os anos o tem cedido gratuitamente, mas que este ano estava indisponível por motivo de obras, a cobertura da «media» foi total, intensa. Talvez por se ter realizado este ano na Casa de Portugal o silêncio foi a resposta ao mesmo tipo de esforço feito no sentido da sua divulgação, junto da imprensa, rádio e televisão. Um jornalista me disse que o evento era

para os portugueses num local português, essa a razão do desinteresse em informar. Apesar de sermos a maior comunidade de estrangeiros neste país permanecemos num gueto cultural, raramente ultrapassado.

Contrariamente ao que acontece com as demais comunidades de maior expressão em S. Paulo, nomeadamente os italianos, alemães, franceses e japoneses, que conseguem desenvolver uma actividade cultural relevante e sistemática com o apoio dos seus governos de origem, obtendo grande êxito junto não só dos brasileiros descendentes, em particular, de cada uma das comunidades, mas também da população em geral, mobilizando e envolvendo-a, nós continuamos a ser os patinhos feitos ex-colonizadores, culpados da maior parte das mazelas que martirizam os brasileiros, incultos, de anedota. Situação que tende a agravar-se com os problemas surgidos com os brasileiros emigrados em Portugal. Da indiferença à retaliação o passo pode não ser tão grande para um povo que vive momentos de grande aflição e que busca um bode expiatório.

Na verdade não existem espaços portugueses modernizados. Os que existem, alguns opulentos, cheiram ainda ao conservadorismo que os caracterizou durante o consulado salazarista. E alguns eventos, efémeros, de carácter cultural, não chegaram a ganhar estruturas irreversíveis. Se alguns persistem, isso se deve mais à carolice de algum comendador endinheirado ganho para uma expressão cultural aliada à sua própria promoção social.

Actualmente, a presença do Portugal culto promovido pelas chamadas vias oficiais é uma ficção discursiva. A exemplo das demais comunidades, a que antes nos referimos, o nosso governo, sem tutelas, terá de assumir a manutenção de espaços para trabalhar, equipamentos e pessoal adequados. Romper com a sua imobilidade. Há anos que os lugares de adidos cultural e de imprensa no Consulado de S. Paulo não são preenchidos. Isto numa cidade onde se encontra talvez a maior concentração de portugueses no estrangeiro e que é, seguramente, a capital da cultura brasileira. Com onze milhões de habitantes (dezasseis milhões na Grande São Paulo) realiza-se nela uma actividade cultural de enorme importância onde Portugal quase não aparece. Às urtigas a prosápia da «comunidade luso-brasileira» pomposa e balofa. Que se arregassem as mangas e se inicie trabalho de verdade.

A nossa Embaixada situada em Brasília certamente premida pelas críticas que lhe são feitas veio a público antes das eleições relacionar os eventos culturais promovidos nos últimos tempos que abrangem desde concertos de piano e recitais artísticos a conferências universitárias. Talvez pela pobreza do trabalho apresentado o operoso adido cultural incluiu nessa prestação de contas o número de ofícios e cartas expedidas na sua decidida acção em prol da cultura portuguesa no Brasil.

Para terminar. Pensamos que a par duma necessária e urgente implantação da política cultural do Governo português, que se tem omitido por completo, haveria que ganhar a Fundação Calouste Gulbenkian, a exemplo do que tem feito noutros países, para tomar para si uma parte da criação de espaços físicos e meios humanos, ajudando a construir a ponte para um intercâmbio real com os brasileiros que sintam necessidade de enriquecer a sua cultura com um conhecimento actual e mais profundo das fontes que deram origem a este grande país.

■ Alexandre Pereira

EM FOCO



A dimensão do planeamento familiar

A Constituição Portuguesa é das poucas Constituições que, no mundo, consagram o direito ao planeamento familiar.

Foi por iniciativa legislativa do PCP, e devido à acção do movimento feminino, que a AR aprovou em 1984 as leis sobre planeamento familiar e educação sexual, a exclusão da ilicitude nalguns casos de interrupção voluntária da gravidez e a protecção à maternidade.

O conceito de Planeamento Familiar tem implícito o reconhecimento de um direito fundamental: o direito de cada ser humano poder controlar a sua fecundidade, dissociando a actividade sexual da função reprodutora. Na simplicidade desta ideia estão contidos valores e elementos de enorme complexidade e alcance.

É, desde logo, o reconhecimento da sexualidade humana como vivência que extravasa a mera satisfação de instintos e/ou procura de prazer, exigindo um grau de comunicação e partilha intensos; tanto de um ponto de vista emocional e físico como intelectual. Assim, porque potencia uma elevação da qualidade relacional e corresponde ao reconhecimento do valor e dignidade individuais, traduz uma conquista para ambos os sexos.

Para as mulheres rasgou novos horizontes: a possibilidade não só de assumir, sem o espantilho do medo de gravidezes indesejáveis, a vivência dos seus afectos, desejos e amor, mas também a possibilidade de uma maior liberdade nas opções de vida, permitindo-lhes gerir a sua fertilidade e compatibilizá-la com outros factores de realização pessoal, designadamente através de uma maior integração e participação em todas as esferas de actividade.

Ainda no plano dos direitos humanos há que ter presente que o planeamento familiar, ao possibilitar à mulher e ao casal o controlo da sua fertilidade, o direito de livre escolha em relação ao número de filhos que desejam ter e à oportunidade do seu nascimento configura, também, um direito das crianças: o de serem desejadas, condição que pode ser determinante para a sua vida futura pela importância que a componente afectiva exerce no seu desenvolvimento, tanto de um ponto de vista físico como psíquico.

Se é importante relevar a dimensão individual destes problemas, ainda hoje tantas vezes silenciada e mesmo negada, seria redutor não acentuar a sua importância social, económica e até mesmo política.

De facto, poderia considerar-se um lugar-comum referir-se o carácter vital que a função reprodutora desempenha na sobrevivência das sociedades não fora o facto de a maternidade/paternidade estar tão longe de ser assumida, na prática, como uma função eminentemente social que é.

Este problema foi inicialmente abordado numa perspectiva alarmista decorrente da teoria de Malthus, que

pretendia que a população crescia a um ritmo geométrico, enquanto os recursos económicos disponíveis progrediam segundo uma função aritmética. Com base nesta teoria, e considerando a necessidade de restringir os nascimentos, criaram-se organizações de ideário fortemente conservador em relação às atitudes e comportamentos sexuais, que registaram uma expansão considerável na Europa e nos EUA, durante o século XIX.

Hoje, as análises demográficas referem um decréscimo acentuado dos índices de fecundidade nas sociedades com maior crescimento económico, mantendo-se elevadíssimos índices de crescimento da população nos chamados países do terceiro mundo, a par de altas taxas de mortalidade e morbidez, designadamente de mulheres e crianças.

Nas sociedades com maior crescimento económico, acentua-se o duplo envelhecimento da população resultante simultaneamente do decréscimo da natalidade e do aumento da esperança de vida. Há quem preveja um possível desequilíbrio entre a capacidade produtiva da população activa e os custos acrescidos provenientes do aumento da população dependente.

Em Portugal, o censo de 1991 revela que, na última década, a dimensão média familiar baixou de 3,4 para 3,1 pessoas por família e a taxa de fecundidade regrediu de 2,1 para 1,5 filhos por mulher, em média, valor que se situa entre os mais baixos do mundo e não permite a reposição da população.

Sem dúvida que estes dados chamam a atenção para a importância social da maternidade/paternidade e para a interligação com o tipo de desenvolvimento das sociedades.

É para nós claro que não é o Planeamento Familiar, não é a actividade e participação crescentes das mulheres que justificam a tendência para o envelhecimento de Portugal. Pelo contrário, esta tendência resulta de uma política em que as leis de crescimento económico e os padrões de comportamento vigentes conduzem a uma desumanização crescente, em que a ausência de uma política social de habitação e a especulação urbanística não deixam espaço para a existência das crianças, em que a competição selvagem, a insegurança no emprego, a crise no mercado de habitação, o aumento do custo de vida não são compatíveis com o aumento dos agregados familiares. A questão que se coloca é de saber se as mulheres e os casais têm condições para ter os filhos que desejam e não o de restringir o direito de acesso ao planeamento familiar e/ou de incentivar as mulheres ao regresso a casa, à realização de trabalhos a tempo parcial e no domicílio, como tem sido prática dos governos de Cavaco Silva.

As mulheres sabem, com o conhecimento que advém do longo percurso histórico da luta pelos seus direi-



HELENA BASTOS
Membro suplente
do Comité Central
e dirigente do MDM

O desafio consiste em criar uma sociedade acolhedora para as crianças e para os pais o que exige, necessariamente, uma outra política de desenvolvimento, centrada no ser humano, que integre ainda como vertente indispensável a modificação de modelos culturais, de mentalidades e de atitudes

tos, como a questão da maternidade foi usada para os limitar e coarctar. Sabem como se transformou uma questão socialmente vital num estatuto de minoridade para si. Como se mitificou uma função, com o desenvolvimento de estereótipos de comportamentos, papéis e atitudes que as amputou da possibilidade de um maior protagonismo, reduzidas que estavam a objectos de procriação. Como a transmissão da propriedade na base da filiação legítima lhes negou o direito à sexualidade e criou uma dupla moral, profundamente interiorizada ao longo de séculos, e ainda hoje culturalmente transmitida. Como, enfim, a complexa questão da emancipação das mulheres tem uma dimensão eminentemente política que passa também pelo seu corpo, pelo seu direito à realização enquanto ser humano.

As mulheres são, por tudo isto, parte interessada e necessariamente interveniente na questão do planeamento familiar, da sexualidade. Porque questionamos a nossa condição de mulheres questionamos as opções políticas, demográficas, de desenvolvimento que se venham a adoptar.

O desafio consiste em criar uma sociedade acolhedora para as crianças e para os pais o que exige, necessariamente, uma outra política de desenvolvimento, centrada no ser humano, que integre ainda como vertente indispensável a modificação de modelos culturais, de mentalidades e de atitudes, seja no que se refere ao papel da mulher na sociedade como do homem na família.

O 1º Congresso do PT face à crise do Brasil

Num recente fórum efectuado no Rio de Janeiro, um dos oradores, da área do governo Collor, comparou o Brasil a uma baleia encalhada na praia, que só poderá ser salva com trabalhos aturados, complexos e muito demorados.

Com a realização do seu 1º Congresso, o PT (Partido dos Trabalhadores) apresentou-se como um partido capaz de desencalhar a baleia e pô-la a nadar num rumo de esquerda, oposto ao que tem seguido.

«Só o PT pode encontrar a forma de dar a volta por cima à situação brasileira. Pode fazê-lo neste Congresso», disse Luís Inácio Lula da Silva, Presidente do partido, na sessão inaugural da reunião magna petista.

O Congresso realizou-se, de 27 de Novembro a 1 de Dezembro, na cidade operária de S. Bernardo, junto a S. Paulo, nas amplas instalações da antiga companhia cinematográfica Vera Cruz, que se encheram com os cerca de 1300 delegados e observadores, as 120 delegações convidadas estrangeiras e os numerosos activistas do PT envolvidos nos múltiplos serviços de apoio ao Congresso.

Participando no Congresso em representação do PCP pude acompanhar durante cinco dias a forma como os petistas combinam a jovialidade, a irreverência e a improvisação, às vezes excessiva, com o trabalho mais sério, o discurso e a discussão apaixonados em torno dos problemas do Brasil e do PT.

Doenças do gigante

Numa sessão sociocultural que se seguiu à sessão inaugural, o Congresso experimentou a presença viva de uma das mais graves chagas sociais de entre as muitas que dilaceram o gigante arruinado em que o Brasil se transformou.

Era uma delegação de «meninos da rua» (as crianças abandonadas) que existem às centenas de milhar nas grandes cidades brasileiras. Estes representavam uma associação dos que querem sair do pântano para onde foram arremessados. Vieram ao Congresso lembrar que os «esquadrões da morte» os exterminam às centenas, pediram ajuda e deixaram nas mãos de Lula uma caixa de engraxar, o seu instrumento de trabalho, com o registo dos seus apelos.

Os trabalhos do Congresso foram elucidando sobre alguns dos dados mais chocantes da crise brasileira.

A população que se encontra abaixo da linha de pobreza - que era de 24,4% em 1980 - passou para 39,3% em 1988.

A fome espalhou-se por este país considerado o mais rico em terras férteis de todo o planeta e o que possui um dos maiores rebanhos do mundo. Assim, 2/3 da população não atinge no consumo de calorías os patamares mínimos internacionalmente considerados.

Ao mesmo tempo que o desemprego crescia, o salário real caiu de 13% entre 1981 e 1990, enquanto a produtividade de trabalho subiu 14%.

Grande parte dos trabalhadores recebe o salário mínimo nacional que corresponde a cerca de 7 contos mensais na nossa moeda.

Os baixos níveis de bem-estar social manifestam-se a todos os níveis, especialmente, no ensino, na saúde, na habitação, na segurança social.

As profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira são expressivamente ilustradas na circunstância de 1% da população ser detentora de 53% da riqueza do país. Por outro, lado as desigualdades regionais evidenciam-se no facto do rendimento *per capita* ser de 3700 dólares em S. Paulo e de apenas 620 dólares no Nordeste, em Piauí.

O extremo agravamento da situação social do país é uma consequência directa do aprofundamento da crise económica. Os anos 80 foram marcados por uma estagnação duradoura e o início dos anos noventa traduz-se num quadro de regressão económica do país. O próprio rendimento *per capita* teve uma queda de 6%.

A aguda instabilidade económica é assinalada por ritmos de inflação que atingem os 1000 % ao ano, desde 1988.

O padrão de desenvolvimento do país atingiu a fase de esgotamento com uma brutal concentração de riqueza e uma corrupção avassaladora, com o garrote da dívida externa e a dominação cada vez mais desenfreada do imperialismo.

As chamadas políticas de estabilização seguidas pelos diferentes governos da direita, especialmente as adoptadas ultimamente por Collor de Melo, com carácter abertamente neo-liberal, em vez de melhorar, tem agravado o estado do paciente. Não se esperam consequências diferentes (receia-se mesmo o pior) do acordo com o FMI que o governo Collor tem vindo a negociar.

De braço dado com a crise económica desenvolve-se a crise política a deslizar para uma crise institucional.

Não há no Brasil uma democracia consolidada. A situação agrava-se com a governação Collor geralmente considerada como um rotundo fracasso. O Presidente não tem a maioria no Congresso. O partido que artificialmente constituiu para fazer a sua política está a desagregar-se. O poder judicial não o deixa recorrer ao expediente de governar por medidas provisórias. Até já há quem fale no impedimento do Presidente.

Mas a oposição também não tem soluções, com a generalidade dos partidos que a constituem corroídos pelos males que afectam a sociedade brasileira.

Nestes circunstâncias, a Constituição é apontada pelas forças da direita como o bode expiatório. Em 1993, haverá um plebiscito sobre a Constituição.

Uma perspectiva de socialismo

Na tese-guia aprovada pelo 1º Congresso do PT aponta-se o caminho para fazer frente a esta crise profunda em que o Brasil está mergulhado. Diz-se assim:

«Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem».

Este «movimento por reformas» é colocado nos materiais do Congresso numa perspectiva de socialismo explicitamente assumida, nestes termos:

«O 1º Congresso do PT é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado



CARLOS BRITO
da Comissão Política

A necessidade de reforço do diálogo e da solidariedade entre a esquerda da América Latina e a esquerda europeia foi uma ideia com forte presença no Congresso.

ção directa do cidadão», bem como «o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder».

Por outro lado, «o PT entende que é preciso desenvolver o planeamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversas formas da propriedade - estatal, colectiva, social, pública, particular, mista - diferentes formas de gestão económicas - autogestão, direcção pessoal ou colectiva, mista - e várias formas de controlo social - sindical, popular, estatal - compreendendo que eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo...».



A mesa do Congresso, vendo-se Daniel Ortega ao lado de Lula

projecto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem.» (A referência às «tradições de origem» não se refere naturalmente apenas às tradições brasileiras, mas às tradições de origem do PT, muito ligado às correntes católicas progressistas.)

O Congresso debateu longamente as características do socialismo que o PT propõe ao povo brasileiro. Salientam-se entre estas características: «a existência de um Estado de direito» com «as mais amplas liberdades civis e políticas», «onde os mecanismos da democracia representativa, libertos da coacção do capital, devem ser conjugados com formas de participa-

Apesar deste esforço, a imprensa brasileira e atrás dela a imprensa internacional lançaram desde o início do Congresso a ideia de que ele representava uma evolução do PT para as posições da social-democracia. A «Folha de S. Paulo» tituló a sua reportagem do Congresso no dia a seguir ao seu encerramento, nestes termos: «PT confirma tendência social-democrata, 1º Congresso condena ditadura do proletariado e o uso da violência e assume uma política ampla de alianças».

Os dirigentes do PT rejeitam naturalmente esta interpretação e chamam a atenção para materiais do Congresso onde se diz «nem socialismo real, nem social-democracia» e outro onde se precisa que «o PT não vê na social democracia um caminho para a construção do socialismo, tão-pouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira».

As interpretações da imprensa procuram apoio na circunstância do PT passar a participar como observador nas reuniões da Internacional Socialista, no facto das propostas das tendências esquerdistas terem sido praticamente todas derrotadas, numa efectiva moderação nas directrizes tanto no domínio estratégico como tático e ainda pela rejeição da palavra de ordem «Fora Collor» como bandeira de luta contra o actual governo.

Quanto a este último aspecto creio que a rejeição da palavra de ordem não vai prejudicar uma grande intensificação da luta contra a política governamental a que provavelmente assistiremos a curto prazo.

Alvo - as presidenciais de 1994

O Congresso aprovou como objectivo tático central «a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994».

O PT parte para esta batalha inspirado pelo grande sucesso eleitoral alcançado por Lula nas presidenciais de 1989, com fortes posições no movimento sindical, na CUT, e com grande influência nos trabalhadores, com posições institucionais importantes, como 35 deputados no parlamento federal (em 503), com mais de 80 deputados estaduais, 1 senador, 26 pre-



Carlos Brito, em representação do PCP, entre os convidados estrangeiros

■ Sérgio Ribeiro

A subsidiariedade e a perversão do essencial

feitos, incluindo os de três capitais estaduais (S. Paulo, Porto Alegre e Victória) e de outras importantes cidades, como Santos e S. Bernardo.

No próximo ano haverá eleições municipais que constituem um grande desafio para os petistas e, ressaltando as diferenças, uma ensaio para as presidenciais. O Congresso preocupou-se especialmente com esta questão, enalteceu a obra dos prefeitos do PT e procurou exemplificar o modo petista de governar, através de uma exposição e de vários debates.

A preparação orgânica e funcional do partido constituiu, sem dúvida, uma das principais razões de ser do Congresso. A radical redução do direito de tendência, responsável nos últimos tempos por uma grande confusão e alguma divisão partidária, parecia ser o objectivo da direcção. Este objectivo não foi inteiramente conseguido: a derrota das teses da direcção, nesta matéria, pode significar maiores dificuldades do PT para vencer face aos grandes desafios que têm que enfrentar num futuro próximo.

De qualquer maneira a situação é favorável aos desígnios petistas. A profunda crise social, económica e política agravada pela desastrosa governação Collor faz alastrar pelo país um intenso descontentamento que a todo o momento pode explodir em grandes acções de massas. O PT embora muito virado para acção eleitoral não subestima a luta de massas, confere-lhe mesmo um papel muito importante nos seus postulados tácticos.

Na abertura do Congresso, Lula respondeu a estas questões dizendo: «A sociedade está indignada, mas não encontra forma de se exprimir. É preciso que a indignação se transforme em acto político.»

Embora Lula tenha dito a seguir que é o PT que está em condições de provocar esta transformação, o Congresso não apontou para a intervenção do PT sozinho, antes apontou direcções para uma concreta política de alianças.

O grande isolamento de Collor, contra o qual protestam as massas trabalhadores e as classe médias, mas que também já é contestado em certos meios do capital, faz reinar nas bases do PT um excessivo optimismo e algumas ilusões sobre a facilidade de uma vitória nas eleições presidenciais de 1994.

Ao encerrar o Congresso, o Presidente do PT, Lula, teve necessidade de contrariar este clima e chamar à realidade, dizendo:

«Em 1989, a direita e o capital sofreram um grande susto. Não tenhamos dúvidas que já se estão a preparar para não correrem semelhante risco, em 1994. Vai ser ainda mais difícil.»

O sentido da solidariedade

No Congresso do PT respirou-se um raro sentido de solidariedade internacionalista. Essa nota foi logo muito vinculada na sessão inaugural ao ser chamado Daniel Ortega, Secretário-Geral da Frente Sandinista da Nicarágua, para tomar lugar na presidência, ao lado de Lula, e depois convidado a intervir a seguir ao Presidente do PT. Os emocionados aplausos de todo o Congresso que acolheram a primeira figura dos sandinistas evocavam, claramente, os confrontos que estes acabavam de experimentar com a reacção nicaraguense mais serventária do imperialismo americano.

No mesmo espírito se inseriram a aprovação de uma moção de solidariedade com Cuba, de firme condenação do bloqueio americano, as calorosas manifestações de apoio quando falou o representante do Partido Comunista de Cuba e sempre que era referida a luta do povo cubano, bem como, a solidariedade manifestada aos povos do Panamá, Haiti, Guatemala, El Salvador e ao povo palestino. Ao encontro deste espírito, também nós, numa reunião da Direcção do PT com as delegações estrangeiras, introduzimos a questão da solidariedade para com o povo de Timor-Leste, sensibilizando as numerosas delegações presentes para a sanguinária opressão que a Indonésia faz cair sobre este povo, que luta com heroísmo pela autodeterminação e a independência.

Deve também salientar-se que, nos encontros que tivemos com Lula e outros dirigentes do PT, foi reafirmada por ambos os partidos a vontade de desenvolver as relações de amizade e cooperação.

O sentido da solidariedade que imperou no Congresso do PT tem naturalmente as suas prioridades, com lugar destacado para a América Latina. Assim, representantes de praticamente todos os países latino-americanos que tinham delegações no Congresso usaram da palavra no plenário, enquanto da Europa (estando presentes delegações de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Áustria, Alemanha, Suécia, pelo menos) esse destaque só foi conferido ao PDS (ex-comunistas) de Itália.

De qualquer forma, a necessidade de reforço do diálogo e da solidariedade entre a esquerda da América Latina e a esquerda europeia foi uma ideia com forte presença no Congresso e nas reuniões da Comissão Coordenadora dos países do fórum de S. Paulo, que se realizaram na mesma altura. Por deliberação desta, a 3ª reunião do Fórum de S. Paulo, que estará aberta a presenças europeias, terá lugar em Manágua, de 15 a 19 de Julho, data que coincide com a vitória da Revolução Sandinista, uma referência inspiradora para todos aqueles que se empenham, no reforço da resistência ao imperialismo e no desenvolvimento de projectos alternativos ao capitalismo, na perspectiva do socialismo.

Se outras coisas não nos tivesse trazido a integração na CEE, pelo menos teria provocado uma modificação no nosso vocabulário ou, mais precisamente, teria criado um novo calão. Por exemplo, entrou na linguagem «comunitária» o vocábulo subsidiariedade referido a um princípio ligado às negociações para a UEM e a UP. O princípio merece ser estudado, como o merecem alguns comportamentos que se podem assimilar a suas perversões.

Segundo o princípio da subsidiariedade, a passagem de competências para um nível mais elevado de integração só se deverá fazer se tal se justificar, isto é, os níveis de integração deverão ser sucessivamente subsidiários.

Exemplificando: o que não poder ser melhor concretizado ao nível de poder supranacional que ao nível de poder nacional deve manter-se nas competências deste. Por extensão, o que não poder ser melhor realizado ao nível de poder nacional que ao nível de poder regional (onde ele exista!) deve continuar, ou transferir-se, para as competências regionais, e, ainda, o que não obtiver maior satisfação no nível regional que teria no nível de poder local não deverá deixar de ser do âmbito das autarquias e, para que estas possam fazer face a essa essencial responsabilidade (por contraposição ao que passaria a ser subsidiário), terá de haver adequada estrutura de distribuição dos meios orçamentais.

É verdade que este princípio, que se afigura tão correcto e tão de acordo com uma concepção de democracia que se umbilica com a mais estimulada (e estimulante) participação das populações na resolução dos seus próprios problemas, pode transformar-se num logro. E assim será se, com o pretexto, ou o argumento, de que melhor se resolveriam alguns problemas a um nível mais baixo de integração espacial, não se promove a sua resolução a nível mais elevado e, por outro lado, não se criam condições para que eles sejam sequer encarados no tal nível considerado adequado.

A subsidiariedade por analogia

O mesmo princípio se poderá invocar para qualquer outro tipo de organização que não a do Estado com a consideração de quatro níveis de poder: local, regional, nacional, supranacional. Um partido ou um movimento político, por exemplo.

Um organismo, ou uma célula, deve ter uma capacidade de resolver problemas que torne subsidiários os organismos superiores relativamente a muitos temas e áreas. Assim, estes organismos mais acima na hierarquia ficariam disponibilizados para melhor procurarem dar resposta aos problemas que seriam da sua competência.

Esta observação tem a intenção de fazer a ponte entre o enunciado e exemplificação do princípio da subsidiariedade e o que seria uma sua perversão.

Quero eu aproveitar tal princípio para dizer que há por aí quem ande a ilustrar uma maneira de fazer política que, não sendo capaz de fazer vencer ideias e posições nos seus níveis e estruturas próprios, ou nem sequer aí as propõe e defende, as procura impor em outros lugares ou, sobretudo, a partir de outros lugares.

Não faltarão os exemplos de quem, não conseguindo ou, até, nem sequer tentando conseguir acolhimento, na sua célula, organismo ou partido, para o que considera — muito legitimamente correcto, procure que essas suas ideias ou posições prevaleçam a partir de uma imposição de cima para baixo ou de fora para dentro. Dir-se-ia que é o princípio de subsidiariedade em pino...

As procuras fora do sítio

Assim, e para não me manter no relativamente abstracto, diria que, estando o que, genericamente, se pode chamar esquerda numa fase de indispensável «revisão de matéria» (embora a avaliação devesse ser contínua, e pagam-se caras as preguiças...), é mais do que legítimo, é natural que abundem as ideias e posições diferentes.

O confronto dessas ideias e posições é desejável, o

que não quer dizer que seja fácil, ou até que os partidos estejam preparados, concretamente que o nosso esteja preparado para essa actividade cada vez mais indispensável. Entre parênteses, diga-se que essa ausência de preparação, ou deficiente preparação, é responsabilidade de todos nós, e não exclusiva de uns a quem se quer atribuir o monopólio da responsabilidade pelo que não se fez e pelo que se teria feito mal.

É significativo que alguns militantes se tenham arrogado o papel de pioneiros da reflexão e em juízes de camaradas, e que, embalados nessa escalada de arrogância, tenham começado a procurar discutir acima, como a sua autoqualificação lhes solicitava, e a discutir fora, assumindo-se como representantes de si e de quem consigo emparceire e tornando-se, de facto e por iniciativa própria, em corpos estranhos ao colectivo que integram ou integravam.

O que ainda me parece mais interessante é que tal procedimento se vai justificando por via de ligações que se vão estabelecendo e privilegiando com quem, estando contra o partido, estimula tais buscas de intervenção e de imposição, de fora para dentro, do que, no interior, não se teve força para se fazer valer, ou nem sequer teria sido tentado fazer valer como ideias ou opiniões. Os camaradas passam a inferiores, a menores quando não a mentecaptos, os adversários (políticos, note-se) vão-se tornando de interlocutores exclusivos em parceiros e cúmplices.

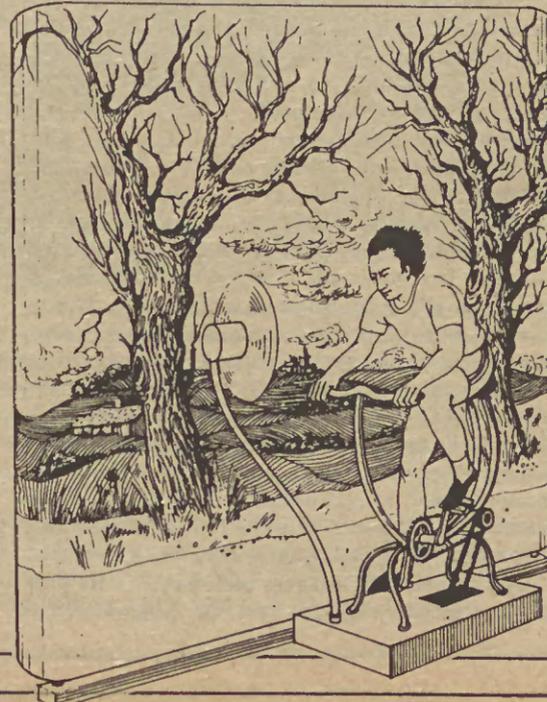
A incapacidade, ou até a ausência de esforços, para defender as ideias e as posições no interior do partido, acaba por levar à procura de criar outras estruturas, e a níveis mais integrados, quer nacional, quer, a partir de certo momento, internacionalmente. E aí está o princípio da subsidiariedade, e não só, a ser pervertido.

Os caminhos de unidade e de resposta à internacionalização

Como é evidente, estes percursos nada têm a ver com os caminhos da unidade, em que o que uma seja valorizado entre diferentes, e com os caminhos que se terão de trilhar para dar resposta à objectiva internacionalização de toda a actividade social. Mas esses caminhos têm de ser percorridos sem prejuízo do essencial, do que nos define e identifica. Se não, não haveria unidade mas absorção, não haveria resposta nossa ao que é processo objectivo, transformação da realidade, mas esmagamento pela realidade. E estas são questões que me parecem fazer parte do essencial.

Por outro lado, a denúncia das perversões à subsidiariedade e, por isso, ao essencial, não pode provocar quaisquer confusões com as que resultariam de se entender que a resposta a dar-lhes teria a expressão de se fechar o partido, quer na sua concha organizativa, quer na sua concha ideológica.

A vida é cada vez mais interpenetrada, cada vez mais aberta. Só pode sobreviver o que sabe reforçar as suas ligações com o exterior. Mas também só continuará verdadeiramente vivo o que não perder a sua identidade e se souber renovar, por mais difícil que a renovação pareça, ou por mais que as caricaturas mostrem, de nós, a imagem de um corpo fechado.



Uma deliberação (in)esperada

Os factos são conhecidos, mas recordamo-los aqui sumariamente. Em 5 de Junho deste ano, o Presidente da República, usando da faculdade que a Constituição lhe confere, enviou à Assembleia da República uma **Mensagem sobre Comunicação Social** em que se debruçava, com profundidade, sobre diversos aspectos relacionados com a falta de pluralismo e de isenção nos órgãos de informação do sector público, em particular na RTP.

E logo no **Telejornal** desse mesmo dia, a RTP, pela voz do Director de Informação do Canal I, **José Eduardo Moniz**, entendeu dever ocupar parte substancial desse serviço noticioso para responder à Mensagem do PR em termos geralmente condenados por comentaristas e analistas e abusando de um alegado «direito de resposta» considerado ilegítimo e incorrecto quanto à forma e quanto ao seu carácter «unilateral» num órgão público de informação que deve ser eminentemente plural.

O «Avante!» (13.06.91) noticiou e documentou amplamente a ocorrência e a Comissão Política do CC do PCP tornou pública (6.06.91) uma nota em que, classificando a mensagem presidencial como «*uma importante contribuição para dar expressão e relevância institucional a questões e problemas que são decisivos para o presente e o futuro do regime democrático*», salientava que «*os termos intoleravelmente arrogantes, grosseiros e insolentes com que os Directores do 1.º e 2.º canais da RTP, invocando a confiança que acabava de lhes ser renovada pelo Conselho de Administração da RTP, responderam à mensagem do Presidente da República, testemunham uma orientação e uma mentalidade absolutamente incompatíveis com as funções que desempenham, pelo que a sua demissão, bem como a do Conselho de Administração que os protege, seria uma medida adequada como primeiro passo para pôr termo a uma situação de afrontamento aberto com as instituições democráticas.*»

Posteriormente, um grupo de deputados da Assembleia da República representativos de diferentes Grupos Parlamentares (PS, PCP, PRD e CDS) ou na qualidade de deputados independentes, apresentaram uma queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social solicitando a verificação de conformidade da mensagem

do Director do Canal 1 da RTP com os requisitos do «direito de resposta» e que, «*no caso de não se verificar essa conformidade, se conclua pelo uso abusivo do direito de resposta*», sendo tomado o facto como «*ofensa de direitos, liberdades e garantias consagrados na lei delimitadora do regime de actividade da televisão*».

Foi esta a queixa que a AACS apreciou e sobre a qual aprovou, por maioria, na passada quarta-feira, uma Deliberação. Segundo a agência Lusa, a AACS refere na Deliberação ser «*competente apenas no que respeita a recursos interpostos "em caso de recusa de exercício do direito de resposta"*», mas não ser «*competente para apreciar abusos de direitos ou ofensas a direitos legalmente consagrados*». Mesmo assim, a Alta Autoridade adianta que «*a matéria não cai, do (seu) prisma, no âmbito do Código Penal, já que não houve qualquer injúria ou ofensa da honra e consideração devidas ao Presidente da República*». Ainda segundo a Lusa, a AACS classifica de comentário «*concretizado em termos de oportunidade, razoabilidade e dignidade*» a intervenção de José Eduardo Moniz e considera, igualmente, que «*o serviço público de Televisão não está limitado no que respeita ao relato ou comentário de factos ou de notícias*».

A Presidência da República reagiu, de imediato, a esta Deliberação e, através do porta-voz da sua Casa Civil, divulgou um comentário (ver caixa) em que considera que «*é lamentável e é grave para as instituições democráticas que a AACS seja um órgão partidariado e sem qualquer credibilidade mas a verdade é que, enquanto for esta a sua composição, a sua estrutura e a forma de nomeação dos seus membros não há nada a fazer e as suas deliberações não-de ser sempre previsíveis*».

O comentário da Presidência da República à Deliberação da AACS, pela sua oportunidade, vem de novo levantar questões importantes quanto à constituição daquele órgão institucional que, desde a primeira hora, justamente preocuparam personalidades de todos os quadrantes, constitucionalistas, as organizações representativas dos trabalhadores do sector, o ex-Conselho de Comunicação Social, partidos da oposição — com destaque para o PCP — e a opinião pública em geral.

É, entretanto, de recordar que a consagração da

AACS na Constituição (e, sobretudo, a sua composição em que, para além dos membros inerentes à representatividade proporcional das várias forças políticas saída de actos eleitorais, vêm juntar-se outros membros designados pelo Governo ou cooptados pelo próprio órgão — com o peso perverso que maiorias conjunturais podem conferir a essas designações e cooptações) resultou de um acordo de incidência constitucional firmado pelo PSD e pelo PS antes da revisão da Constituição (1989). Acordo que, quanto a esta matéria, permitiu que a Alta Autoridade tenha nascido desde logo profundamente diminuída nos seus poderes, descaradamente governamentalizada e deixando livre o caminho para que, na elaboração da Lei que a regulamentou, se afirmasse a arrogância e o arbítrio da maioria absoluta do PSD.

Alta Autoridade para a Comunicação Social — uma entre outras importantes questões desfiguradoras do regime democrático português, ainda e sempre em aberto.

Belém comenta

«A Deliberação agora tomada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social não causou qualquer surpresa na Presidência da República. Já há muito que se sabe — que a opinião pública sabe — que esta Alta Autoridade é um órgão partidariado, totalmente incapaz de tomar uma decisão com um mínimo de isenção e independência.

A maioria que votou favoravelmente esta Deliberação é a mesma que bloqueou, na Assembleia da República, qualquer discussão sobre a Mensagem do Presidente da República, é a mesma que ignorou, por completo, o Despacho do Provedor de Justiça criticando a actuação da RTP face à Mensagem presidencial, do passado mês de Julho.» (...)

(Alfredo Barroso, porta-voz da Casa Civil do Presidente da República — TSF, 6.12.91)

José Garibaldi: «O conteúdo e o tom do "comentário" produzido pela RTP deveriam ter sido criticados pela Alta Autoridade.»

A Deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social foi aprovada por 8 votos a favor e 4 votos contra. Os elementos da AACS que votaram contra foram o Presidente da Alta Autoridade, Juiz Conselheiro **Figueiredo Marçal**, **Lídia Jorge**, membro cooptado, **António Reis**, membro eleito pela AR por indicação do PS, e **José Garibaldi**, membro eleito pela AR por indicação do PCP. O «Avante!» foi ouvir a opinião deste último.

O camarada **José Garibaldi** começou por nos afirmar que, sendo o pluralismo a essência da informação e da programação televisiva, «limitar qualquer "comentário" do serviço público à opinião dos seus responsáveis constitui, no plano dos princípios, uma violação do pluralismo» e que «no plano profissional, a transmissão de um "comentário" sem o mínimo tratamento jornalístico, tal como ocorreu a propósito da reacção dos responsáveis da RTP à Mensagem presidencial, constitui um exemplo infeliz de serviço público oficioso e concede a esse comentário um registo de "contra-Mensagem" que é desadequado, tanto à natureza da Mensagem, como quanto à natureza do que deve ser a informação plural e não-oficiosa da RTP». E **José Garibaldi** salientou que, «atendendo ao conteúdo desse "comentário", torna-se verdadeiramente descabido identificá-lo com uma manifestação da independência do serviço público face ao Estado e aos órgãos do poder». E acrescentou: «Pelo contrário, constituindo a Mensagem, entre outros aspectos, uma crítica expressa à governamentalização do serviço público e um incentivo a que se discutam os seus modelos de gestão, o "comentário" que a RTP produziu não ultrapassou os limites da reafirmação da bondade dos propósitos que animam os seus responsáveis e da alegada aceitação pelo público do produto final do seu trabalho, não diferindo, em substância, do discurso que, sobre o mesmo assunto, o Governo poderia ter produzido se fosse sua intenção reagir publicamente à Mensagem presidencial.» Referindo-se ao «tom» do texto lido por José Eduardo Moniz

no **Telejornal** de 5.04.91, **José Garibaldi** sublinhou, ainda, que ele foi pródigo em incorrecções que, segundo ele, não deveriam ter passado à Alta Autoridade. Na realidade, ele «escamoteou o essencial das críticas do Presidente da República confundindo-as com as críticas de todos os partidos políticos, como se todos os partidos subscrevessem as mesmas acusações, nomeadamente a de "governamentalização" da RTP; confundiu o Presidente da República com o cidadão e ex-primeiro-ministro Mário Soares e o exercício das suas competências constitucionais com a sua prática de dirigente partidário; confrontou a legitimidade democrática do Presidente da República e o legítimo exercício das suas funções com uma sondagem encomendada, pondo ao mesmo nível a intervenção institucional e o inquérito de opinião, a legitimidade de uma com a probabilidade

do outro, na completa subversão dos valores em que deve assentar o Estado de direito». **José Garibaldi** considerou, ainda, que «a Mensagem do PR à Assembleia da República, além do seu carácter excepcional, constitui uma forma superior do diálogo entre órgãos de soberania e deveria ter sido objecto de um debate crítico na RTP, uma das instituições nela visadas, no respeito pela natureza da Mensagem e pela natureza plural do serviço público, o que claramente não ocorreu neste caso». Referindo-se, por último, às conclusões da Deliberação da AACS, **José Garibaldi**, pelas razões expostas, considerou que «o conteúdo do "comentário" produzido pela RTP foi também desadequado e falho de razoabilidade, pelo que a Alta Autoridade deveria ter criticado o tom e o modo como aquele órgão de comunicação social comentou a Mensagem presidencial».

O que é a AACS

Artigo 39.º

(Alta Autoridade para a Comunicação Social)

1. O direito à informação, a liberdade de imprensa e a independência dos meios de comunicação social perante o poder político e o poder económico, bem como a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião e o exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política são assegurados por uma Alta Autoridade para a Comunicação Social.

2. A Alta Autoridade para a Comunicação Social é um órgão independente, constituído por treze membros, nos termos da lei, com inclusão obrigatória:

- De um magistrado designado pelo Conselho Superior de Magistratura, que preside;
- De cinco membros eleitos pela Assembleia da República segundo o sistema proporcional e o método da média mais alta de Hondt;
- De três membros designados pelo Governo;
- De quatro elementos representativos, desig-

nadamente, da opinião pública, da comunicação social e da cultura.

3. A Alta Autoridade para a Comunicação Social emite parecer prévio à decisão de licenciamento pelo Governo de Canais privados de televisão, a qual, quando favorável à outorga de licença, só pode recair sobre candidatura que tenha sido objecto de parecer favorável.

4. A Alta Autoridade para a Comunicação Social emite, ainda, no prazo definido pela lei, parecer prévio, público e fundamentado sobre a nomeação e a exoneração dos directores dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado, a outras entidades públicas ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico.

5. A lei regula o funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

(Lei de Revisão — Lei Constitucional n.º 1/89 — aprovada em 1 de Junho de 1989. Publicada no Diário da República de 8 de Julho de 1989).

O povo do Iraque sofre os efeitos da guerra

Uma comissão internacional visitou o Iraque de 23 de Agosto a 5 de Setembro. Constituída por 87 investigadores ligados a diferentes disciplinas (como agricultura, engenharia eléctrica, ciências do ambiente, medicina, psicologia infantil e saúde pública), apresentou a 23 de Outubro o seu relatório no Royal College of Physicians, em Londres.

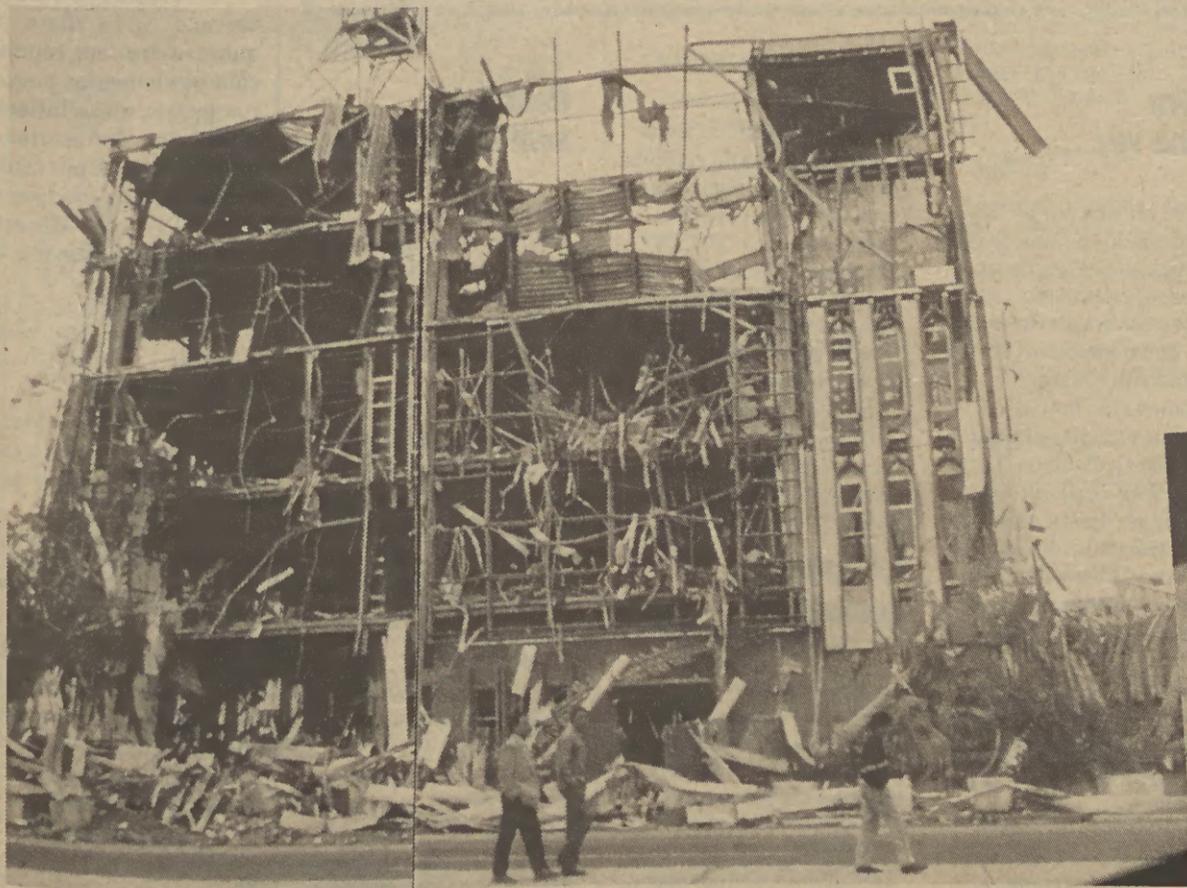
O grupo internacional que procedeu à investigação era composto por graduados da Escola de Direito e Saúde Pública da Universidade de Harvard, da Escola de Economia de Londres, da Universidade de Oxford e de Nijmegen (Holanda). O seu trabalho foi subsidiado pela Fundação MacArthur, pela Fundação John Merck, pela Unicef e pela Oxfam (Reino Unido), entre outras organizações.

Os membros da comissão visitaram, sem interferência ou supervisão do governo iraquiano, trinta das maiores cidades e áreas rurais em todo o país.

A destruição e a ruptura económica e social causadas pela guerra têm tido um impacto directo na saúde das crianças. O Iraque necessita, não só de alimentos e medicamentos, como também de peças para reparar infra-estruturas básicas para a produção de electricidade, a purificação da água e o tratamento de esgotos. A menos que o país obtenha rapidamente alimentos, medicamentos e peças sobressalentes - referem as conclusões da comissão internacional -, milhões de pessoas continuarão a sofrer de desnutrição e doença. Centenas de milhar de crianças continuarão em perigo e milhares morrerão.

900 mil crianças desnutridas

O relatório da comissão aponta para um grande aumento da mortalidade infantil. Calcula-se que, actual-



mente, morram até aos cinco anos 104,4 crianças em cada mil (27,8 antes da guerra); antes de completarem um ano morrem desde a guerra 80 em cada mil crianças (22,7 de Janeiro a Agosto de 1990).

Para os especialistas que visitaram o Iraque, os factores essencialmente responsáveis pelo aumento da mortalidade são a falta de alimentação e de medicamentos essenciais. A falta de água potável e as más condições sanitárias aumentaram as doenças transmitidas por água contaminada (tais como a cólera, a febre tifóide, a disenteria e as gastroenterites).

Segundo se refere no documento apresentado em Londres, 29 por cento das crianças examinadas estavam subnu-

tridas. Uma vez que, segundo a OMS, há no Iraque 3,3 milhões de crianças com idades até cinco anos, aplicando aquela percentagem pode avaliar-se que existam no país mais de 900 mil crianças desnutridas; destas, 118 mil estão gravemente desnutridas e em maior risco de morte, por falta de resistência às doenças. A desnutrição grave atinge com maior incidência as crianças entre 1 e 2 anos, que estão em situação de risco extremo.

O estudo feito pelos psicólogos infantis revelou níveis de ansiedade, stress e comportamento patológico sem precedentes nos quinze anos de experiência, neste campo, com crianças. Refere-se, por exemplo, que quase dois terços das crianças entrevistadas pensam que não sobreviverão e não chegarão a adultos; cerca de 80 por cento temem a perda da família, por morte ou por separação; 80 por cento assistiram de perto a bombardeamentos.

Os investigadores concluíram que uma grande proporção das crianças afectadas necessita de uma substancial resposta nacional e internacional que forneça os necessários meios técnicos, profissionais e educativos.

Hospitais e Saúde

Cinco profissionais de Saúde visitaram 29 hospitais e 17 centros de saúde comunitária, concentrando a sua atenção nos doentes com menos de cinco anos de idade.

O problema mais significativo dos hospitais é a desnutrição - e este é o diagnóstico em 61 a 71 por cento dos doentes admitidos. Entre 30 e 50 por cento dos recém-nascidos que sobrevivem têm peso inferior ao normal.

As conclusões apresentadas pela comissão internacional referem que, além das doenças transmitidas por água inquinada, a hepatite aumentou cem vezes e a meningite está largamente disseminada no sul do país. O sarampo e a poliomielite, que tinham desaparecido com as campanhas de vacinação, estão a ressurgir. Faltam medicamentos básicos, vacinas, antibióticos, anestésicos e seringas. Não há soros para re-hidratar os doentes, nem cloranfenicol para a febre tifóide. Também não existem medicamentos para as doenças crónicas. Aumentou muito a frequência de enfartes de miocárdio. As crianças diabéticas estão a morrer por falta de insulina.

Os laboratórios, as unidades de raios X, as unidades para recém-nascidos e as salas de operações não funcionam ou estão muito limitados. As condições de higiene eram más em quase todos os hospitais visitados, devido à falta de água e detergentes. As análises feitas à água de muitos hospitais mostram a existência de contaminação fecal, pois os esgotos não funcionam e as estações de tratamento foram destruídas.

Um terço da electricidade

Durante a guerra foi quase totalmente destruída a capacidade de produção de electricidade do Iraque. Desde o

cessar-fogo, foi restaurada uma capacidade de produção de 35 MW (37% do total). O estudo da comissão internacional calcula que 75 por cento das linhas de transmissão eléctrica estão já operacionais.

Todas as reparações têm sido feitas usando peças aproveitadas ou métodos improvisados, o que aumenta os riscos para a segurança. As peças sobressalentes estão esgotadas e o Iraque não tem capacidade para fabricar as peças de que necessita e que antes eram importadas da Europa, do Japão e dos EUA.

A falta de energia eléctrica tem profundo impacto negativo no sistema de purificação e tratamento da água e na generalidade das infra-estruturas sanitárias. Apenas uma das 18 estações de tratamento de água inspeccionadas trabalhava a cem por cento. O principal factor que impede o tratamento e a purificação das águas é a falta de peças sobressalentes e de cloreto, refere o documento da comissão.

A falta de electricidade impede o tratamento dos esgotos em Bagdad e no Sul do Iraque. Os resíduos são lançados nos rios sem tratamento, o que poderá levar o tratamento das águas e sua distribuição a uma situação de colapso: dentro de meses estes serviços estarão a trabalhar apenas a 5 ou 10 por cento da sua capacidade. A maior parte dos 18 milhões de habitantes do Iraque estará directamente exposta a doenças transmitidas pela água.

Metade, aproximadamente, das áreas estudadas mostrou evidência positiva de grande contaminação fecal. Só em Bagdad mais de metade das análises foram negativas.

Contribuem ainda para as más condições sanitárias os lixos acumulados nas ruas, os esgotos não tratados que correm nas ruas e junto das casas, os esgotos não tratados lançados nos rios e as crianças que se banham nestes rios, as grandes deficiências na rede de distribuição de água ao domicílio, o recurso da população às águas dos rios poluídos ou de buracos onde fica retida a água contaminada.

Comprar 7 por cento dos alimentos

Os economistas que integraram a equipa internacional estudaram o impacto da guerra na economia da população, verificando que as receitas reais dos iraquianos caíram a menos de 7 por cento do nível anterior à crise, em termos de poder de compra de alimentos. O colapso dos rendimentos privados foi agravado pela deterioração de muitos serviços públicos.

As consequências têm sido parcialmente compensadas por uma expansão da distribuição pública de alimentos, a qual, embora equitativa e eficiente - referem as conclusões - só cobre metade das necessidades nutritivas da população.

A paralisia da actividade económica e dos serviços públicos básicos, inadequadamente compensada pelo racionamento de alimentos, tem sido uma das maiores causas de fome e de aumento da mortalidade.



Três dos especialistas estudaram a situação das mulheres, e realizaram oitenta entrevistas. O colapso da economia reduziu muitas famílias à pobreza e o peso das responsabilidades domésticas da mulher aumentou significativamente, tendo que travar uma luta diária para conseguirem alimento e água para as crianças. Muitas foram forçadas a vender as jóias e objectos de casa para arranjar dinheiro.

Foram referidos problemas de saúde por 57 por cento das entrevistadas. Os efeitos da crise são piores nos grupos mais vulneráveis, como as viúvas e as famílias que não possuem nada que possam vender para comprar alimentos.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Claro!

Ouvi, pela minha saúde!,
ouvi os responsáveis da Saúde
dizer que os hospitais precisam
de boas condições pra dar saúde.
Os hospitais, assim, não hospitalizam...

Ministros não são carentes
não contam os seus cobres
em serviço.
Se fossem doentes
e pobres
há muito tinham descoberto isso...

Epigrama

O país tem de ter juízo
poupar mais, menos gastar.
Aí está o que é preciso.
Por isso os salários devem baixar.

A economia manda aviso.
Emprego tem de aumentar.
Aí está o que é preciso.
Por isso os salários devem baixar.

A inflação é prejuízo.
Há que mandá-la ao ar.
Aí está o que é preciso.
Por isso os salários devem baixar.

— Dói-me a queixada direita
doutor, o que faço a isto?
(diz Cavaco). O que receita?
— Baixe os salários, está visto...

Social ou sucional?

O Durão
Ministro da Indução
não durou muito
a mostrar o intuito
da governação
(não fosse o Durão
ministro da Indução...)

O Durão
logo que entrou em acção
disse por palavras finas
que ia aumentar as propinas
numa grande proporção.

Diz o Durão
que as coisas assim serão
para haver (tal e qual!)
mais justiça social.
Mas que grande brincalhão!

Ou não fosse este Durão
Ministro da Indução...

Soneto
aos que se enchem

Já de tão pouco estamos indo acesos
que entre as coisas passamos sem olhar.
Quem sabe que se vai realizar
entre nós o Congresso dos Obesos?

Por acaso li tal, recentemente
nas folhas de um jornal. Li de raspão.
Mas depois, como se acordasse então,
dei por mim a pensar maduramente.

Vejo as fraudes, subornos, comissões,
as massas das nacionalizações
sacos azuis a funcionar a rodos...

Sendo tantos os tantos que eles são,
como vão arranjar um pavilhão
onde, mesmo apertados, caibam todos?...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!

«Era
uma vez...»

Deve ter sido por ter sido
«apanhado» à saída de uma
revista — que, como se
sabe, é sempre um
espectáculo bem disposto
—, que o secretário de
Estado do Emprego
produziu tão optimistas
afirmações, que a Lusa
recolheu e divulgou. Disse
ele, Pinto Cardoso, à saída
do «Luísa Todi», em
Setúbal, onde foi ver a
revista «Era uma vez...»,
que «os portugueses podem
olhar de forma risonha o
futuro. Todos os
indicadores apontam para
que a estabilidade continue,
com os consequentes
benefícios para o país»,
afirmou.
Continuando no tom de
quem conta uma história da
carochinha (era uma
vez...), disse ainda que, no
próximo ano, o País «vai
atravessar uma fase de
grande estabilidade no que
respeita à área do emprego
e das condições de
trabalho»...
É claro que o secretário tem
uma receita escondida. Que
é a da... adaptação.
Vejam os:
Para Pinto Cardoso, os
trabalhadores «têm sempre
possibilidade de adaptação
a tipos de trabalho

diferentes». Este
governante afirmou ainda
que «o conceito de garantia
do mesmo emprego durante
uma vida é um conceito
imobilista».
Portanto, já se sabe: quem
perder o emprego não se
assuste. Sempre pode ir
vender pensos nas paragens
de autocarro. O secretário
garante a formação
profissional. Para nosso
bem, também ele não vai
ficar no Governo toda a
vida.

A cabeça
pelo ECU

A rainha Beatriz da
Holanda afirmou — tal é a
sua paixão pela CEE — que
se dispõe a trocar a sua
própria cabeça pelo...
ECU!
Não se trata de um
trocadilho, como se poderia
imaginar. Com efeito, a
soberana dos Países Baixos,
anunciou estar preparada
«para dar uma contribuição
para a criação do ECU»
sacrificando a moeda
holandesa, onde figura a
sua própria cabeça.
Esta afirmação não deixou
certamente de comover os
chefes de Estado e de
governo, que a rainha
Beatriz recebeu em
Maastricht, no princípio da
semana.

Recepção
sem perigo

Não ficam por aqui os
«esforços» holandeses para
receberem condignamente
os participantes na cimeira
europeia. Assim, a Lusa
distribuiu um telex onde se
podia ler:
«Fiel à tradição holandesa
da tolerância, a cidade de
Maastricht oferece o
conforto das suas casas de
passe às delegações e aos
milhares de jornalistas
reunidos na cidade para a
cimeira europeia.
«Com o título «Sexo sem
perigo no bordel», uma
publicação gratuita
«destinada à população
internacional de
Maastricht» foi distribuída
hoje no centro de imprensa
da cimeira.
«Num artigo de uma
página, a revista vende o
conforto de uma das seis
«maisons closes» da cidade,
«dirigida por uma família»,
com a porta branca fechada
à chave.
«Para entrar e conhecer
uma das seis prostitutas,
com idades entre os 19 e os
23 anos, é preciso tocar a
campanha e pagar bem. As
autoridades fingem que não
vêm.»
E nós dizemos que será
talvez esta a «qualidade de
vida» que a CEE propõe.

frases
da
Semana

«Foi um excelente sentimento ter o meu filho como primeiro mártir da Intifada. (...) Há uma ligação directa entre a morte do meu filho e o que aconteceu em Washington. O elo é a determinação do povo palestino.»

☛ (Abu Sidi, palestino, «por entre lágrimas», na Faixa de Gaza, quarto ano da Intifada — «Público», 9.12.91)

«A ameaça de extinção do Teatro São Carlos, bem como a extinção recente das duas únicas orquestras sinfónicas do país, Lisboa e Porto, a concretizarem-se, são a mais grave delapidação do património musical alguma vez cometida em Portugal.»

☛ (da «Carta Aberta aos responsáveis da Cultura», assinada por cerca de 200 personalidades — «Público», 8.12.91)

«Naturalmente que é sabido, sobretudo no período de férias, que me encontro com muita gente do Norte. Almoçamos, jantamos, jogamos também à sueca, e conversamos sobre muitos aspectos, incluindo a política...»

☛ (Eurico de Melo — «Diário de Notícias», 10.12.91)

«O Primeiro-Ministro Cavaco Silva disse na quarta-feira, em reunião com os chamados parceiros sociais, que a inflação no próximo ano se situará entre os 7 e os 8 por cento. Partimos do princípio de que o Primeiro-Ministro sabia do que estava a falar.»

☛ (José António Saraiva — Editorial — «Expresso», 7.12.91)

«É preciso que Maastricht seja um sucesso, mas não a qualquer preço.»

☛ (Roland Dumas, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, citado pelo «Público», 7.12.91)

«Fizemos concessões substanciais... Ainda não vi, da parte da França, um movimento equivalente, embora ainda não seja demasiado tarde.»

☛ (Douglas Hurd, MN Estrangeiros da Inglaterra — idem)

«Não permitiremos que alguém nos impeça de avançar com determinação no caminho de uma Europa unida.»

☛ (Hans-Dietrich Gensher, MN Estrangeiros da Alemanha — idem)

«Não sei se o Dr. Álvaro Cunhal teria paciência para me ouvir...»

☛ (Marco Paulo — «O Dia-bo», 10.12.91)

BANCAS de NATAL

C. T. do PCP/BOAVISTA

Este ano com uma grande variedade de artigos

MERCEARIA: BACALHAU * PRESUNTO *
SALPICÃO * QUEIJO DA SERRA *
ENCHIDOS VÁRIOS DA SERRA DA ESTRE-
LA * AZEITE * MEL * BEBIDAS VÁRIAS * FILI-
GRANAS * PELES * ARTESANATO DIVERSO
* LIVROS * MATERIAL ESCOLAR * DISCOS *
VÍDEOCASSETES E ACESSÓRIOS DE VÍDEO E
ÁUDIO * MOSTRA E VENDA DE ARTES
PLÁSTICAS * MANTAS * MALAS E CARTEI-
RAS * TEXTIS LAR * MALHAS * LOUÇAS *
ELECTRODOMÉSTICOS * UTILIDADES *
BRINQUEDOS * muito mais novidades
encontrarás no Mercado de Natal do C.T.
do PCP da Boavista.



no C.T. do P.C.P.
GOUVEIA

Pães
Brinquedos
Artesanato
Chineses



Boas Festas!
NO CENTRO DE TRABALHO
DA AMADORA
AV. DA REPÚBLICA, 20 - 1.ª ANDAR

Prospero
1992!

HORÁRIO:
DE 2.ª FEIRA A SÁBADO:
DAS 12 ÀS 18 HORAS
DOMINGO:
DAS 10 ÀS 14 HORAS

ROUPAS *
BRINQUEDOS *
CRISTAIS *
LOUÇAS *
LIVROS * DISCOS *
CASSETAS *
CHOCOLATES *
VINHOS, ETC.



LOJA
de
NATAL
NO CT-VITÓRIA
DE 18 NOV. A 27 DEZ.

ARTESANATO
NACIONAL
E
INTERNACIONAL
BEBIDAS
FRUTOS SECOS
BRINQUEDOS
MATERIAL ESCOLAR
ETC...

...e...
no QUIOSQUE DO ROSSIO
de 2.ª a sábado
das 12 às 18 horas

e mais BANCAS
no CT de ALGÉS
em CASCAIS,
ALCABIDEGHE
e em SEIA!

Agenda

COMÍCIO

ÁLVARO CUNHAL
CINEMA IMPÉRIO

13 DEZEMBRO
6.ª FEIRA
ÀS 21.30 H.
METRO (ALAMEDA)

Quinta, 12

* AVEIRO

No CT de Ovar realiza-se a partir das 21.30 uma reunião de eleitos municipais do PCP, aberta a outros autarcas da CDU do Distrito de Aveiro, sobre «Planos Directores Municipais».

* SANTARÉM

Reunião da Direcção Regional para análise da situação política e discussão de questões da vida interna do Partido: às 21.00, no Centro de Trabalho de Alpiarça.

* SEIXAL

Plenário da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal, com a participação do camarada Luís Sá. Às 18.30, no Centro de Trabalho.

Sexta, 13

* LISBOA

Comício promovido pela DORL no Cinema Império, a partir das 21.30, com a participação do camarada Alvaro Cunhal.

* BENAVENTE

Plenário de militantes, aberto à participação de simpatizantes do Partido, com o camarada Henrique de Sousa. No CT, às 21.30.

* PORTO

Sessão pública sobre a Área Metropolitana do Porto promovida pelo Sector de Autarquias da DORP do PCP com a participação de Luís Sá e de outros eleitos da CDU e especialistas: às 21.30, no salão da Junta de Freguesia de Cedofeita.

Plenário de militantes dos TLP, às 21.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

Plenário de militantes de Oliveira do Douro - às 21.30, no CT local.

Sábado, 14

* ÉVORA

O camarada Carlos Carvalhas participa na Reunião de Quadros que hoje tem lugar no Palácio D. Manuel para discussão da situação política e das tarefas do Partido no momento actual.

* ABRANTES

Plenário de militantes, com a participação do camarada Agostinho Lopes - às 15.30 no Centro de Trabalho.

* TORRES NOVAS

Plenário de militantes para discussão da situação política e actividade do Partido, com a participação do camarada António Orcinha. Às 15.00 no Centro de Trabalho.

* COUÇO

Plenário de militantes, a partir das 15.00 no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Blanqui Teixeira.

* VALONGO

Plenário de militantes, no Centro de Trabalho - às 21.30.

* S. PEDRO DA COVA

Plenário de militantes - às 15.00 no CT.

* GAIA

Jantar-convívio, seguido de leilão, integrado na campanha de fundos do Natal. A partir das 20.00 no Centro de Trabalho.

* BRAGA

Plenário da organização dos professores comunistas.

* GUARDA

Plenários com a participação do camarada José Sociro, para discussão da situação política e das tarefas do Partido no momento actual: das organizações de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres - às 15.00, no Centro de Trabalho de Seia; das organizações de Guarda, Pinhel, Sabugal e Figueira de Castelo Rodrigo - às 21.00, no Centro de Trabalho da Guarda.

* SINTRA

«Sintra-Cascais: paisagem ...protegida?»: encontro promovido pelas Comissões Concelhias de Sintra e de Cascais do PCP, com a participação de especialistas e eleitos nas autarquias e ainda de Luís Sá. No Hotel de Vale de Lobos, a partir das 14.30.

* MIRANDELA

Reunião concelhia de eleitos e activistas da CDU - no salão de convívio do Arq. Albino Mendo (R. da República, 7, cave), às 15.00.

Domingo, 15

* LISBOA

IV Encontro Distrital de Lisboa da JCP com a participação de Alvaro Cunhal (destaque nesta página)

* SANTARÉM

Encontro Distrital de Quadros da JCP: na sede da DORSA, a partir das 15.00.

* ALBUFEIRA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, seguindo-se debate sobre a situação política e social e a actividade partidária. A partir das 13, com a participação do camarada Carlos Luís Figueira.

* PORTO

Plenário da Célula dos STCP - às 9.00 no CT da Boavista.



IV Encontro Distrital

Com a JCP
no Fogo da Vida
a Irreverência
da Juventude

15 de Dezembro de 1991
Escola António Arroio
Lisboa

10.00 h — Manhã desportiva e Vídeo gigante
12.30 h — Almoço
14.30 h — Plenário de Abertura
15.00 h — Debate: Secções
— Juventude Trabalhadora
— Trabalhadores-Estudantes
— Associativismo e Autarquias
— Afirmção da JCP
17.00 h — Plenário de Encerramento
Conclusões
Intervenção final da JCP
Intervenção do Secretário-Geral
do PCP Álvaro Cunhal
19.00 h — Encerramento

Organização Distrital de Lisboa
Juventude Comunista Portuguesa

tempo de antena do PCP

PCP

Amanhã
6.ª feira

RTP 1

a seguir ao telejornal

Televisão

Quinta, 12

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 Castelos de Gelo (ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.00 Traffik
22.55 Os Olhos da Lua
00.10 24 Horas
00.45 Remate
00.55 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 Especial Desporto - Voleibol
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Recordando Otis Redding
22.35 A Ilustre Casa de Balck Adder
23.05 A Revista Maravilhosa de 1935 (ver «Filmes na TV»)
00.40 Especial Desporto

Sexta, 13

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Dr., Agora É Que São Elas (ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal

tempo
de antena
do PCP

PCP

20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Vagabundo da Alta Roda (ver «Filmes na TV»)

23.30 Cheers, Aquele Bar
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.05 Mais Forte que o Amor (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 Histórias da Nossa Terra
13.00 Filhos e Filhas
13.25 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Voleibol
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 B.I.
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.30 Pantanal
24.00 Rotações
01.00 Visões

Sábado, 14

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 A Guerra dos Mundos
14.45 Paul Simon em Central Park (1ª parte)



15.45 T & T
16.10 A Casa das Colinas (ver «Filmes na TV»)
17.50 Eem Terras da Índia
18.45 Paradise
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.05 Casa Cheia
23.55 Que Fiz Eu para Merecer Isto? (ver «Filmes na TV»)
01.55 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.20 Asterix e a Surpresa de Cesar (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.00 Pantanal
01.00 As Teias da Lei



Domingo, 15

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias

13.15 Os Jovens Cowboys



14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.40 Natal do Ernesto (ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.35 O Sangue dos Outros
00.25 Conversa Afiada
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «Antero de Quental»
22.55 Marnie (ver «Filmes na TV»)
01.00 Tauromaquia

Segunda, 16

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Estes Gloriosos Dias (ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 As Noivas de Cristo
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.00 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Aventuras
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Teatro (As Conquistas de Norman-III)

Terça, 17

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Loucura do Ritmo (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.15 A Lei de Murphy
22.55 Primeira Página
23.55 Carol & Companhia
00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Júri
18.00 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.10 Basquetebol
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 Sombras no Paraíso (ver «Filmes na TV»)
00.20 Pop-Off

Quarta, 18

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Fruto Proibido (ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Cinema Paraíso (Ver «Filmes na TV»)
00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.30 Fora de Horas
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 B.I.
19.40 Bernstein: Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 Carlos Cruz: Quarta-feira
22.30 Sinais do Tempo
23.30 O Jovem Mozart

Filmes na TV



«Um Vagabundo na Alta Roda»

Bette Midler e Richard Dreyfuss

Castelos de Gelo

«Ice Castels» (EUA/1978). Realização de Donald Wrye. Interpretação de Robby Benson, Lynn-Holly Johnson, Collen Dewhurst. Cor, 111 minutos.

Um melodrama situado nos meandros da patinagem sobre o gelo nos Estados Unidos - um universo trucidante como o é actualmente o do desporto profissional e da alta competição, aflorado a pretexto da história de uma jovem patinadora talentosa e ambiciosa, vítima dessa máquina que leva frequentemente a «selecção dos melhores» até ao ponto de aniquilamento. Lágrimas - mas também o conveniente *happy end* e, para amenizar, belas imagens de dança sobre o gelo.

Quinta, 14.35, Canal 1

Vagabundo na Alta Roda

«Down and Out in Beverly Hills» (EUA/1986). Realização de Paul Mazursky. Interpretação de Nick Nolte, Bette Midler, Richard Dreyfuss. Cor, 100 minutos.

Remake americano fãlhado de «Boubu Sauvê des Eaux», um dos mais amados filmes de Jean Renoir, este «Vagabundo na Alta Roda» assinado por Mazursky retoma daquele tão-só o fio da história, transposta para Beverly Hills, onde uma família de novos ricos americanos acolhe um vagabundo que tentou suicidar-se na sua piscina e que acabará por subverter os hábitos de ociosidade e indiferença reinantes na mansão.

O filme é, apesar de tudo, estimável, graças sobretudo ao trabalho dos actores.

Sexta, 21.30, Canal 1

A Revista Maravilhosa de 1935

«Gold Diggers of 1935» (EUA/1935). Realização de Busby Berkeley. Interpretação de Dick Powell, Gloria Stuart, Adolphe Menjou, Glenda Farrell. P/B, 92 minutos.

Momentos absolutos de antologia do musical nesta obra de Berkeley, que aqui assina também a realização, o que resulta numa melhor integração na narrativa fílmica dos números musicais. Mas é nestes, nessas verdadeiras narrativas coreográficas em que foi insuperável, que o génio de Berkeley de novo resplandece, com destaque para dois momentos fabulosos: «The Words Are in My Heart» - a dança de 56 pianos que é um dos mais faustosos números de sempre do musical de Berkeley - e «Lullaby of Broadway» - uma coreografia dramática em que nos conta, pelo canto e pela dança e pela câmara, a ascensão e morte de uma «garota da Broadway», que haveria de ficar como um momento culminante da sua obra e de todo o musical cinematográfico.

Quinta, 23.05, Canal 2

Doutor, Agora É Que São Elas

«Carry On Again, Doctor» (GBR/1969). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Kenneth Williams, Jim Dale, Sidney James. Cor, 90 minutos.

Gota a gota para não ser fatal (talvez uma vez por mês?), a RTP castiga-nos com produtos poluídos como o é esta intragável série britânica «Carry On», normalmente traduzida «Com Jeito Vai...». Não se deixe enganar pelo disfarce...

Sexta, 14.35, Canal 1

Mais Forte Que o Medo

«The Raggedy Rawney» (GBR/1987). Realização de Bob Hoskins. Interpretação de Bob Hoskins, Dexter Fletcher, Zoe Nathenson. Cor, 101 minutos.

Inédito em Portugal, este é o primeiro filme realizado por Bob Hoskins, o excelente actor que todos conhecemos (ou vamos conhecer, porque a RTP o passará na próxima semana) de «Quem Tramou Roger Rabbit?». A história colhe inspiração em contos infantis ingleses de ambiência rural e acompanha as desventuras de sabor anedótico de um soldado que foge da guerra e se liga a um grupo de ciganos, de cuja solidariedade dependerá, numa «obra marcada (diz a nota da RTP) por sentimentos antimilitaristas».

Sexta, 01.05, Canal 1

Asterix e a Surpresa de César

«Asterix et la Surprise de Cesar» (Fr/1985). Realização de Paul e Gaëtan Brizzi. Interpretação (vozes) de Roger Carel, Pierre Tornade. Cor, 77 minutos.

Asterix e Obélix vão mais uma vez deixar a calma da sua aldeia gaulesa a fim de salvar um compatriota que foi parar à Legião Romana e por quem a mais bela rapariga da aldeia está apaixonada. Como inesperadamente Obélix também se apaixonou por ela, o melhor é mesmo partir à aventura... Acompanhados por Ideiafix, lá vão os dois heróis dar mais uma vez cabo da prosápia dos romanos, agora em Roma, não sem antes terem que se submeter à prova do Circo.

Para os irreductíveis de Asterix, estas experiências cinematográficas são sempre reductoras: nada se compara aquela sucessão de pran-

Tempo

Sábado — Céu geralmente pouco nublado, com vento fraco moderado de Sueste.

Domingo — Céu muito nublado, com períodos de chuva no Centro e Sul.



chas a que é sempre possível voltar... Mas esta versão é considerada das mais conseguidas e tem pelo menos a garantia Gaumont/Dargaud e mesmo a de René Goscinny, que são os produtores.

Sábado, 13.45, Canal 2

A Casa das Colinas

«Foxfire» (telefilme, EUA/1987). Realização de Jud Taylor. Interpretação de Jessica Tandy, Hume Cronyn, John Denver. Cor, 97 minutos.

Adaptação de uma peça teatral de Susan Cooper e Hume Cronyn representada com grande êxito na Broadway, este telefilme é referenciado como uma celebração de grande qualidade e densidade do velho espírito pioneiro da América e do peso e importância que mantém na sociedade contemporânea em acelerada mutação.

Jessica Tandy conquistou os prémios Emmy e Tony por esta criação televisiva e pela interpretação que fez da mesma personagem em palco.

Sábado, 16.10, Canal 1

Que Fiz Eu para Merecer Isto?

«Que He Hecho Yo Para Merecer Esto!» (Esp/1984). Realização de Pedro Almodovar. Interpretação de Carmen Maura, Angel de Andres-Lopez, Veronica Forque. Cor, 96 minutos.

Um sucesso pálido acolheu na altura este filme de Almodovar, feito dois anos antes de «Matador», considerado a obra-revelação e o seu primeiro grande êxito de público. Todavia, a crítica qualificada considera hoje que em «Que Fiz Eu para Merecer Isto?» está inscrito, apesar da incipiência técnica e de alguma «desarrumação» narrativa, o que de melhor tem para dar como criador este «impiedoso observador da realidade espanhola, este engenhoso manipulador de mulheres, paixões, desejos e modas». É uma primeira transfiguração de um quadro a que regressa frequentemente nos seus filmes - o das misérias suburbanas - e o primeiro resultado assinalável da sua colaboração com Carmen Saura, que se tornou a sua atriz emblemática.

Sábado, 23.55, Canal 1

Natal do Ernesto

«Ernest Saves Christmas» (EUA/1988). Realização de John Cherry. Interpretação de Jim Varney, Douglas Seale, Oliver Clark. Cor, 88 minutos.

Diz que esta é «uma nova e tresloucada aventura do simpático e amável Ernesto, essa célebre personagem da América criada por uma agência de publicidade»... Deve ser uma imperdoável ignorância, mas aqui não se conhece! Anota-se no entanto que «Ernesto é agora o mais louco condutor de táxis da Flórida; perante a passagem à reforma decidida pelo Pai Natal, é ele que vai conseguir dar conta do serviço». E ainda que tudo se reveste de «contagante humor»...

Domingo, 15.40, Canal 1

Marnie

«Marnie» (EUA/1964). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Sean Connery, Tippi Hedren, Diane Baker, Louise Latham. Cor, 125 minutos.

«Marnie» foi durante muito tempo um dos filmes «para esquecer» de Hitchcock, maltratado pela crítica e ignorado pelo público, e, de facto, para o realizador, um trabalho marcado por tantos conflitos que pensaram alguns Hitch não lhe

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★★★	★★★★
B Pensamentos Mortais	—	★★	—	★★★
C Um Anjo à Minha Mesa	—	★★	—	★★★
D Ao Fim da Noite	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Demme — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Alan Rudolph — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- C — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Joaquim Leitão — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

sobreviria como autor; hoje, assinalando-se-lhe ainda «imperdoáveis» falhas técnicas e alguns simplismos (nomeadamente no enquadramento e explicações psicanalíticas para os traumas de infância da protagonista), sublinha-se também o brilho e rigor de numerosas sequências, e a proclamada arte de jogar com equívocos, mistérios e ambiguidades para contar «surpreendentemente» a história de uma cleptómana que o amor e os dotes de psicólogo de um homem acabam por salvar.

Além de Tippi Hedren (que foi a grande dor de cabeça de Hitchcock neste filme, provocando um insanável conflito) e Sean Connery, a habitual excelente galeria de actores secundários.

Domingo, 22.55, Canal 2

A Loucura do Ritmo
«Beat Street» (EUA/1984). Realização de Stan Lathain. Cor, 106 minutos.

Na ausência de qualquer informação segura, presume-se que se trate de uma espécie de «Febre de Sábado à Noite» em tempos de break-dance.

Terça, 14.35, Canal 1

Fruto Proibido
«Nothing Personal» (EUA/1980). Realização de George Bloomfield. Interpretação de Donald Sutherland, Susanne Somers. Cor, 87 minutos.

Um professor e uma advogada em luta pela defesa das focas-bébs. Em tom de comédia, como convém nesta época.

Quarta, 14.35, Canal 1

Cinema Paraíso
«Nuovo Cinema Paradiso» (It/1988). Realização de Giuseppe Tornatore. Interpretação de Philippe Noiret, Salvatore Cascio, Jacques Perrin. Cor, 123 minutos.

Já muitos e belos filmes se pensaram e se fizeram sobre o fascínio do cinema e a secreta magia dos animatógrafos. Mas talvez nenhum se tenha imposto à memória cinéfila do espectador e tenha criado uma tão forte identificação com as personagens como este «Cinema Paradiso», emocionante até às furtivas lágrimas.

História comovente de uma criança («naturalmente» interpretada pelo jovem Salvatore Cascio) que se apaixonou pelas máquinas, caixas e carretos da sala de projecção até se deixar contagiar pelo conteúdo dos sonhos e das histórias materializados nas películas, este filme admirável é, ainda, um relato empenhado dos percursos da amizade - em concreto, da amizade entre o miúdo e o seu companheiro projeccionista (fabulosamente interpretado por Philippe Noiret), conservada e enriquecida através dos tempos. Antológica é a sequência da «colagem» dos restos de película trucidada pela velha máquina de projecção daquela aldeia siciliana e dos «cortes» censurados pelos guardiões dos bons costumes, no fundo uma monta-



«Cinema Paraíso»

gem impressionante de momentos e beijos gloriosos da chamada 7ª arte.

Escrito e realizado por Giuseppe Tornatore, o filme teve estreia pouco auspiciosa em 1988 mas, encurtada a duração inicial de

155 minutos para os 123, alcançou o Prémio Especial do Júri do Festival de Cannes (1989) e conquistou o Oscar para o Melhor Filme Estrangeiro do mesmo ano.

Quarta, 21.40, Canal 1

TEATRO

CASA DO ALENTEJO
R. Portas Santo Antão, 58. De 3ª a sáb. às 21.30. FLORBELA, de Florbela Espanca/Hélia Correia, pelo Grupo Maizum.

CASA DA COMÉDIA
R. S. Francisco Borja, 25 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

CLUBE ESTEFÂNIA
R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, pelo grupo Persona.

TEATRO ABERTO
Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO
R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO CINEARTE
Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17.00. PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30. UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA
Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00. II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA
Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

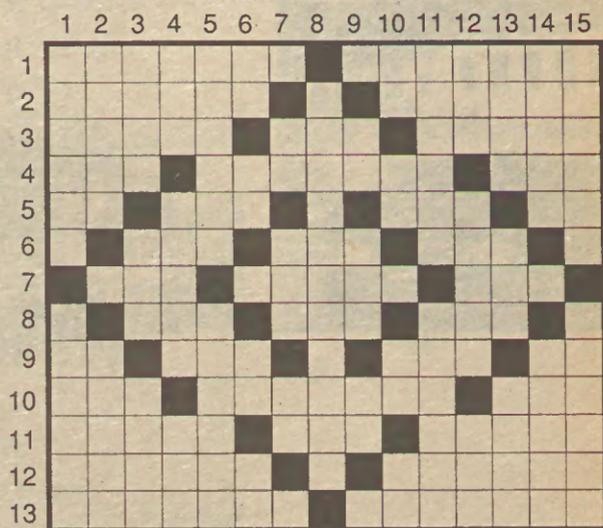
TEATRO S. LUÍS
Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóte e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE
Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª, sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

Para crianças
TEATRO DO CALVÁRIO
R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE
Azinha das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRICTRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Ribeiro; pacíficos; 2 - dou alegria; parreira; 3 - salário semanal; graça (fig.); atormentem; 4 - antepassado; bispo; panela; 5 - compaixão; partiu; pron. pess.; ouro francês; 6 - catedrais; possui; faldá; 7 - sofrimento; transpirai; acolá; 8 - adv. afirm.; letra grega; 9 - nota mus. (inv.); camareira; anel; 10 - aguardente de melão; palhete; época; 11 - sacode; pron. poss.; sem pressa; 12 - rebanho de gado grosso; perversa; 13 - terna; lentas.

VERTICAIS: 1 - Faminto; muito oiros; 2 - levanto; trepem; 3 - crio; pedido de socorro (abrev.); irmão; 4 - procedi; golpeava; lareira; 5 - farrapos; título do imperador do Japão; 6 - o dormir das crianças; troça; Alumínio (simb.); art.; 7 - pron. refl.; cidade galega; pessoa notável; 8 - bandidos; 9 - nota mus.; miadela; pron. pess.; 10 - outra coisa; prep.; conj. lat.; nota mus.; 11 - devoto; erguer; 12 - liga; prosto; divisão de tempo; 13 - caule; fileira; nome de homem; 14 - vendedor de fatos usados; terra lavrada; 15 - semente de olmeiro; discursaras.

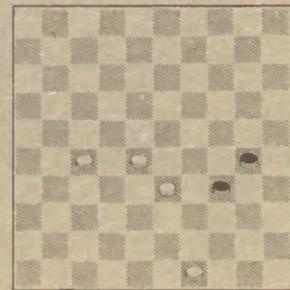
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Capotes; ovarina; 2 - abanou; ária; 3 - parem; vem; Ca.; si; 4 - as; repetira; cor; 5 - ré; arilo; aram; 6 - tu; Ícaro; ai; Ra.; 7 - mora; Eros; 8 - sr.; lá; eriça em; 9 - pena; aceno; li; 10 - amo; promessa; 16 11 - no; má; aos; abais; 12 - vago; apareia; 13 - avisara; agouros.

VERTICAIS: 1 - Capão; Espanha; 2 - abas; Remo; 3 - par; rum; No.; 4 - onere; ola; mas; 5 - Tomé; ira; paca; ar; or; 7 - vera; ecoa; 8 - retiraremos; 9 - Milo; Inês; 10 - vá; ró; ecos; Ag.; 11 - arca; ara; sapo; 12 - ria; aio; labéu; 13 - ia; Cr.; sei; Aar; 14 - soar; líro; 15 - afirmam; rosas.

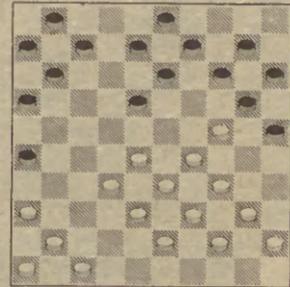
DAMAS

CCCXXXIII - 12 de Dezembro de 1991
Proposição nº 275/bis
Por: MARCEL VIMONT - 1926
Pr.: [2]: 30-34
Br.: [4]: 27-28-33-49



Branças jogam e ganham

Golpe nº 312/bis
Por: CATALAN - Dez., 1920
Pr.: [16]: 1-3-6-7-8-9-10-11-13-14-15-16-18-20-25-26
Br.: [16]: 24-28-29-32-33-34-36-38-39-40-41-43-44-45-46-47



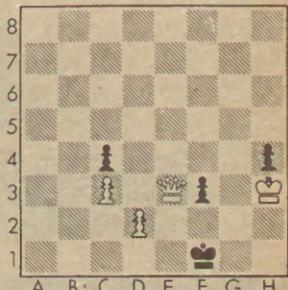
Branças jogam e fazem dama

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXIII
Nº 275/bis (M.V.): 1. 49-44 ...+ Solução completa no «Avante» de 18 [ou 25].X.1990.
Nº 312/bis (C.): 1. 24-19 ...+ Solução completa no «Avante» de 11.VII.1991.

A. de M.M.

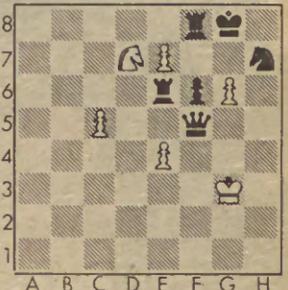
XADREZ

CCCXXXIII - 12 de Dezembro de 1991
Proposição nº 307A/bis
Por: ALEX. W. GALITZKIJ TIKIFT POR SCHACK, 1891
Pr.: [4]: Ps. c4, f3, h4 - Rf1
Br.: [4]: Ps c3, d2 - Dc3 - Rh3



Mate em 3 lances

Proposição nº 320B/bis
Por: H. M. LOMMER
Pr.: [6]: Pf6 - Ch7 - is. e6, f8 - DA5 - Rg8
Br.: [6]: Ps. c5, e4, e7, g6 - Cd7 - Rg3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXIII
Nº 307A/bis (A.W.G.): 1.d4 ...ver «Avante» de 6.VI.1991.
Nº 320B/bis (H.M.L.): 1.g7+... ver «Avante» de 5.IX.1991.

A. de M.M.



A OUTRA SELECÇÃO DE CÁ NÓS

Selecções há muitas, como os chapéus do outro, e quem sabe bem disso parece ser o treinador Carlos Queirós, que após conduzir a selecção dos nossos jovens à vitória do futebol mundial, se tornou tão selectivo que desatou a apoiar o PSD e já só anda de Alfa Romeo, segundo afirma um anúncio desta marca de automóveis a mostrar a «outra selecção» de Carlos Queirós. Entretanto «Cá Nós», a maioria esmagadora dos portugueses, não mudámos de carro e, muito menos de selecção, pelo que o Carlos Queirós pode estar descansado, que continuaremos a aplaudi-lo. No futebol, evidentemente — e se continuar a merecê-lo.



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O Ponto

Em entrevista ao «Diário de Notícias», Eurico de Melo, que em tempos foi conhecido no seu partido e no País como «o barão do Norte», descobriu agora que os portugueses não perdoariam ao PSD «se nos deixássemos envolver em tricas partidárias».

Quer isto dizer que Eurico de Melo reconhece a possibilidade de «tricas partidárias», só que não as recomenda neste momento ao seu partido, não vá o povo português ser acometido da incapacidade em lhas perdoar.

Mas Eurico de Melo vai mais longe. Falando de si próprio, garante que «nunca pertenci nem pertença a lobbies» e «se mantive e mantenho contactos mais assíduos com determinadas forças do partido, faço-o por amizade, confiança e por oportunidade de encontros, mas é com as pessoas, individualmente, e nunca com lobbies». Evidentemente. Aliás, os lobbies não são pessoas, como sabe toda a gente em geral e o capuchinho vermelho em particular.

E para demonstrar que o PSD anda, neste momento, tão arredado das «tricas partidárias» como ele próprio o está dos lobbies que não são gente, vai dizendo coisas assim, pela entrevista abaixo e enquanto vêm ao cimo nomes e temas: (Rivalidade entre «nogueiristas» e «loureiristas»): «Não conheço (...). As eleições para a distrital de Lisboa constituem assunto que só diz respeito aos militantes da capital. (Os «nogueiristas» parecem estar a derrotar os «loureiristas», como o provam as nomeações de Barbosa de Melo e Fernanda Mota Pinto):

«Penso que não (...). As pessoas no partido não são escolhidas por serem mais conotadas com A ou B».

(Leonor Beleza, uma «terceira via» que alguém pretenderia «queimar» no PSD): «Como lhe disse há pouco, sou um ausente da política activa».

(As jogadas de Marcelo Rebelo de Sousa na corrida para a distrital de Lisboa do PSD): «Como lhe referi, a distrital de Lisboa compete aos militantes do PSD de Lisboa».

Posto isto, somos forçados a concluir que: O PSD não tem lobbies, apesar de cada distrital ser uma espécie de panela de pressão muito senhora dos seus cozinhados.

Que não há «nogueiristas» nem «loureiristas», mas apenas «As» e «Bês» - e mesmo assim sem influenciar a escolha de ninguém.

Que Eurico de Melo está ausente da vida política activa, pelo que uma entrevista a um jornal passa a ser uma demonstração de «vida política passiva».

Mas Eurico de Melo não se fica por este notável exercício de alquimia, que transforma um PSD célebre pelas suas competições internas, em confraria cripto-conventual onde só falta o sino para as vesperais do sossego.

Segundo ele, «ninguém, dentro do partido, equacionou a sucessão de Cavaco Silva, que ainda está jovem e para durar muito tempo».

Mesmo dando de barato que, se ninguém «dentro do partido» equacionou a sucessão de Cavaco Silva, nada impede que alguém o faça «fora do partido» - como tem sido a prática, aliás, do PSD, desde que Sá Carneiro até se demitiu para dominar em absoluto - o ponto não é esse.

O ponto, ou onde ele bate, é o caso de vermos um político que sempre se distinguiu no PSD pelas suas manobras de bastidor, surgir de repente a negar essa, digamos, sua idiossincrasia, e com ela procurar convencer as pessoas que o PSD, se não vive em estado de graça, anda lá perto.

O ponto é, ainda, o facto de Eurico de Melo aparecer na primeira página do «Diário de Notícias» para responder ao que ninguém lhe tinha perguntado - que o PSD estava calmo como um lago.

HC

Após debate vivo e interessante na estrutura CGTP realiza amanhã e depois a Conferência Sindical Nacional

O Conselho Nacional da CGTP-IN discutiu anteontem a situação política e social e ultimou a preparação da conferência que a central realiza sexta-feira e sábado em Lisboa

De acordo com a análise feita no CN, referiu José Ernesto Cartaxo aos jornalistas na terça-feira à tarde, «esta conferência já teve um grande mérito: proporcionou uma debate extremamente vivo e interessante em toda a estrutura e entre os quadros sindicais sobre problemas concretos e reais que os trabalhadores vivem neste momento e que, infelizmente, são muitos e graves».

Em conferência de imprensa, aquele membro da Executiva da CGTP (relator do capítulo sobre acção reivindicativa nos documentos em discussão) disse que «foram promovidos centenas de debates, reuniões, plenários alargados, envolvendo, no caso concreto da acção reivindicativa, cerca de um milhão de quadros; recebemos cerca de 200 propostas sobre cada ponto do tema, há contributos individuais verbais de diversos activistas e dirigentes, há um grande envolvimento como é normal na preparação de iniciativas deste tipo».

O apuramento já feito revela que «as questões mais levantadas têm muito a ver com a situação real que os trabalhadores hoje vivem nos locais de trabalho: agravamento das condições de vida e trabalho, baixos salários, longos horários, precariedade do emprego, violação dos direitos sindicais e dos direitos dos trabalhadores» - informou José Ernesto Cartaxo, acrescentando que a par da constatação destas dificuldades, «reconhece-se também a necessidade do reforço da organização a nível do local de trabalho por forma a, a partir daí, em ligação permanente com os trabalhadores e os seus problemas concretos, encontrar as respostas necessárias para fazer frente à situação que se vive».

«Aquilo que foi dito em relação à acção reivindicativa é um pouco verdade em relação às outras questões» - disse aos jornalistas Manuel Lopes, também da Comissão Executiva. - «Houve de facto centenas de reuniões à volta quer de uma matéria específica, quer do conjunto das matérias. Foi envolvida muita gente, não só quadros sindicais mas militantes e activistas, em toda esta discussão. Nos últimos anos terá sido uma das maiores discussões que se fez, em termos do movimento sindical, do interior para o exterior.»

A Conferência Sindical Nacional, sublinharam os dois dirigentes da CGTP no encontro com a comunicação social, é um ponto de chegada de todo este debate, mas é «fundamentalmente um ponto de partida para uma grande acção sindical, uma grande dinâmica sindical, no sen-



José Ernesto Cartaxo e Manuel Lopes apresentaram aos jornalistas as principais conclusões da reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN

tido de contrariar os objectivos patronais e governamentais de contenção salarial, de continuação de longos horários, de cerceamento dos direitos dos trabalhadores», é «um ponto de passagem importante» no caminho para o 7º Congresso da CGTP - que não está ainda convocado mas, adiantou Manuel Lopes, deverá realizar-se nos finais do próximo ano.

A Conferência Sindical Nacional decorre no Hotel Altis, com início marcado para as 11 horas de amanhã. Deverá terminar cerca das 16.30 de sábado. Deverá ter a participação de 400 dirigentes representantes dos sindi-

catos e ainda de 100 convidados. É aberta à comunicação social. Em discussão, recordamos, vão estar as questões ligadas à acção reivindicativa, à organização sindical e à intervenção da CGTP no contexto internacional (em particular no que toca à adesão da central à Confederação Europeia de Sindicatos).

O CN reafirmou as grandes linhas da apreciação da situação social avançadas pelos organismos executivos e dirigentes da central (a que fazemos referência na página 3). No encontro de anteontem com os jornalistas, Manuel Lopes revelou que o ministro das Finanças convocara já os

sindicatos da administração pública para uma reunião a realizar ontem à tarde. «É preciso que o Governo responda positivamente aos sindicatos», afirmou o dirigente da Inter, sublinhando que não pode haver só propaganda em torno do diálogo e da negociação, é necessário negociar e dialogar mesmo.

Foi reiterado o apelo aos trabalhadores e à população e o empenho da CGTP na realização, hoje às 15 horas, de um minuto de silêncio e paralisação do trabalho em manifestação de solidariedade com o povo de Timor-Leste.

Timor-Leste No aniversário da Declaração dos Direitos do Homem

A causa do povo de Timor-Leste pelo pleno exercício do direito à autodeterminação e à independência polarizou todas as atenções na sessão parlamentar de terça-feira, inteiramente dedicada a assinalar o 43º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Ao associar estas comemorações à luta do povo maubere contra o invasor indonésio, iniciativa que recebeu o apoio de todas as forças políticas com representação parlamentar, a Assembleia da República deu assim público testemunho, num acto de grande importância e oportunidade, do seu empenho em contribuir para o desenvolvimento de acções concretas que ponham cobro à brutalidade que desde há 16 anos se abate sobre o massacrado povo daquele território.

No decorrer da sessão solene, em que participou o Presidente da República e a que assistiram diversas outras personalidades, o deputado comunista João Amaral, falando em nome da sua ban-

cada, sublinhou que a questão de Timor-Leste «não se pode nem se deve reduzir à dimensão individual da negação dos direitos do Homem».

Explicitando melhor o seu ponto de vista, o deputado comunista frisou que a questão contida na negação dos direitos do Homem «é tam-

bém resultado da negação do direito do povo à autodeterminação e independência», assinalando de seguida que a sua resolução, com a afirmação dos direitos individuais e do respeito pela pessoa humana em Timor-Leste, «só é possível com o exercício» desses direitos.

O trânsito na baixa de Lisboa

A propósito da proposta de condicionamento do trânsito na baixa e nas zonas envolventes do Castelo de S. Jorge, apresentada na Câmara Municipal de Lisboa pelo PSD, os vereadores do PCP divulgaram uma nota onde consideraram que «pretender, com a actual estrutura viária, os meios de transporte públicos e a oferta de estacionamento existentes, proibir o acesso do transporte automóvel individual àquelas zonas», é uma iniciativa que «só pode ser encarada como pouco séria», tanto mais que parte «de

quem, sendo dos principais co-responsáveis pela gestão da cidade durante dez anos, agravou as condições de circulação no centro, através da densificação da ocupação do solo, da terciarização».

Os vereadores do PCP entendem que «o ridículo da proposta» social-democrata é claro face à inexistência de parques alternativos para os veículos que actualmente ficam na zona a interditar e pelos problemas de congestionamento que tal medida iria agravar nas vias envolventes.